

# ESTUDO GUINÉ-BISSAU



**ENQUADRAMENTO  
PERSPETIVAS DE DESENVOLVIMENTO  
LEVANTAMENTO E CARACTERIZAÇÃO  
DAS EMPRESAS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS**



## EDIÇÃO E PROPRIEDADE

ANEME – Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas (abril 2018)

### Sede da ANEME

Pólo Tecnológico de Lisboa,  
Rua Francisco Cortês Pinto, nº 2  
(Lote 13 b)  
1600-602 Lisboa  
PORTUGAL  
T. +351 21 711 27 40  
F. +351 21 715 04 03  
aneme@aneme.pt • www.aneme.pt

### Delegação Regional da ANEME – Torres Vedras

Edifício CAERO  
Rua António Leal D' Ascensão  
2560-309 Torres Vedras  
PORTUGAL  
T. +351 26 132 68 60

### Design paginação

Cempalavras,  
Comunicação Empresarial, Lda  
geral@cempalavras.pt

**TIRAGEM** 500 exemplares

**ANO** 2018

INTERNACIONALIZAR  
EM PORTUGUÊS



INTERNACIONALIZAR EM PORTUGUÊS (2017/2018 – SIAC/2020 - PARCERIA ANEME/AIDA)



Cofinanciado por:





## Índice

<b>1. // ENQUADRAMENTO GERAL .....</b>	<b>5</b>
1.1 // BREVE NOTA HISTÓRICA .....	6
1.2 // Dados gerais .....	8
1.3 // Situação geográfica, clima e recursos naturais .....	11
1.4 // Demografia .....	14
1.4.1. População .....	14
1.4.2. Idioma.....	17
1.4.3. Religião.....	17
1.4.4. Cultura .....	17
1.5 // Sistema político e organização administrativa.....	17
1.6 // Infraestruturas .....	20
1.6.1. Rodoviárias .....	20
1.6.2. Ferroviárias.....	21
1.6.3. Aeroportos .....	21
1.6.4. Portos .....	21
1.6.5. Energia .....	22
1.6.6. Água e saneamento .....	22
1.6.7. Tecnologias de informação e comunicação .....	22
1.7 // Acordos internacionais e regionais relevantes .....	23
1.7.1. Principais protocolos existentes com a cedeao .....	26
1.7.2. Acordos da guiné-bissau na área do comércio (aci, appri, adt) .....	27
1.7.3. Acordos entre os estados unidos e a guiné-bissau (agoa).....	28
1.7.4. Acordos entre a união europeia e a guiné-bissau .....	28
1.7.5. Acordos bilaterais celebrados com portugal.....	29
<b>2. // ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E PERSPETIVAS .....</b>	<b>31</b>
2.1 // Evolução recente da situação económica.....	32
2.1.1. Estrutura do pib por setores de atividade.....	34
2.1.2. Evolução do emprego .....	44
2.1.3. Comércio externo .....	47
2.1.4. Investimento estrangeiro .....	49
2.1.5. Turismo.....	50
2.1.6. Relações económicas portugal – guiné-bissau .....	51
2.2 // Sistema bancário e financeiro e mecanismos de financiamento .....	56
2.3 // Perspetivas .....	60

<b>3. // ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO .....</b>	<b>63</b>
<b>3.1 // Condições legais de acesso ao mercado .....</b>	<b>64</b>
3.1.1. Em geral.....	64
3.1.2. O investimento estrangeiro (ide) na guiné-bissau .....	66
<b>3.2 // Sistema jurídico e judiciário .....</b>	<b>72</b>
3.2.1. Principais formas jurídicas das sociedades.....	72
3.2.2. Processo de constituição de empresas e documentos exigidos.....	75
3.2.3. Obtenção de licença/alvará comercial .....	76
3.2.4. Constituição de sucursal .....	76
<b>3.3 // Regulação do comércio internacional .....</b>	<b>76</b>
3.3.1. Regime cambial .....	76
3.3.2. Propriedade intelectual .....	76
3.3.3. Marcas .....	78
3.3.4. Direitos de autor .....	78
<b>3.4 // Sistema contabilístico, fiscal e aduaneiro .....</b>	<b>79</b>
3.4.1. Sistema contabilístico.....	79
3.4.2. Sistema fiscal.....	80
3.4.3. Sistema aduaneiro.....	83
<b>3.5 // Relações laborais .....</b>	<b>84</b>
3.5.1. Direitos, deveres e garantias das partes .....	85
3.5.2. Período normal de trabalho .....	86
3.5.3. Regime de segurança social.....	86
3.5.4. Resolução de conflitos no quadro do investimento estrangeiro na guiné-bissau .....	87
<b>4. // OPORTUNIDADES E DIFICULDADES DE NEGÓCIO .....</b>	<b>89</b>
<b>4.1 // Oportunidades .....</b>	<b>90</b>
<b>4.2 // Dificuldades .....</b>	<b>94</b>
<b>4.3 // Cultura de negócios .....</b>	<b>96</b>
<b>5. // CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS .....</b>	<b>99</b>
<b>5.1 // Empresas comerciais .....</b>	<b>100</b>
<b>5.2 // Empresas industriais .....</b>	<b>114</b>
<b>5.3. // Conclusões .....</b>	<b>148</b>
<b>6. // INFORMAÇÕES ÚTEIS.....</b>	<b>151</b>
<b>6.1 // Feriados e datas de celebração nacional .....</b>	<b>152</b>
<b>6.2 // Formalidades na entrada .....</b>	<b>152</b>
<b>6.3 // Cuidados de saúde .....</b>	<b>154</b>
<b>6.4 // Endereços úteis .....</b>	<b>155</b>
<b>6.5 // Outras informações.....</b>	<b>158</b>
<b>7. // FONTES DE INFORMAÇÃO.....</b>	<b>159</b>



## 1. // ENQUADRAMENTO GERAL





## 1.1 // Breve nota histórica

Antes da chegada dos Europeus e até ao século XVII, a quase totalidade do território da Guiné-Bissau integrava o reino de Gabú, tributário do legendário Império Mali, dos mandingas, que florescera a partir de 1235 e subsistiu até ao século XVIII. Os grupos étnicos eram os balantas, os fulanis, os mandayakos e os molinkes.

O primeiro navegador e explorador europeu a chegar à costa da atual Guiné-Bissau foi o português Nuno Tristão, em 1446, sendo que a colonização só teve início em 1558, com a fundação da vila de Cacheu. A princípio, somente as margens dos rios e o litoral foram exploradas e a colonização do interior só se deu a partir do século XIX.

No século XVII, foi instituída a Capitania-Geral da Guiné Portuguesa. Mais tarde, durante o regime do Estado Novo, em Portugal, a colónia passaria a ter o estatuto de província ultramarina, com o nome de Guiné Portuguesa. A vila de Bissau foi fundada em 1697, como fortificação militar e entreposto de tráfico de escravos. Posteriormente elevada a cidade, tornar-se-ia a capital colonial, estatuto que manteve após a independência da Guiné-Bissau. Em 1956, Amílcar Cabral liderou a fundação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que, no início da década de 1960, iniciou a luta armada contra o regime colonial. Cabral foi assassinado em 1973, em Conacri.

Apesar da morte do líder, a luta pela emancipação prosseguiu e o PAIGC declarou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau em 24 de Setembro de 1973. Nos meses que se seguiram, o ato foi reconhecido por vários países, sobretudo comunistas e africanos. Todavia, Portugal só veio a reconhecer a independência da Guiné-Bissau em 10 de Setembro de 1974, após a Revolução dos Cravos. Assim, a Guiné-Bissau foi a primeira colónia portuguesa no continente africano a ter a independência reconhecida por Portugal.

Segundo o projeto político concebido pelo PAIGC, a Guiné e Cabo Verde, inicialmente constituídos como Estados separados, tenderiam a unificar-se, pelo que, após a independência, os dois países passaram a ser dirigidos pelo partido até 1980.

Contudo, em 14 de Novembro daquele ano, um golpe de Estado derrubou o primeiro Presidente da República da Guiné-Bissau, Luís Cabral, irmão do falecido Amílcar Cabral, e suspendeu a Constituição da República, instituindo o Conselho da Revolução, formado por militares e civis. Extinguiu-se, assim, o projeto de unificação dos dois países.

Em 1994, tiveram lugar as primeiras eleições multipartidárias para a presidência e o parlamento da Guiné-Bissau, iniciando-se, assim, o processo de transição para a democracia, que continua até hoje, dificultada pela debilidade da sua economia, pela devastação provocada pelos inúmeros golpes militares, pela guerra civil e pela instabilidade política quase permanente a que o País tem vindo a assistir.



Em 23 de Junho de 2014, foi eleito o atual Presidente da República, José Mário Vaz. Mas a instabilidade política tem continuado, sendo que, desde aquela data até hoje, já foram empossados 6 (seis) primeiros-ministros, sendo que o último, Artur Silva, foi empossado em 30 de Janeiro de 2018. Em síntese, desde a independência, “os golpes militares, a guerra civil as frequentes perturbações políticas e repetidos choques económicos, conduziram a Guiné-Bissau a uma situação que considera o País um dos países mais pobres e frágeis do mundo, que lhe tem dificultado o alcance e a manutenção de resultados de desenvolvimento”, segundo o Banco Mundial.



## 1.2 // Dados gerais

<b>REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU</b>	
<b>Área</b>	36.125 km <sup>2</sup>
<b>População (2017)</b>	1.565.842 habitantes (INE – 2017)
<b>Densidade populacional</b>	43,35 habitantes/ Km <sup>2</sup>
<b>Capital</b>	Bissau (aproximadamente 431.082 habitantes)
<b>Língua oficial</b>	A língua oficial é o português (que apenas 27,1% diz falar). Todavia, o crioulo é a língua-franca entre as diversas etnias e falada por cerca de 90,4% da população. Também existem os dialetos das tribos, tais como o balanta, o mandinga, o fula, o mancanha, o papel e o manjaco.
<b>Religião</b>	Étnicas (animistas) – 44,9%, Islâmica (sunitas) – 41,9%, cristãos – 11,9% e outras (incluindo ateus) – 1,3%
<b>Sistema político</b>	República semipresidencialista
<b>Chefe de Estado</b>	José Mário Vaz
<b>Primeiro-ministro</b>	Artur Silva
<b>Eleições</b>	Os resultados das últimas eleições legislativas realizadas, em 2014, num universo de 102 deputados eleitos, traduziram-se em: Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (57), Partido para a Renovação Social (41), Partido da Convergência Democrática (2), Partido da Nova Democracia (1) e União para a Mudança (1).
<b>Moeda</b>	Franco CFA BCEAO (XOF) 1EUR = 655,957 XOF (paridade fixa face ao euro)



**Designação oficial:** República da Guiné-Bissau (11 de novembro de 1975)

**Área:** 36.125 km<sup>2</sup>

**Clima:** tropical

**População:** 1.565.842 habitantes (INE – 2017)

**Composição da população:** Balantas (cerca de 27%), Fulas (cerca de 23%), Mandingas (cerca de 12%); Manjacos de Cacheu (cerca de 11%), Papeis de Bissau (cerca de 10%) e, em menor quantidade, os Felupes, Baiotes, Mancanhas ou Brames, Biafares, Nalus e os Bijagós

**Densidade populacional:** 43,35 habitantes/km<sup>2</sup>

**Estrutura Etária:** 0 – 14 anos: 43,44%; 15 – 64 anos: 54,50%; + 65 anos: 2,06% (INE 2017)

**Índice de Desenvolvimento Humano:** 0,424 (178º – Baixo) entre 183 países

**Esperança de vida:** 52,3 anos (homens) e 55,2 anos (mulheres) (INE 2017)

**Taxa de analfabetismo:** 34,4%

**Idioma:** A língua oficial é o português (que apenas 27,1% diz falar). Todavia, o crioulo é a língua-franca entre as diversas etnias e falada por cerca de 90,4% da população. Também existem os dialetos das tribos, tais como o balanta, o mandinga, o fula, o mancanha, o papel e o manjaco.

**Forma de Governo:** República semipresidencialista

**Divisão administrativa:** O território da Guiné-Bissau está organizado em 8 (oito) regiões e por 1 (um) setor autónomo (Bissau). As regiões estão, por sua vez, divididas em setores (37 no total) e estes em secções, compostas por tabancas (aldeias).

**Capital:** Bissau (aproximadamente 431.082 habitantes)



**Principais Cidades:** Gabú, no leste (39,753 mil); Bafatá, no centro-leste (36,766 mil); Canchungo (17.394), Bissorã, no noroeste; Bolama, sul, capital até 1942; Cacheu oeste; Catió, Bubaque, Mansôa e Buba

**Religião:** Étnicas (animistas) – 44,9%, Islâmica (sunitas) – 41,9%, cristãos – 11,9% e outras (incluindo ateus) – 1,3%

**Unidade monetária:** Franco CFA BCEAO (XOF); 1EUR = 655,957 XOF (paridade fixa face ao euro)

### Ambiente de Negócios:

- **Competitividade (Rank Global Competitiveness Index 2017-18):** n. a. (Classificação de 1 a 7) em 137 países analisados
- **Facilidade de Negócios (Rank no Doing Business Rep. 2018):** 176<sup>a</sup> (189 países)
- **Transparência (Rank no Corruption Perceptions Index 2016):** 168<sup>a</sup> (176 países)
- **Ranking Global (EIU, entre 82 mercados):** n. a.

**Risco País:** 7 (muito elevado), segundo a OCDE

**“Ranking” em negócios:** Índice 3,83 (10 = máximo) – EIU, Junho 2015)

**Risco de crédito:** 7 (1 = risco menor; 7 = risco maior) – COSEC, Fevereiro 2017

### Política de cobertura de risco:

- Operações de Curto prazo – caso a caso;
- Operações de Médio/Longo prazo – garantia soberana. Limite total de responsabilidade

**Hora local:** em relação a Portugal, igual no Inverno e nenhum ajustamento, de hora de Verão, conhecido para este ano 2018

### Organizações internacionais e regionais a que pertence:

- Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB)
- Banco Islâmico de Desenvolvimento (IDB)
- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
- Comunidade Financeira Africana (CFA)
- Organisation Internationale de la Francophonie
- Organização das Nações Unidas (UN)
- Organização para a Harmonização do Direito Comercial em África (OHADA)
- Organização Mundial do Comércio (WTO)
- União Africana (AU)
- União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA)



## 1.3 // Situação geográfica, clima e recursos naturais

**1.3.1. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA:** Situada no Hemisfério Norte, a aproximadamente meia distância entre o Equador e o Trópico de Câncer, o território da República da Guiné-Bissau, no âmbito da sua localização em África, é delimitado:

- a Norte e Leste, pela República do Senegal;
- a Leste e Sul, pela República da Guiné-Conacri;
- e a Oeste, pelo Oceano Atlântico.

O País é constituído por uma parte continental (com cerca de 470.000 ha – 15% do território considerados área protegida) e outra insular, que engloba o Arquipélago dos Bijagós, composto por 88 ilhas e ilhéus, dos quais somente 17 são habitadas.

A linha de costa estende-se por cerca de 350 km e o mar territorial da República da Guiné-Bissau expande-se por 150 milhas marítimas a contar das principais linhas de base definidas pelos pontos seguintes: a Norte: 12º 20' 2" N e 16º 43' 2" W; a Sul – 10º 35' 8" N e 15º 4' W.

**1.3.2. CLIMA:** O clima na Guiné-Bissau é tropical, embora marítimo e predominantemente húmido e quente, principalmente no litoral, com fortes chuvas de Maio a Outubro e uma estação seca que dura de Novembro a Abril, estando as duas condicionadas pelo regime dos ventos.

Durante a estação chuvosa, os ventos oceânicos ocasionam importantes chuvas na maior parte do território do País, sendo frequentes as inundações e, aquando da estação seca, os dias são quentes e ensolarados, mas as noites permanecem frias. A temperatura média é de 20º C e a atmosfera e dessecada pelo "Harmatan", vento cálido e seco procedente do Saara.

No Norte-Leste, o clima é do tipo "sudanês", com muito calor e pouca humidade, enquanto no Sul o clima é do tipo "sub-guineense", caracterizado por uma forte precipitação e temperaturas menos elevadas. A precipitação pode alcançar níveis aproximados de 2.500 mm no Sul, enquanto no Norte têm sido registadas precipitações na ordem dos 1.400 mm, verificando-se, desde a década de 50, uma tendência progressiva de declínio das precipitações. As temperaturas são geralmente elevadas durante todo o ano.

**1.3.3. RECURSOS NATURAIS:** A área agrícola corresponde a cerca de 44,8% do território e encontra-se especialmente consignada à pastorícia, sendo o cajual o segundo maior uso da terra (havendo muito potencial atualmente abandonado e ocupado pela savana).

Uma parte também substancial, sobretudo junto à costa (noroeste, na região de Cacheu, e sul, em Quinara e Tombali), está ocupada por bolanhas para rizicultura.

Além dos recursos faunísticos, sobretudo o potencial de pesca e da flora (sendo que a silvicultura está em decadência depois de disposições legais que impedem o abate de árvores, a fim de avaliar e combater os efeitos da



desflorestação), existem importantes depósitos de fosfatos e de bauxite, existindo, também, jazidas ainda não exploradas de petróleo.

### Flora

A situação geográfica, o relevo pouco acentuado, os solos e o clima influenciam, naturalmente, o tipo de vegetação.

As florestas constituem uma verdadeira barreira contra o fenómeno da desertificação, da degradação dos solos e do assoreamento das bacias hidrográficas, suportam a agricultura e produzem madeira, lenha, carvão e produtos florestais não lenhosos, tais como o mel, frutos, raízes, tubérculos, plantas medicinais, vinho e óleo de palma e tantos outros bens que, na Guiné-Bissau, são essenciais. Porém, a pressão demográfica, as alterações climáticas, a intervenção humana por queimadas, a extração massiva de madeiras consideradas nobres, a monocultura de mancarra (amendoim), de arroz e de caju, têm alterado a flora (e a fauna) da Guiné-Bissau.

No Leste e Nordeste do território, ocorrem florestas abertas secas e savanas arborizadas ou com lenhosas. No Sul e região litoral, ocorrem florestas densas sub-húmidas, florestas abertas, palmares, savanas e áreas de mangal, formação particularmente importante nas ilhas dos Bijagós e, no Norte, ocupando uma grande extensão de território ao longo do rio Cacheu.

Não obstante, é possível observar vários tipos de paisagem bem distintos. Em toda a extensão dos rios observam-se os mangais. Existem ainda as zonas de arrozais, de “tannes”, de floresta sub-húmida, de floresta de transição, de floresta secundária ou degradada, de florestas secas e de savanas. Nas zonas de “tannes” – áreas lodo-arenosas que antecedem o mangal ou tarrafe –, o solo é praticamente estéril por serem secas e estarem saturadas de sal. Principalmente nas regiões de Tombali e de Quinara e nalgumas ilhas do arquipélago dos Bijagós, encontra-se a floresta sub-húmida, com vegetação variada: árvores de grande porte, de 30 e 40 metros de altura – sobretudo “Pó de miséria”, “Polon” e “Pó de bitcho amarelo” –, árvores entre os 20 e os 30 metros, arbustos e lianas.

As florestas de transição, como o nome indica, fazem a fronteira entre a floresta sub-húmida e as florestas secas e semi-secas, principalmente na região de Gabú e no litoral, onde predominam os “poilões”.

As florestas secas e semi-secas nas zonas centro-norte e centro-sul do País, apresentam arbustos, lianas e arvoredos entre os 20 e os 30 metros. As espécies que aqui predominam são o “Pó de conta”, Palmeira de óleo, “Manconde”, “Bissilon”, “Pó de sangue” e “Pó de carvão”.

As florestas secundárias ou degradadas, são produto da ação do homem, sofrendo queimadas, pousios e plantação de árvores de frutos, como no caso das grandes monoculturas de cajueiros, predominantes nas regiões de Biombo, Cacheu e Oio. A paisagem destas regiões também é influenciada pela produção de arroz em sequeiro, o arroz “m’pampam”. A Noroeste, encontram-se muitas palmeiras e “cibe”, um tronco de uma palmeira muito utilizado para a construção de casas.



A zona de savana, situada no litoral, é pouco densa, com arbustos até aos 2 metros e ainda “Karite”, “Pó de incenso” ou Palmeira de Óleo. Existe, ainda, a zona de savana herbácea húmida, no interior do País, que se caracteriza pela quase inexistência de árvores, à exceção de algumas palmeiras e “Cibe”. São utilizadas principalmente para o pastoreio e cultiva-se o arroz em “bolanhas de lala”.

As plantas na Guiné-Bissau, como todos os seus elementos naturais, têm uma importância extrema, não só como matéria-prima e meio de subsistência (alimentação, construção das habitações, fabrico de artefactos e mobiliário), mas ainda nas próprias demonstrações culturais e na medicina tradicional. A literatura científica aponta para quase 900 plantas diferentes na Guiné-Bissau, das quais cerca de 128 são utilizadas em mezinhas tradicionais, 76 são consumidas pelo Homem e 86 são utilizadas para pasto e na produção de artesanato.

### Fauna

As reservas naturais têm uma rica variedade de fauna protegida e o País é um dos centros mais importantes de *birdwatching* (observação de aves) a nível mundial, principalmente na zona de Cacheu – onde foram identificadas 248 variedades de aves – e nas Lagoas de Cufada.

O arquipélago dos Bijagós também é muito rico em aves e espécies marinhas raras. Os tarrafes, como zona estuária e de reprodução, apresentam uma grande biodiversidade.

Por seu lado, há cerca de 374 espécies de aves na Guiné-Bissau, destacando-se as andorinhas-do-mar, o papagaio cinzento, os flamingos, os pelicanos, o colheiro africano, as gaivinas-negras, os gansos, as calas de crista amarela, a cotovia-pardal-de-dorso-castanho, a andorinha estriada-pequena e o chasco. Na Guiné-Bissau existem ainda cerca de 230 espécies de peixes, crustáceos e moluscos, 10 espécies de morcegos e cerca de 85 répteis distintos, nomeadamente o crocodilo, o crocodilo anão, 46 tipos de serpentes e várias tartarugas marinhas: a tartaruga-verde, a tartaruga-de-pente, a tartaruga olivácea, a tartaruga comum ou a tartaruga-de-couro.

Estão identificados vários roedores neste país, nomeadamente o esquilo voador e diversas espécies carnívoras como a hiena manchada. Entre os mamíferos marinhos, de referir os golfinhos, as lontras e os ameaçados manatins. Já no que diz respeito a animais de casco, destacamos o hipopótamo e várias espécies de gazelas e antílopes.

A Guiné-Bissau tem ainda duas espécies de pangolins e diversos primatas, como o chimpanzé, o Macaco verde, o Macaco Colobus, o Macaco Fidalgo e o Macaco Bijagó ou nariz Branco (estes dois últimos considerados raros).

### Relevo

Sendo que apenas 27.700 km<sup>2</sup> – dos 36.125 km<sup>2</sup> do País – constituem a superfície emersa, devido à baixa altitude relativamente ao nível médio das águas do mar, as marés penetram no interior até cerca de 150 km, fazendo



com que algumas áreas fiquem parcial ou totalmente inacessíveis durante parte do ano. A topografia favorece a existência de duas zonas de alta potencialidade produtiva: as zonas influenciadas pelas marés e as zonas circundantes às grandes bacias dos Rios Geba e Corubal, devido à grande disponibilidade de águas superficiais.

Podem-se identificar essencialmente três zonas: uma, costeira no Oeste; outra, de transição, no Centro, caracterizada por planaltos ligeiramente ondulados; e uma zona de planalto e de colinas, na Região de Gabú – setor de Boé –, com acerca 300 metros de altitude.

### **Hidrografia**

Existem numerosos rios, mas o Cachéu, o Mansoa, o Corubal e o Geba são os mais importantes, percorrem o território e são as melhores vias de penetração no interior.

### **Recursos minerais e energéticos**

Além de ter grande biodiversidade, o solo é fértil e abriga uma infinidade de minerais.

Na verdade, a par de significativos recursos em madeira (em particular, o pau-brasil) e pesca, há depósitos significativos de bauxite (Boé), fosfatos (Farim) e areia pesada no País.

Acompanhando a evolução da descoberta de jazidas de petróleo em países vizinhos, nomeadamente no Gana, na Libéria e na Costa do Marfim – para além da Mauritânia e do Níger, que se tornaram produtores nos últimos anos –, também está referenciada a presença de reservas de petróleo de hidrocarbonetos na costa e ao largo (*offshore*) da Guiné-Bissau e já estão em exploração 14 (catorze) áreas concessionadas.

## **1.4 // Demografia**

### **1.4.1. POPULAÇÃO**

A população da Guiné-Bissau é maioritariamente composta por cerca de 30 etnias diferentes, que se localizam em zonas específicas bem demarcadas ao longo da sua história e de acordo com os condicionalismos geográficos e determinados pelas guerras que motivaram a fuga do interior para as áreas mais protegidas.

Estas áreas próprias de fixação, com línguas e religião diferentes (Islamismo – cerca de 40%; cultos animistas – cerca de 55% e católicos e outras religiões cristãs, cerca de 5%), distribuem-se:

- no interior, onde dominam os Fulas (cerca de 23%) e Mandingas (cerca de 12%);
- no Norte, onde prevalecem os Balantas (cerca de 27%), tendo na sua vizinhança os Manjacos de Cacheu (perto de 11%), os Papeis de Bissau



(cerca de 10%) e, com menos representatividade, os Felupes, os Baiotes e os Mancanhas ou Brames da zona setentrional;

- na parte continental do Sul repartem-se os Biafares e os Nalus;
- nas ilhas, os Bijagós.

Segundo os dados do The African Statistical Yearbook – 2017, a Guiné-Bissau tem 1,888 milhões de habitantes (como se pode ver adiante, o INE aponta para 1.565.842), dos quais 49,6% são do género masculino e 50,4%, distribuídos principalmente pelos principais núcleos populacionais.

Com uma área já referenciada de cerca de 9.150 km<sup>2</sup>, a Guiné-Bissau tem, assim, uma densidade populacional de cerca de 43,35 habitantes por km<sup>2</sup>, superior à média de África, que se situa em cerca de 37 habitantes por km<sup>2</sup>. A taxa média anual de crescimento da população é de 2,5% (tendo registado entre 2010 e 2015 uma taxa média de crescimento anual de 2,4%) e a taxa de alfabetismo é de 48,1%).

A taxa de mortalidade infantil, embora alta, reduziu-se substancialmente se comparada com a do ano 2000 (178‰).

Indicadores Demográficos							
(Ano: 2015)							
População Total (milhares)	Taxa de crescimento (%)	População Urbana (% do total)	Taxa de mortalidade infantil (por mil)	Taxa de fertilidade (por mulher)	Distribuição Etária (%)		
					0 – 14	15 – 64	65 +
1.565.842	2	47,8	93	4,16	4	5	2

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 2009 / Projeção demográfica 2009-2030 – 2017

Relativamente à estrutura etária da população, esta mostra diferenças acentuadas entre os grupos etários, caracterizada por uma população jovem: a população com 0-14 anos é de cerca de 680,3 mil pessoas, representando 43,44% da população residente total.

A população em idade de trabalhar (população entre os 15 e os 64 anos) é de 853,28 mil pessoas, representando aproximadamente 54,50% da população do País, enquanto que a população com 65 ou mais anos é de apenas 32,22 mil pessoas (2,06% da população).

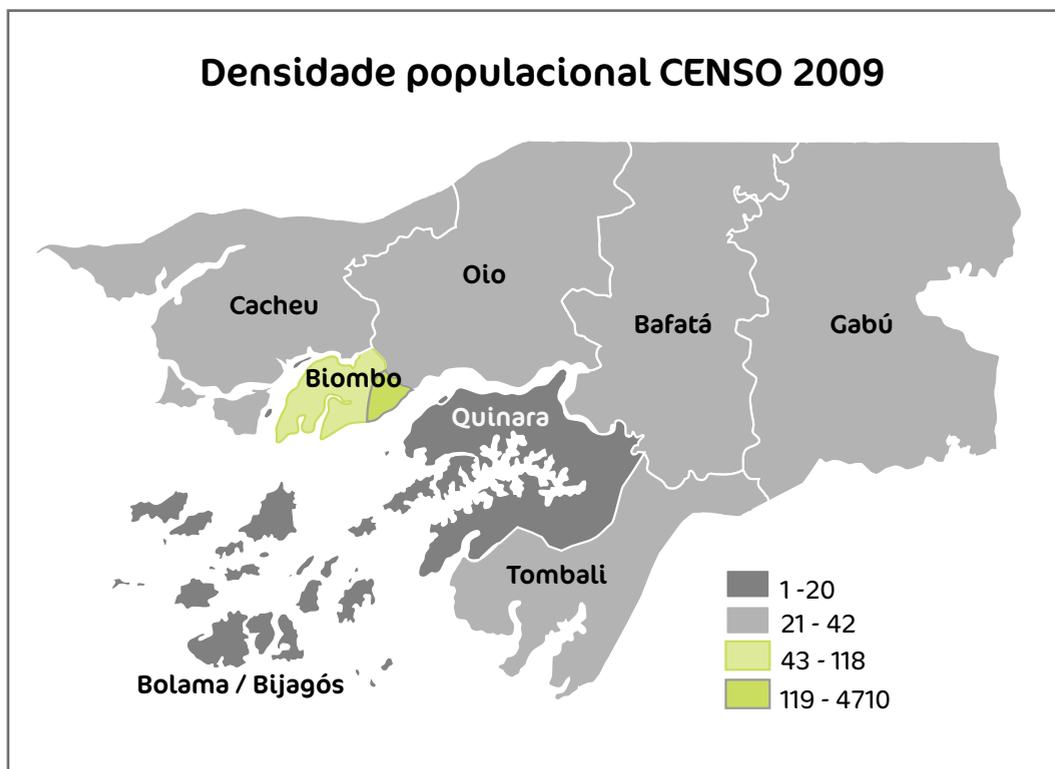


Meramente a título exemplificativo, porque os dados disponíveis respeitam a 2009, a distribuição da população e das áreas pelas regiões é a seguinte:

(Ano: 2009)

Região/Setor	km <sup>2</sup>	População (2009)	Densidade Populacional
TOMBALI	3.736,5	91.89	24,3
QUINARA	3.138,4	60.777	19,3
OIO	5.403,4	215.259	39,8
BIOMBO	838,8	93.039	110,9
BOLAMA BIJAGÓS	2.624,4	32.442	12,3
BAFATÁ	5.981,1	200.884	33,6
GABÚ	9.150,0	205.608	22,4
CACHEU	5.174,9	185.053	35,7
Setor AUTÓNOMO DE BISSAU	77,5	365.097	4.710,9
<b>TOTAL PAÍS (GUINÉ-BISSAU)</b>	<b>36.125</b>	<b>1.449.230</b>	<b>40,1</b>

Fonte: INE da Guiné-Bissau – 2015





#### 1.4.2. IDIOMA

Embora a língua oficial seja o português, apenas cerca de 27,1% da população fala a língua (primeira ou segunda língua).

A grande maioria da população (90,4%) fala kriol, uma língua crioula baseada no português, enquanto os restantes habitantes falam uma variedade de línguas africanas nativas.

#### 1.4.3. RELIGIÃO

As religiões tradicionais africanas (animistas) têm cerca de 44,9% de fiéis, a islâmica (sunitas) tem cerca de 41,9%.

Existe uma minoria cristã (principalmente católica romana, que representa cerca de 11,9% e outras (incluindo ateus), aproximadamente 1,3%.

#### 1.4.4. CULTURA

A Guiné-Bissau é detentora de um património cultural bastante rico e diversificado.

As diferenças étnicas e linguísticas produziram grande variedade a nível da dança, da expressão artística, das profissões, da tradição musical, das manifestações culturais. A dança é, contudo, uma verdadeira expressão artística dos diversos grupos étnicos.

Os povos animistas caracterizam-se pelas belas e coloridas coreografias, fantásticas manifestações culturais que podem ser observadas correntemente por ocasião das colheitas, dos casamentos, dos funerais, das cerimónias de iniciação.

Por seu lado, o estilo musical mais importante é o gumbé. O Carnaval guineense, completamente original, com características próprias, tem evoluído bastante, constituindo uma das maiores manifestações culturais do País.

### 1.5 // Sistema político e organização administrativa

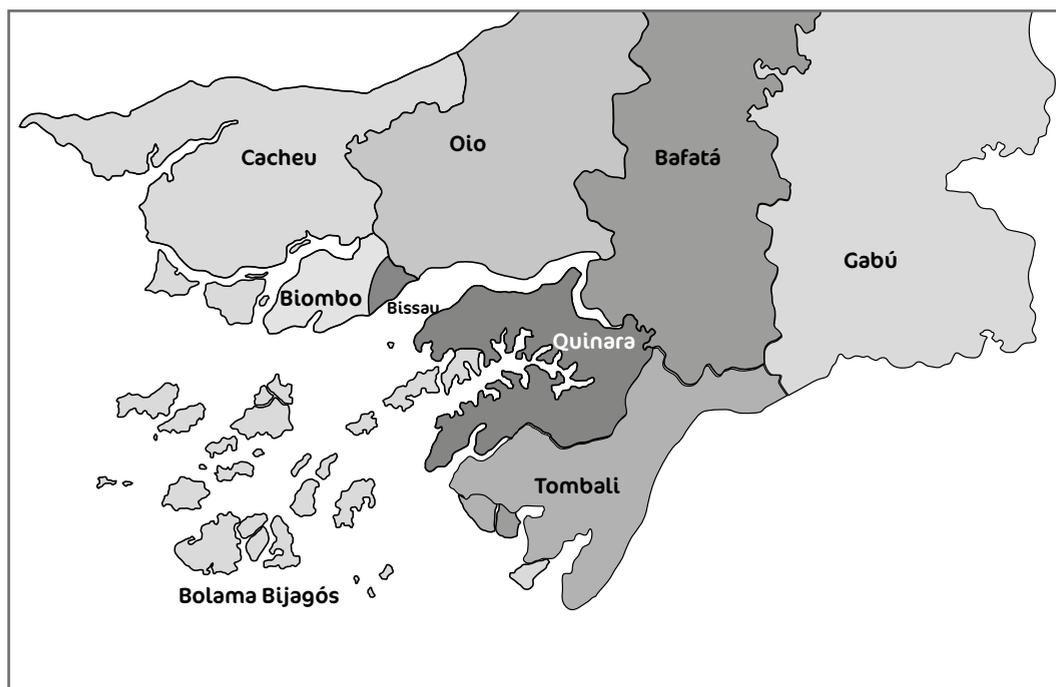
O sistema político da Guiné-Bissau caracteriza-se pelo multipartidarismo, com uma república semipresidencialista, numa democracia representativa em transição, por meio da qual o presidente é chefe de estado e o primeiro-ministro é chefe de governo.

Assim, o poder executivo é exercido pelo governo, enquanto o poder legislativo é investido, tanto pelo governo, como pela Assembleia Nacional Popular. O poder judicial, por seu lado, é independente dos poderes executivo e legislativo. Apesar do quadro democrático e constitucional, os militares têm interferido várias vezes na liderança civil desde que eleições multipartidárias foram instituídas em 1994. Nos últimos 16 anos, a Guiné-Bissau sofreu dois golpes

de Estado, uma guerra civil, uma tentativa de golpe e um assassinato presidencial pelos militares. Nenhum presidente conseguiu cumprir um mandato de 5 anos completo.

Os resultados das últimas eleições legislativas realizadas, em 2014, num universo de 102 deputados eleitos, traduziram-se em: Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (57), Partido para a Renovação Social (41), Partido da Convergência Democrática (2), Partido da Nova Democracia (1) e União para a Mudança (1).

No que se refere à organização administrativa e conforme mapa abaixo, o País está dividido em 8 (oito) regiões e 1 (um) setor autónomo, a saber: as Regiões de Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quínara, Tombali e Setor Autónomo de Bissau, a capital.



As regiões estão, por sua vez, divididas em setores (38 no total) e estes em secções (103), compostas por cerca de 4.500 tabancas (aldeias), dirigidas, as duas primeiras, por Comitês de Estado, encabeçados por um Presidente.

REGIÃO		Setor		SUPERFÍCIE (km <sup>2</sup> )
CÓDIGO	NOME	CÓDIGO	NOME	
01	TOMBALI	011	CATIÓ	1.020,1
		012	KOMO	----
		013	BEDANDA	1.142,6
		014	CACINE	613,4
		015	QUEBO	960,4
TOTAL:				736,5
02	QUINARA	021	BUBA	744,2
		022	EMPADA	777,4
		023	FULACUNDA	917,3
		024	TITE	699,5
TOTAL				3.138,4
03	OIO	031	BISSORA	1.122,9
		032	FARIM	1.531,5
		033	MANSABA	1.387,0
		034	MANSOA	1.096,7
		035	NHACRA	265,3
TOTAL				5.403,4
04	BIOMBO	041	QUINHAMEL	451,0
		042	PRABIS	213,0
		043	SAFIM	174,8
TOTAL				838,8
05	BOLAMA / BIJAGÓS	051	BOLAMA	450,8
		052	BUBAQUE	1.013,3
		053	CARAVELA	1.160,3
		054	UNO	----
TOTAL				2.624,4
06	BAFATÁ	061	BAFATÁ	837,0
		062	COSSÉ	507,5
		063	BAMBADINCA	843,8
		064	XITOLE	1.339,2
		065	CONTUBOEL	1.550,4
		066	GÂMAMUDO	903,2
TOTAL				5.981,1
07	GABÚ	071	BOÉ	3.287,8
		072	PITCHE	2.021,4
		073	GABÚ	2.122,8
		074	PIRADA	934,4
		075	SONACO	783,6
TOTAL				9.150,0
08	CACHEU	081	BIGÉNE	1.082,2
		082	BULA	746,0
		083	CAIÓ	664,3
		084	CANCHUNGO	642,9
		085	CACHEU	1.004,4
		086	S. DOMINGOS	1.035,1
TOTAL				5.174,9
10	SETOR AUT	010	SAB	77,5
TOTAL GUINÉ-BISSAU				36.125

## 1.6 // Infraestruturas

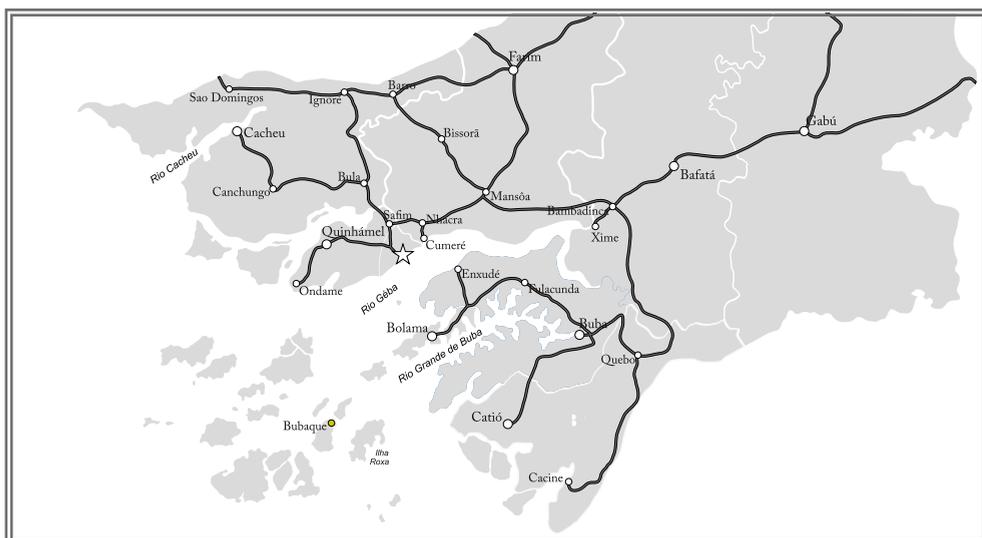
Os conflitos a que o País esteve sujeito desde a sua independência de Portugal em 1974, causaram grandes danos às suas infraestruturas, que terão de ser reabilitadas.

Por outro lado, há ainda necessidade de construir infraestruturas de base, sem as quais o crescimento do País ficará fragilizado. A título de exemplo, o desenvolvimento do setor mineiro depende em grande medida da capacidade do setor dos transportes.

### 1.6.1. RODOVIÁRIAS

No que concerne à rede rodoviária, esta encontra-se, na generalidade, em mau estado. Cobre 4.400 km de estrada, sendo que apenas cerca de 10% está asfaltada. De notar que o BafD financiou as obras de reabilitação de 43 km de vias urbanas em Bissau, iniciadas em Julho de 2013.

Grande parte do território guineense é atravessado por rios, e a falta de pontes faz com que frequentemente se tenha de recorrer a ferries, em nada facilitando o transporte de mercadorias. No entanto, e no âmbito da parceria estabelecida entre a Guiné-Bissau e a União Europeia, foi financiada, integralmente, a construção de duas obras de fulcral importância para o desenvolvimento do País: a ponte Euro-Africana, em São Vicente, e a ponte Amílcar Cabral, em João Landim. Com a construção destas pontes, facilitou-se a circulação e o tráfego no Norte do País, fomentando também a mobilidade e as trocas comerciais no Oeste, fator de grande importância para a integração regional na CEDEAO.



Mapa rodoviário da Guiné-Bissau



### 1.6.2. FERROVIÁRIAS

A Guiné-Bissau não dispõe de ferrovias.

### 1.6.3. AEROPORTOS

O País está dotado de apenas um aeroporto internacional pavimentado, o Aeroporto Internacional de Bissau.

O voo direto entre Bissau e Lisboa tem a duração de 4 horas. As ligações internacionais a outros destinos fazem-se maioritariamente através de Portugal, Marrocos, Cabo Verde ou Senegal.

Existem, ainda, pequenos aeródromos locais, sem capacidade para mais do que avionetas. Algumas fazem a ligação às ilhas, mormente Bubaque, onde se encontra uma importante unidade hoteleira.

### 1.6.4. PORTOS

No que respeita às infraestruturas portuárias e apesar da localização do País potenciar as trocas comerciais por via dos transportes marítimos e fluviais, são em número reduzido e encontram-se, na sua grande maioria, em más condições, necessitando de urgente reabilitação.

Existem quatro portos marítimos de referência: Bissau (o porto mais importante), Buba, Cacheu e Farim.

Localizado no estuário do rio Geba, a envolvente do Porto de Bissau tem, por um lado e como vantagem, o Arquipélago dos Bijagós, que protege o porto das marés do Oceano Atlântico; e, de outro, encontra-se rodeado pelo bairro da cidade de Bissau, o que dificulta a implementação de qualquer medida de extensão do porto para áreas contíguas.

Considerado o maior local de exportação de castanha de caju da África Ocidental e o mais importante porto do País (cobrindo 85% dos fluxos comerciais do País), necessita também de obras de reabilitação e de ampliação por forma a poder dar resposta às necessidades do setor privado, sendo necessário o seu desassoreamento para a atracagem de navios de maior calado.

Por outro lado, o projeto do Porto de Buba dispõe de grandes potencialidades, tendo já sido objeto de um financiamento externo. Está ainda prevista a criação de uma estrada que irá ligar Buba à área de exploração de bauxite, bem como a construção de uma ferrovia com ligações à Guiné-Conacri, assegurada por investidores privados angolanos, que receberão, como contrapartida, a cedência da exploração do porto e a autorização para extração daquele minério. Cumpre referir que as condições naturais do Porto de Buba, principalmente a profundidade das suas águas e a amplitude da zona abrigada, permitem que possam ser recebidos navios de grande porte. Acresce que o porto encontra-se localizado perto da Guiné-Conacri e do Senegal, podendo ainda servir de ligação, através de futuros corredores territoriais, ao Mali, ao Senegal e ao Burkina Faso, facilitando e incrementando a integração económica na CEDEAO.



### 1.6.5. ENERGIA

O País encontra-se dependente de produtos petrolíferos, apesar do seu elevado potencial energético, especialmente em energia hidroelétrica. A construção projetada da barragem do Saltinho poderá vir a fornecer eletricidade a todo o país, bem como gerar eletricidade para exportação.

Esta construção é prioritária para resolver o problema interno da escassez de eletricidade e de aumentar as exportações regionais da Guiné-Bissau. Contudo, atualmente a produção de energia elétrica é reduzida e a eletrificação escassa, sendo comuns os cortes de energia. Por este motivo, várias empresas optaram pela instalação de geradores elétricos.

Sendo o acesso à energia um fator determinante para o desenvolvimento económico, através do programa para a facilidade energética (“ACP-EU Energy Facility”) foram selecionados três projetos com o intuito de fornecer energia elétrica, de forma fiável, sustentável e acessível nas cidades de Bambadinca, Bissorã e na região de Gabú, privilegiando as fontes de energia renováveis.

### 1.6.6. ÁGUA E SANEAMENTO

Estima-se que só metade da população nas zonas rurais tenha acesso a água potável, sendo que apenas 5% terá acesso a um saneamento adequado, pelo que a solução deste problema deva ser encarada como uma prioridade e, consequentemente, uma oportunidade para o desenvolvimento socioeconómico do País.

No âmbito do programa de “Reabilitação das Infraestruturas Sociais”, o Fundo Europeu de Desenvolvimento disponibilizou um financiamento tendo em vista a melhoria das condições sanitárias e estruturas de vários centros de saúde e hospitais da Guiné-Bissau, permitindo assim um atendimento sanitário apropriado a mais de 600.000 pessoas.

### 1.6.7. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A pobreza da Guiné-Bissau reflete-se no desenvolvimento das suas telecomunicações, tendo tido este setor uma evolução lenta.

De momento, não existe rede fixa no País e a rede móvel abrange cerca de 1,2 milhões utilizadores de telemóveis (cerca de 500 000 da Orange, do Senegal e de 697 000 da MTN, da República da Guiné).

Como a Guiné-Bissau não está ligada ao cabo submarino, a internet chega através daquelas duas operadoras, sendo de baixa qualidade. Sem disponibilizarem dados muito exatos, por serem considerados sigilosos para as empresas, foi possível apurar que o total de clientes das duas redes ultrapassará os 400 000. O sistema telefónico do País assenta numa transmissão de combinação de micro-ondas de rádio, numa linha open-wire, radiotelefone e comunicações por telefone móvel, segundo o *The World Factbook*, da CIA).

Relativamente aos media, a Guiné-Bissau tem duas estações de televisão



e o Estado é detentor de uma estação de rádio, existindo também algumas estações privadas.

Nos próximos anos, o esforço de modernização será dirigido para a promoção e modernização dos serviços de telecomunicações, de modo a alcançar uma maior cobertura e eficiência dos serviços móveis, fixos e de internet, a nível nacional. A conexão do País a um cabo-submarino traria novos níveis de eficácia à rede de telecomunicações.

Existe a intenção de privatizar a indústria das telecomunicações, e o alargamento da sua disponibilização/cobertura a todo o País. Assim e, tendo em vista a sua privatização, a Guiné Telecom (operadora de rede fixa) e a Guinetel (operadora móvel) foram reestruturadas pelo Governo, que para tal recorreu a um fundo do BAfD e do Ecobank Transnational Inc..

De notar que, em Junho de 2013, a autoridade reguladora nacional das tecnologias de informação e comunicação da Guiné-Bissau lançou um concurso para o fornecimento e instalação de equipamentos e de aplicações informáticas de controlo e gestão de frequências.

Não existe distribuidor de televisão paga na Guiné-Bissau.

## 1.7 // Acordos internacionais e regionais relevantes

A República da Guiné-Bissau é membro, entre outras organizações, do Banco Africano de Desenvolvimento (African Development Bank – AfDB), do Banco Islâmico de Desenvolvimento (Islamic Development Bank – IDB), do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), da Organisation Internationale de Francophonie e da Organização das Nações Unidas (United Nations – UN) e suas agências especializadas (Specialized Agencies, Related Organizations, Funds, and Other). O País é, ainda, membro da Organização Mundial do Comércio (World Trade Organization – WTO), desde 31 de Maio de 1995.

A nível regional, faz parte da União Africana (African Union – AU), da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da Organização para a Harmonização do Direito Comercial em África (Organisation pour l'Harmonisation en Afrique du Droit des Affaires – OHADA), da União Económica e Monetária Oeste Africana (Union Economique et Monétaire Ouest Africaine – UEMOA) e da Comunidade Financeira Africana (CFA), inserindo-se na denominada Zona do Franco africana, cujos membros partilham uma moeda comum (o Franco CFA), a qual está fixada e convertível face ao Euro através de um acordo monetário especial com a França.

A UA – União Africana, fundada em 2002, sucedeu à Organização da Unidade Africana e é composta por cinquenta e quatro Estados-membros; promove a integração regional como forma de desenvolvimento económico e tem por objetivo final a concretização de uma Comunidade Económica que congregue todos os países de África.



O Tratado de Lagos, que estabeleceu a CEDEAO, foi assinado em maio de 1975, com o objetivo de promover o comércio regional, a cooperação e o desenvolvimento na região. Desde então houve apenas duas mudanças entre os membros: a entrada de Cabo Verde em 1976 e a saída da Mauritânia em 2002.

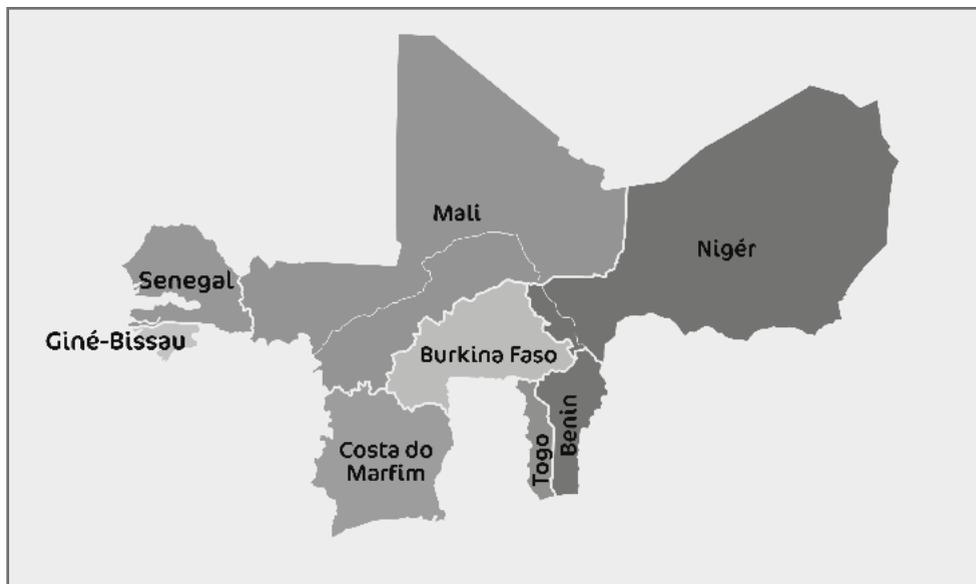


Mapa territorial dos Estados-membros da CEDEAO

O Tratado foi revisto e assinado em Julho de 1993, de forma a acelerar a integração económica e aumentar a cooperação na esfera política, incluindo o estabelecimento dum parlamento oeste-africano, um conselho económico e social e um novo tribunal para assegurar a execução das decisões da Comunidade. Este novo tratado dá formalmente à Comunidade a responsabilidade de evitar e resolver conflitos na região.



Sete países (Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo) desta região formaram uma união económica e monetária chamada de União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), organização de integração regional que tem uma moeda única, o Franco CFA e foi criada por um tratado assinado em Dakar, no Senegal, a 10 de janeiro de 1994.



Mapa dos Estados-membros da União Económica e Monetária Oeste Africana

A 2 de maio de 1997, a Guiné-Bissau tornou-se o oitavo Estado-membro da União. Por sua vez, a CPLP apresenta como objetivos gerais a concertação político-diplomática em matéria de relações internacionais, nomeadamente na defesa e promoção de interesses comuns ou questões específicas, a cooperação, particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico, e a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa. Aderiram a esta comunidade Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

As relações com a União Europeia, estabelecidas há mais de 40 anos, são atualmente guiadas pelos princípios e objetivos presentes no Acordo de Cotonou, que entrou em vigor a 1 de abril de 2003, e que vem substituir as Convenções de Lomé que, durante décadas, enquadraram as relações de cooperação entre a União Europeia (UE) e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP).

Estes Acordos conferem um acesso privilegiado dos produtos ACP ao mercado comunitário. No entanto, no âmbito da parceria UE/Países ACP, as



partes acordaram em concluir novos convénios comerciais compatíveis com as regras da OMC (Acordos de Parceria Económica – APE), eliminando progressivamente os obstáculos às trocas comerciais e reforçando a cooperação em domínios conexos como a normalização, a certificação e o controlo da qualidade, a política da concorrência, a política do consumidor, entre outros. Nesta sequência, a UE concluiu as negociações com os países da Communauté Économique des Etats de l’Afrique de l’Ouest (CEDEAO) com vista à celebração de um Acordo de Parceria Económica (APE) regional (30 de Junho de 2014), que promova o comércio entre as partes (implantação de uma Zona de Comércio Livre, que consinta o acesso privilegiado dos produtos de ambas as partes no território da outra parte), estimule o crescimento económico dos países da CEDEAO e reforce a integração regional.

Este APE regional foi ratificado e aprovado para assinatura pelos Chefes de Estado dos países ECOWAS a 10 de Julho de 2014, aguardando a assinatura/ratificação por ambas as partes para a respetiva aplicação provisória. Até à aplicação deste Acordo regional, os produtos originários da Guiné-Bissau têm acesso privilegiado ao mercado comunitário, ou seja, redução/isenção de direitos aduaneiros, através do regime “Tudo menos armas” do Sistema de Preferências Generalizadas, não existindo qualquer acesso privilegiado na entrada dos produtos comunitários no território da Guiné-Bissau (Practical guide to the new GSP trade regimes for developing countries).

Os elementos de ação fundamentais incluem a erradicação da pobreza em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, a democracia, o Estado de Direito, a boa governação, a defesa e o respeito pelos Direitos Humanos e as liberdades fundamentais.

Esta parceria, da qual faz parte a República da Guiné-Bissau, fomenta igualmente a apropriação das ações por parte de cada parceiro nacional e a responsabilidade mútua, com vista a um desenvolvimento socioeconómico sustentável e abrangente.

Neste sentido, as atividades da União Europeia na Guiné-Bissau em todas as áreas de interesse comum, operam através de um diálogo contínuo com o governo e a sociedade civil. A UE organiza, por exemplo, formações para as organizações da sociedade civil sobre transparência no setor público e governação local, e sobre elaboração de propostas de projetos para Autoridades Locais, iniciativas de promoção dos Direitos Humanos, etc..

### **1.7.1. PRINCIPAIS PROTOCOLOS EXISTENTES COM A CEDEAO**

A CEDEAO conta com mais de 20 instrumentos de cooperação entre os Estados-membros, dos quais 2 protocolos foram retificados inúmeras vezes.



Situação da Guiné-Bissau face aos acordos e protocolos existentes na CEDEAO	
Tipo de Acordo	Âmbito e Descrição do Acordo
Protocolos da CEDEAO assinados pela Guiné-Bissau	1. Protocolo sobre democracia e boa governação;
	2. Protocolo relativo à definição do conceito de produtos originários dos Estados-membros da CEDEAO;
	3. Protocolo relativo à aplicação de compensação pela perda de rendimentos tida pelos
	4. Protocolo relativo ao mecanismo de prevenção, gestão, resolução, manutenção da paz e segurança;
	5. Protocolo relativo à forma e estabelecimento de empresas na CEDEAO;
Outros Protocolos da CEDEAO (sem informação disponível sobre a efetiva assinatura pela Guiné-Bissau)	6. Protocolo relativo à livre circulação de pessoas, direito de residência e estabelecimento;
	7. Protocolo sobre a Energia;
	8. Protocolo relativo à definição da condição dos Cidadãos da CEDEAO;
	9. Protocolo relativo ao Fundo de Cooperação, Remuneração e Desenvolvimento da CEDEAO;
	10. Protocolo relativo à reexportação dentro da CEDEAO de bens importados de países terceiros
	11. Protocolo de avaliação da perda de receita dos Estados-membros da CEDEAO

### 1.7.2. ACORDOS DA GUINÉ-BISSAU NA ÁREA DO COMÉRCIO (ACI, APPRI, ADT)

Para além de integrar a Organização Mundial do Comércio e a CEDEAO, a Guiné-Bissau estabeleceu os seguintes Acordos bilaterais:

Acordos Bilaterais da Guiné-Bissau		
Tipo de Acordos	Acordos assinados mas que ainda não estão em vigor	Acordos em vigor
Acordos de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos	Gâmbia	Portugal
Acordos para Evitar a Dupla Tributação	Não	Portugal

Para além dos Acordos e Protocolos já enunciados, a Guiné-Bissau:

– Associou-se à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e aderiu ao seu código de classificação internacional de patentes e registo de marcas, sendo



igualmente membro da Organização Africana da Propriedade Intelectual (OAPI);  
– Ratificou a Convenção de Paris para a proteção da propriedade industrial e propriedade intelectual para a proteção de marcas e patentes, bem como a Convenção de Berna para a Proteção da propriedade Literária e Artística aderiu ao Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes – PCT.

### **1.7.3. ACORDOS ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E A GUINÉ-BISSAU (AGOA)**

A Lei de Crescimento e Oportunidades para África (AGOA), aprovada em 2000, tem vindo a permitir a exportação de bens e produtos para os EUA, com isenção de taxas alfandegárias.

Para beneficiarem deste regime fiscal, é necessário que os produtos sejam originários de países africanos reconhecidos como estando a implementar medidas que possibilitem uma economia de mercado livre e com políticas democráticas.

### **1.7.4. ACORDOS ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E A GUINÉ-BISSAU**

#### **O Acordo Cotonou**

O Acordo Cotonou, assinado por 79 países em 2000, é o principal instrumento para a prestação de assistência pela UE em matéria de cooperação para o desenvolvimento com os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), e de cooperação da UE com os países e territórios ultramarinos, prevendo a criação de um importante instrumento financeiro de apoio aos seus objetivos, o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED).

O Acordo Cotonou prevê, também, a promoção de instrumentos de dinamização do IDE para os países ACP, nomeadamente:

Promoção do investimento:

- Apoio e financiamento dos investimentos nos países ACP, através de subsídios para assistência financeira e técnica, serviços de assessoria e consultoria, capitais de risco para participações no capital ou operações assimiláveis, garantias de apoio a investimentos privados, nacionais e estrangeiros, bem como empréstimos e linhas de crédito, empréstimos a partir dos recursos próprios do Banco Europeu de Investimento;
- Criação de instrumentos de garantias de investimento, através da crescente disponibilização e utilização, entre outros, de:
- Seguros de risco, enquanto mecanismo de diminuição do risco, no intuito de aumentar a confiança dos investidores nos Estados ACP;
- Fundos de garantia, para cobrir os riscos associados a investimentos elegíveis, em especial, regimes de resseguros destinados a cobrir o IDE realizado por investidores elegíveis;
- Proteção dos investimentos, promoção de acordos de promoção e de proteção dos investimentos que possam igualmente constituir a base de sistemas de seguro e de garantia. Estes mecanismos de apoio às empresas têm vindo a ser promovidos, entre outros, pelas Instituições Financeiras para o Desenvolvimento.



### Outros Acordos

Além do Acordo Cotonou, existe um conjunto de outras convenções e compromissos políticos assinados entre a UE e a Guiné-Bissau, destacando-se a Declaração de Paris sobre a eficácia da ajuda, de 2 de Março de 2005 e instrumentos subsequentes, e a Parceria Estratégica África-UE de 2007.

### 1.7.5. ACORDOS BILATERAIS CELEBRADOS COM PORTUGAL

Há um conjunto de acordos bilaterais que são essenciais para compreender os mecanismos que poderão facilitar o acesso dos investidores portugueses aos mercados: os acordos comerciais de investimento, os acordos de promoção e proteção recíproca de investimentos e os acordos para evitar a dupla tributação.

São vários os acordos negociados entre Portugal e a Guiné-Bissau, embora alguns deles não tenham visto assinado o respetivo Aviso de entrada em vigor:

Acordo	Diplomas Legais	Data de Entrada em Vigor
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Evasão Fiscal	Aviso nº 94/2013, DR nº	05.07.2012
Convenção sobre Segurança Social (assim como o Acordo Administrativo Relativo às Modalidades de Aplicação da Convenção)	Decreto nº 30/99, DR nº	*
Acordo sobre Promoção e	Aviso n	08.04.1996
Protocolo de Cooperação na Área do Comércio e Turismo	Decreto nº 41/91, DR nº 145, Série I-A, de 27 de Junho	*

\* – Não foi publicado Aviso de entrada em vigor





2. // ENQUADRAMENTO  
MACROECONÓMICO  
E PERSPETIVAS





## 2.1 // Evolução recente da situação económica

A Guiné-Bissau é detentora de vastos recursos naturais, que vão desde a agricultura e pescas até aos recursos hídricos e minerais, beneficiando ainda de um património florestal e ambiental de elevado potencial económico. A beleza paisagística, a biodiversidade, a riqueza histórica e a diversidade cultural e etnográfica proporcionam um conjunto de oportunidades na área do Turismo.

Todavia, o País não tem conseguido traçar um caminho sólido e sustentável de desenvolvimento económico e social, em grande medida devido a um clima político instável e a uma administração pública com pouca formação e qualificação.

Segundo o Banco Mundial, a economia da Guiné-Bissau continua a expandir-se apesar do impasse político e da suspensão dos fluxos dos doadores para o País. Após uma taxa de crescimento de 4,8% em 2015, projeta-se que o Produto Interno Bruto (PIB) continue a crescer em 2016, com base em informações que sugerem a melhor colheita de sempre de caju, com cerca de 200 toneladas.

Os preços de 350-450 FCFA por quilo de caju para os produtores e \$1.400 em média para as exportações, são também muito positivos. Espera-se também um aumento da inflação com o aumento das atividades económicas, mas que deve ficar abaixo dos 3%. A situação fiscal ainda é afetada pela instabilidade política e pela suspensão do apoio orçamental.

As informações disponíveis apontam para uma forte consolidação das operações do governo central em resposta à suspensão dos subsídios pelos doadores (aproximadamente 2% do PIB) para atingir um deficit de 1,9% do PIB. Os subsídios para projetos caíram 57%, representando a maior parte do declínio de 24% das receitas. Os projetos financiados localmente foram congelados e as atividades financiadas por fontes externas foram reduzidas a metade. As operações do governo eram financiadas essencialmente por fontes domésticas e regionais.

Por outro lado, o controverso resgate governamental de dois bancos comerciais (equivalente a quase 6% do PIB) ainda não foi totalmente resolvido. O tribunal constitucional ainda não emitiu um parecer sobre a legalidade da transação, mas a atual administração declarou que o contrato era nulo e sem validade e exigiu que os bancos implementassem passos corretivos para remover a transação dos seus balanços. A Comissão Bancária da União Económica e Monetária da África Ocidental (WAEMU) – a autoridade supervisora com a responsabilidade de avaliar das instituições financeiras – ainda não interveio, mas ambos os bancos necessitarão certamente de ser recapitalizados se a transação for revertida.

A economia guineense assenta basicamente no setor primário – agricultura e pescas. De acordo com dados do Economist Intelligence Unit (EIU), o PIB repartia-se por agricultura, florestas e pescas (43,9%), serviços (42,5%) e in-



dústria (13,6%). O setor agrícola inclui culturas de subsistência como o arroz, milho, feijão, batatas, inhame, cana-de-açúcar e frutos tropicais. A cultura da castanha de caju tem uma importância fulcral na economia do País – corresponde a cerca de 1/3 do PIB, e a mais de 85% da receita das exportações. Nesta conformidade, o País é altamente dependente da agricultura de subsistência, da exportação de caju e da ajuda externa.

A Guiné-Bissau é um dos principais produtores a nível mundial de castanha de caju. A pecuária está em fase de desenvolvimento, tal como a exploração florestal (que cobre mais de 50% do território), atividade que o Governo pretende controlar para evitar a delapidação das florestas.

Com 350 km de costa, a pesca é outro setor com grandes potencialidades. A indústria transformadora é incipiente, sendo constituída basicamente por bens de consumo e alimentares (sobretudo cerveja e refrigerantes, essencialmente para consumo interno) e por produtos resultantes da transformação de madeira. O País é rico em bauxite e fosfato, estando a extração deste último minério a dar os primeiros passos.

Nos últimos anos, a instabilidade política não tem permitido o necessário desenvolvimento da economia guineense, o que provocou uma variação negativa do PIB em 2012 (na sequência do golpe militar ocorrido nesse ano, o País viu ser suspensa a ajuda externa, que foi retomada a seguir às eleições de 2014; no entanto, em meados de 2016, grande parte da ajuda externa voltou a ser suspensa devido à turbulência política e ao anúncio do resgate de dois bancos guineenses (posteriormente anulado).

Posteriormente, esta tendência inverteu-se e assistiu-se, embora apenas durante alguns meses, a uma recuperação da atividade económica e a uma maior estabilização orçamental. Por outro lado, a elevada dependência do setor primário, em particular da evolução no mercado da castanha de caju, condiciona substancialmente o desempenho económico do País.

Por outro lado, o Estado guineense tem feito um esforço de desenvolvimento da atratividade do ambiente de negócios, apostando na simplificação das formalidades administrativas e legais e na criação de um regime de incentivos ao investimento competitivo internacionalmente. Não obstante os progressos a este nível – que se refletem na rapidez de abertura de novas empresas no Centro de Formalidade de Empresas e que se manifestam, por exemplo, na subida no ranking “Doing Business”, a perceção dos investidores sobre a facilidade de fazer negócios é muito prejudicada pela instabilidade política. As questões aduaneiras e o combate à evasão fiscal são desafios muito presentes na economia guineense, sendo determinantes para a receita fiscal do Estado e uma condicionante operacional relevante para as empresas que tenham operações de comércio internacional.

Os desafios de competitividade da Guiné-Bissau passam pelo fortalecimento dos serviços públicos básicos na área da saúde, da educação, das infraestruturas básicas de água, saneamento, energia, transportes e comunicações; e, fundamentalmente, pelo relançamento dos setores produtivos o que requer o estímulo do investimento privado.

Com o aumento da segurança e da melhoria do acesso aos meios de produção, o setor agrícola deverá continuar a crescer (representa atualmente cerca de 45% do PIB guineense). Por outro lado, as falhas no fornecimento de energia, a que se juntam infraestruturas obsoletas, impedem o crescimento da indústria transformadora. O esforço para aumentar o valor acrescentado dos produtos agrícolas só deverá ter efeitos a longo prazo e o potencial mineral do país continua, em grande parte, por explorar.

Principais Indicadores Macroeconómicos							
Indicadores	Unidade	2014 <sup>a</sup>	2015 <sup>a</sup>	2016 <sup>a</sup>	2017 <sup>a</sup>	2018 <sup>a</sup>	2019 <sup>a</sup>
População	Milhões	1,7	1,8	1,8	1,9	1,9	1,9
PIB a preços mercado	10 <sup>6</sup> CFA	595,5	626,4	688,5	730,1	782,8	840,5
PIB a preços mercado	10 <sup>3</sup> (USD)	1.111	1.056	1.168	1.239	1.332	1.439
PIB <i>per capita</i>	USD	639,4	594,4	642,6	666,5	700,5	740,0
Crescimento real do PIB	Var. %	2,5	4,8	2,4	3,5	3,6	n.d.
Exportações de bens e serviços	(Var. %)	-13,5	16,8	1,7	3,2	3,2	8,5
Importações de bens e serviços	(Var. %)	20,9	22,4	19,0	2,1	3,1	6,3
FBC	(Var. %)	1,7	11,5	-1,9	5,7	6,3	n.d.
Taxa de inflação (média)	%	-1,0	1,4	2,5	2,8	3,0	3,0
Dívida pública	% do PIB	50,4	52,9	47,3	45,7	43,4	42,1
Saldo do setor público	% do PIB	-3,7	-6,0	-6,3	-3,5	-2,6	n.d.
Balança corrente	% do PIB	-3,3	-1,1	-1,7	-2,8	-3,2	-3,0
Taxa câmbio (média)	1 USD=xCFA	494,4	591,4	590,8	593,6	597,0	n.d.

Notas: (a) Valores efetivos; (b) Projeções; n.d. – não disponível.

CFA – Franco CFA

Fonte: EIU – The Economist Intelligence Unit; FMI – Fundo Monetário Internacional; INE Guiné-Bissau; AICEP

## 2.1.1. ESTRUTURA DO PIB POR SETORES DE ATIVIDADE

### Setor agrícola

A área agrícola da Guiné-Bissau corresponde a cerca de 45% da área terrestre total. O caju é o produto agrícola mais importante e com um papel determinante na economia do País, ocupando cerca de 50% da área de cultivo. Durante muitos anos, a exportação de castanha de caju foi responsável por mais de 90% das receitas de exportação da Guiné-Bissau.

O arroz é das culturas mais importantes e é o principal produto alimentar. Cerca de 40% da procura doméstica por arroz é satisfeita por importações. As florestas da Guiné-Bissau têm potencial para a produção de madeira e representam uma oportunidade significativa para o País, sendo uma importante fonte de rendimentos e recursos, sendo também uma mercadoria muito valorizada no estrangeiro. O setor das florestas é também de importância crítica para a subsistência e biodiversidade locais. Com uma área agrícola de cerca



de 1,630 mil ha e uma área de cultivo (terras aráveis e culturas permanentes) de cerca de 550 mil ha, a área florestal absorve cerca de 19,72 mil km<sup>2</sup>.

Os últimos dados disponíveis apontam para um peso relativo no PIB nacional de 43,9% e a perspetiva de uma taxa de crescimento do setor de 3,3%. Por seu lado, com uma população rural de cerca de 944 mil guineenses, cerca de 509 mil são economicamente ativos, o que representa 78,07% da população economicamente ativa total.

### **Pescas**

A linha de costa da Guiné-Bissau é interrompida por muitos estuários e rios. A Ocidente, a Zona Económica Exclusiva (ZEE) é prolongada pelo arquipélago de Bijagós. O Porto de Bissau, gerido pela entidade governamental da Administração dos Portos da Guiné-Bissau (APGB), é o único porto internacional do País, sendo responsável por 85% das exportações e mais de 90% das importações.

As águas de pesca da Guiné-Bissau são muito ricas pela abundância e diversidade de espécies de peixe. A atividade piscatória na Guiné-Bissau compreende a pesca artesanal – realizada em águas costeiras (águas interiores e o mar territorial) – e a pesca industrial fora da zona de 12 milhas. Atendendo à elevada biodiversidade das suas águas, à extensa área da sua plataforma continental propícia à atividade piscatória, bem como aos vários acordos internacionais em vigor, um número significativo de embarcações de pesca industrial estão presentes na ZEE da Guiné-Bissau.

Estão definidas 3 (três) zonas de pesca:

- Zona de pesca artesanal (águas interiores e o mar territorial);
- Zona de pesca industrial (além das 12 milhas a partir da linha de base da costa);
- Zona marítima comum entre a Guiné-Bissau e o Senegal (azimutes 268º e 220º, medidos a partir do Cabo Roxo).

Por seu lado, existem diversos acordos internacionais de pesca, nomeadamente com: União Europeia:

- Acordo bilateral de pesca multi-espécies no valor de € 9.200.000 por ano até 23-11-2017 (em renovação);
- Protocolo adotado pela Decisão nº 2014/782/UE do Conselho de 16.10.2014 (JO L 328 de 13.11.2014);
- Repartição das possibilidades de pesca adotadas pelo Regulamento (UE) nº 1210/2014 do Conselho de 16.10.2014 (JO L 328 de 13.11.2014);
- Programa de apoio ao setor das pescas da Guiné-Bissau, no valor de €3.000.000 para impulsionar a inspeção e vigilância marítima, investigação científica e formação de pessoal;
- Também beneficia de taxas que os armadores europeus têm de pagar por licenças de pesca, cujo valor depende dos tipos de navios e das capacidades de captura de peixe.



Outros acordos internacionais:

- Associação de Armadores da Rússia (2014);
- Associação Nacional de Armadores de Navios Atuneiros Congeladores (2014);
- China National Fisheries Corporation (2010-2014) (em renovação);
- Governo da República do Senegal (2013).

Devido à própria característica da ZEE, o País é bastante rico em recursos piscatórios. O objetivo da nova política de desenvolvimento do setor da pesca, consiste em maximizar os benefícios provenientes da exploração dos recursos do mar, tanto para o abastecimento do mercado, como para exportação.

### **Setor Industrial**

De um modo geral, a Guiné-Bissau está fracamente integrada em cadeias de valor globais e o seu tecido industrial e comercial é estruturalmente subdesenvolvido. A indústria transformadora é débil, sendo constituída basicamente por bens de consumo e alimentares que contribuem muito pouco para a criação de valor acrescentado, e por produtos resultantes da transformação da madeira. Para além disso, o setor industrial representa apenas uma pequena parte das exportações do país (menos de 5% do total das exportações). O setor representa cerca de 13,6% do PIB e prevê-se uma taxa de crescimento de 1,9%.

Na Guiné-Bissau o setor industrial abrange os seguintes subsetores:

### **Alimentar e Bebidas**

Pouco dinamizado. A Guiné-Bissau é um país predominantemente agrícola.

### **Construção Civil e Materiais de Construção**

O peso do setor privado no volume de negócios nesta área não contribui para uma expansão sustentada do mesmo. É o investimento público no setor das infraestruturas sociais e nas obras públicas que pode constituir o grande fator para o relançamento desta atividade.

### **Metalomecânica**

A reparação naval e a metalomecânica ligeira são dois setores com alguma tradição no País e potencial de desenvolvimento, sendo a metalomecânica ligeira responsável pelo fabrico de utensílios de trabalho no campo e outros fatores de produção que induzem a melhoria dos rendimentos do trabalho agrícola e na construção civil.

A reparação e construção naval é uma das prioridades para um país que se quer voltado para o mar e cujo território é em parte composto por ilhas. A implementação de uma política integrada para o setor será um elemento importante para assegurar o relançamento da atividade.



### Indústria Extrativa

De acordo com o “Memorando Económico do País (2015) – Terra Ranca! Um novo começo” do Grupo Banco Mundial, atualmente, as únicas indústrias extrativas que estão ativas na Guiné-Bissau são pequenas pedreiras para produção de materiais de construção, tais como granito, calcário, argila e areia, embora na zona de Varela, no Nordeste do País, esteja quase a entrar em produção uma mina relativamente pequena de areias minerais (areias pesadas).

A Guiné-Bissau é um País com uma variada riqueza mineral, conhecida e escassamente explorada. Possui reservas avultadas de fosfatos e bauxite. Desde a sua independência, a Guiné-Bissau, tem atribuído concessões para prospeção de petróleo havendo blocos livres, em *offshore*.

O País está interessado em promover também a extração, transformação e exportação das reservas de rochas ornamentais que detém, nomeadamente:

- Rochas ígneas de cor negra (dolorite);
- Rochas ígneas de cor clara (granitos);
- Rochas metamórficas (quartzitos).

A Guiné-Bissau continua a dar prioridade e a fomentar ações geológicas e exploração de modo a permitir o melhor conhecimento da sua potencialidade mineira. Em 2008, o Governo assinou um acordo para a exploração de bauxite, incluindo a construção do porto de águas fundas em Buba para o transporte do minério. Em 2009 foi obtida uma licença de mineração dando início aos trabalhos de pesquisa e exploração de fosfato de Farim.

### Petróleo

As áreas destinadas às perfurações de petróleo são distinguidas entre Norte e Sul. A área Norte é partilhada com o Senegal e operadores como a Eni (Itália), Sterling Energy (Reino Unido), e Marmore (Malásia) têm efetuado trabalhos exploratórios, tendo descoberto depósitos substanciais de óleo pesado. Na área do Sul, foram licenciados 14 blocos a seis operadores, Svenska (Suécia), Black Star Petroleum (Reino Unido), Supernova (Países Baixos), Lime Petroleum (Noruega), SHA (Angola), e Larsen Oil and Gas (Dubai). Aqui, através de *joint-ventures* com a operadora pública de petróleo, Petrolífera da Guiné-Bissau (Petroguin). Segundo o “Memorando Económico do País (2015) – Terra Ranca! Um novo começo” do Grupo Banco Mundial, “alguns especialistas da indústria acreditam que o País pode vir a produzir 30.000 a 60.000 barris por dia”. As descobertas de perfurações *offshore* de petróleo na Guiné-Bissau não resultaram por ora em descobertas comercialmente viáveis. A nova Lei do petróleo permite a licitação de blocos, contratos de serviço, e contratos de partilha de lucros. No entanto, os investidores são obrigados a recrutar e formar trabalhadores nacionais, mas os requisitos são ainda bastante vagos.



### **Construções e infraestruturas**

As deficiências de infraestruturas na Guiné-Bissau são um obstáculo significativo para o seu desenvolvimento. O País aponta os seguintes constrangimentos-chave:

- Deficit no fornecimento de energia;
- Precariedade das estradas;
- Modernização do porto de Bissau;
- Inadequação dos sistemas de telecomunicações.

### **Água e Saneamento**

Através do projeto de reabilitação de infraestruturas do Banco Mundial, foram construídos em Bissau 11 poços com uma capacidade de produção total estimado de 30.000 m<sup>3</sup>/dia. No entanto, apenas 56% dessa capacidade foi utilizada devido às interrupções frequentes das operações de bombeamento (escassez de energia elétrica) e há insuficiente capacidade de armazenamento de água (1.130 m<sup>3</sup>, ou sete por cento da produção diária).

É estimado que apenas cerca de 50% da população rural tem acesso a água potável, e que apenas 4,2% da população urbana tenha esgoto ou fossa séptica. Não existe um sistema de esgotos das águas negras e pluviais e a qualidade do ambiente urbano degrada-se progressivamente por falta de cumprimento das regras e condições de urbanização.

Face ao nível de infraestruturização existente e ao crescimento demográfico previsto, nos próximos anos, os desafios de modernização estarão associados ao aumento do acesso aos serviços de abastecimento de água e de saneamento, nomeadamente a construção de pontos de água e o aumento da capacidade de armazenamento e a segurança e qualidade dos sistemas de tratamento de água.

### **Estradas**

A Guiné-Bissau tem uma rede rodoviária nacional com 3.455 km, dos quais 965 km são estradas pavimentadas e 2.490 km são de terra. A ligação entre as principais cidades está coberta por uma rede viária que permite uma boa circulação, tendo em consideração a densidade populacional e a dinâmica económica existente.

As condições climáticas, nomeadamente o desgaste associado à época das chuvas, exigem um investimento permanente na manutenção da rede rodoviária.

Sendo o território atravessado na sua maioria por rios, o transporte de mercadorias recorre à utilização frequente de embarcações pouco sofisticadas, o que dificulta todo o processo de transporte.

### **Energia**

A produção de energia elétrica depende, sobretudo, de produtos petrolíferos, apesar do seu elevado potencial energético, especialmente em energia renováveis.



Atualmente, a produção de energia elétrica é reduzida, sendo a taxa de eletrificação muito baixa, sobretudo nas zonas rurais. No meio urbano, o fornecimento da eletricidade é marcado pelos cortes frequentes, e não é acessível a todas as famílias. O custo elevado de exploração, perdas importantes (incluindo o roubo, através de ligações clandestinas) e tarifas que os consumidores têm dificuldade em suportar, reduziu significativamente o desenvolvimento das atividades económicas e a melhoria das condições de vida das populações. Estas dificuldades representam um custo elevado para o conjunto da economia da Guiné-Bissau, agravando os custos de produção e o padrão de vida das populações.

### **Bens Imóveis**

Nos termos da lei, a terra é propriedade do Estado e património do povo. É possível a aquisição de imóveis sob a forma de concessão perpétua no caso de prédios urbanos e terrenos para construção e por um período de até 90 anos no caso de prédios rústicos. A aquisição deve ser formalizada para a concessão e a sua transmissão deve ser formalizada por escritura pública e registada na Conservatória do Registo Predial. O arrendamento também é possível. O que antecede é aplicável, sem distinções, a nacionais e residentes e a estrangeiros que queiram investir no País.

### **Aeroportos e Portos Marítimos**

A Guiné-Bissau tem um aeroporto internacional, o Aeroporto Internacional Oswaldo Vieira (Bissau).

O voo direto entre Bissau e Lisboa tem a duração de 4 horas. As ligações internacionais a outros destinos fazem-se maioritariamente através de Portugal, Marrocos, Cabo Verde ou Senegal.

O País tem quatro portos marítimos de referência: Bissau, Buba, Cacheu e Farim, sendo o de Bissau o mais importante, tendo sido originalmente desenhado para navios de passageiros e de carga convencional.

O porto de Bissau cobre aproximadamente 85% dos fluxos comerciais. As tarifas são elevadas em relação à qualidade dos serviços prestados (demora na carga e descarga). A APGB não dispõe de facto de autonomia de gestão e de meios financeiros e enfrenta enormes desafios operacionais, de recursos humanos e financeiros que podem ser resolvidos apenas com um plano de reestruturação e de modernização a médio e longo prazo.

### **Tecnologias de Informação e Comunicação**

O sistema telefónico do País assenta numa transmissão de combinação de micro-ondas de rádio, numa linha open-wire, radiotelefone e comunicações por telefone móvel, segundo o *The World Factbook*, da CIA.

Relativamente aos media, o País tem duas estações de televisão. Quanto a estações de rádio, o Estado é detentor de uma estação existindo também outras estações privadas.



### **Turismo**

Ao longo dos últimos anos, a Guiné-Bissau investiu consideravelmente na conservação da sua biodiversidade bem como dos seus ecossistemas. A criação de um Sistema Nacional das Áreas Protegidas (SNAP) advém do reconhecimento do papel vital que estas áreas desempenham no sustento das populações e estão na base das atividades económicas regionais e locais, assim como na contribuição para a saúde e diversidade do ambiente global. Como resultado, o turismo e o ecoturismo sustentável na Guiné-Bissau têm potencial de crescimento económico e de emprego.

As vantagens da Guiné-Bissau no que respeita ao turismo assentam nos recursos naturais e nos ativos culturais de que dispõe. O Carnaval destaca-se como um grande evento cultural e caracteriza-se por inúmeros palcos que enaltecem, em manifestações etnográficas de raiz local, a tradição festiva guineense.

A biodiversidade característica do País pode ser combinada com recursos culturais fortes, nomeadamente a hospitalidade da população e a diversidade cultural, para criar uma oferta turística única. A culinária diversa e atraente, festivais culturais, danças e músicas tradicionais, bem como o artesanato, são fatores que contribuem para enriquecer ainda mais a experiência turística.

O turismo surge, assim, com uma importância crescente na Guiné-Bissau, estando o País consciente das potencialidades e das condições naturais que apresenta e a importância em atrair mais investidores nacionais e estrangeiros, com vista à criação de infraestruturas e serviços adequados e que obedeçam aos níveis mais elevados da indústria turística internacional. A caça e a pesca são duas grandes atrações da Guiné-Bissau. É possível fazer pesca desportiva e caça submarina, apanhando espécies tais como xaréus, barracudas, corvinas, bicas, pargos, garoupas, cobias, raias, bagres, etc. A caça desportiva também é uma atividade de atração turística e que permite aos seus praticantes a caça de espécies como as rolas, francolins, patos, gangas, galinha-do-mato, javali-africano, potamochoero e duikers.

Por fim, a gastronomia guineense caracterizada pelo pitch patch (sopa de ostras), pelo caldo de mancarra (amendoim) acompanhado de galinha, o chabéu, a cafriela, o siga (à base de óleo de palma e quiabo), o brinde de peixe, a bica grelhada e a poportada com farinha de arroz e carne de porco, são algumas das especialidades guineenses.

### **Arquipélago dos Bijagós**

Os Bijagós são considerados o ex-libris do turismo guineense e são o principal destino turístico do País. O arquipélago é composto por 88 ilhas e ilhotas, sendo as mais conhecidas Bubaque, Rubane e Maio.

O arquipélago composto pelas ilhas Formosa, Galinhas, é também um ponto de passagem bastante comum devido às águas calmas e sem poluição, povoadas de peixes, moluscos e mariscos, e é considerado um dos locais mais bonitos do continente africano.

A travessia entre Bissau e Bubaque é um dos pontos de maior atração turística. Na ilha de Rubane encontra-se o Acaja Club, unidade de assistência aos que gostam de pesca, uma vez que esta ilha é considerada o paraíso



deste desporto. O clube oferece também excursões em pirogas entre as ilhas dos Bijagós.

### **Regiões e suas características**

A região de Gabú é conhecida por albergar alguns centros artesanais tradicionais, sendo a ourivesaria e os móveis de papiro algumas das mostras genuínas da região.

Buba é recomendada pelo esplendor da sua floresta tropical e pelos safaris, bem como por viagens românticas de barco pelo Rio Grande de Buba, saboreando uma refeição de ostras, molusco abundante sobre as raízes dos paletúvios.

Xitole é uma região caracterizada por desportos relacionados com caça, pesca e canoagem. Fica a 115 km de Bissau, e tem como maiores atrações as quedas de água e os rápidos de Saltinho e Cosselintra.

A 100 km de Bissau fica Cacheu, antiga zona colonial, com o antigo forte e os seus canhões à beira-rio sobre as plantações de palmito, os seus canhões ainda intactos e o cenário idílico que dali se desfruta ao entardecer, com bandos de aves e um sol vermelho que se reflete no rio.

Em Canchungo, o artesanato é rei, com largas ruas, contornadas de casas pintadas de várias cores – Olaria Manjaco.

Varela, a poucos quilómetros da fronteira com o Senegal, é o prolongamento natural da enorme extensão de areia e mar que o litoral da região de Casamansa proporciona no Sul daquele País.

Segundo o INE, a evolução do PIB, na ótica da produção, foi a seguinte, para o período de 2012 a 2016:

<b>Produto Interno Bruto na ótica da produção</b>					
(Em milhões de Fcfa a preços correntes)					
<b>Produto Interno Bruto</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Sector Primário</b>	<b>236.844</b>	<b>228.032</b>	<b>214.247</b>	<b>284.045</b>	<b>317.884</b>
Agricultura	193.845	175.293	159.948	235.369	266.087
Pecuária, caça	17.098	18.615	18.250	18.965	20.178
Pesca	17.893	18.900	19.330	18.883	21.540
Floresta	8.008	15.224	16.719	10.828	10.079
<b>Sector Secundário</b>	<b>68.400</b>	<b>74.527</b>	<b>75.084</b>	<b>75.941</b>	<b>87.583</b>
Atividade extrativa	93	157	172	137	114
Agroalimentar	55.633	59.925	58.856	60.476	71.349
Outras Indústrias	6.046	5.590	5.637	5.851	7.674
Construção	3.833	6.478	7.097	5.723	4.794
Água – Eletricidade	2.795	2.377	3.322	3.754	3.652
<b>Sector Terciário</b>	<b>192.263</b>	<b>207.232</b>	<b>218.398</b>	<b>224.453</b>	<b>251.578</b>
Comércio e Reparações	94.677	110.474	110.801	107.149	130.578
Hotéis e restaurantes	320	808	966	959	1.044
Transportes e telecomunicações	26.144	26.331	27.025	29.750	30.490
Serviços financeiros	9.028	8.003	8.134	8.966	9.008
Serviços imobiliários outros serviços	6.650	7.078	7.309	8.025	8.382
Serviços de Administração Pública	42.578	43.446	53.056	54.346	56.025
Serviços de educação	8.643	7.146	7.054	11.038	11.620
Serviços de saúde	3.225	2.895	2.989	3.132	3.309
Serviços coletivos e domésticos	998	1.051	1.064	1.088	1.122
<b>Correção para o consumo dos SIFIM</b>	<b>-10.893</b>	<b>-10.216</b>	<b>-10.611</b>	<b>-9.773</b>	<b>-9.773</b>
<b>Total do Valor Acrescentado</b>	<b>486.614</b>	<b>499.575</b>	<b>497.118</b>	<b>574.666</b>	<b>647.272</b>
Impostos sobre produtos	18.465	17.087	23.754	37.844	43.200
<b>Produto Interno Bruto</b>	<b>505.662</b>	<b>516.662</b>	<b>520.872</b>	<b>612.511</b>	<b>690.472</b>

Fonte: INE – Direção de Serviços de Estatísticas Económicas e Financeiras – 2017

Para o mesmo período e em termos de distribuição setorial da economia guineense, os pesos relativos dos setores primário (46,0%), secundário (12,7%) e terciário (36,4%), têm-se mantido praticamente constantes no período em apreço, com destaque para o primeiro, fruto, principalmente e como já afirmado, das exportações de caju.



Taxa de crescimento real por Setor de atividade (%)					
Produto Interno Bruto	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Setor Primário</b>	<b>-0,1</b>	<b>3,7</b>	<b>-6,5</b>	<b>2,9</b>	<b>5,3</b>
Agricultura	-0,6	0,5	-9,5	7,4	6,3
Pecuária, caça	2,8	4,0	-0,1	2,3	2,3
Pesca	0,4	-0,4	0,0	1,3	9,0
Floresta	2,6	70,6	9,0	-34,5	-8,9
<b>Setor Secundário</b>	<b>5,0</b>	<b>4,7</b>	<b>2,8</b>	<b>5,1</b>	<b>4,8</b>
Atividade extrativa	10,0	63,6	8,3	-23,7	-17,6
Agroalimentar	5,8	3,0	0,3	9,7	5,0
Outras Indústrias	-0,1	-10,6	0,3	2,9	32,6
Construção	17,8	62,8	8,0	-23,7	-17,8
Água – Eletricidade	-9,4	-18,1	37,8	6,5	-3,1
<b>Setor Terciário</b>	<b>-4,5</b>	<b>2,7</b>	<b>7,4</b>	<b>6,6</b>	<b>5,7</b>
Comércio e Reparações	2,6	1,0	2,8	6,2	8,3
Hotéis e restaurantes	-48,7	148,3	15,5	1,2	15,5
Transportes e telecomunicações	-3,6	-0,9	8,4	13,5	4,1
Serviços financeiros	-10,9	-1,7	15,4	-11,9	1,5
Serviços imobiliários outros serviços	1,8	2,4	2,4	5,3	3,8
Serviços de Administração Pública	-19,3	13,7	17,3	7,1	3,1
Serviços de educação	2,1	-16,3	-3,0	5,2	3,9
Serviços de saúde	19,5	-8,9	3,0	4,5	6,1
Serviços coletivos e domésticos	2,2	1,9	2,7	2,1	2,0
Correção para o consumo dos SIFIM	-3,0	4,9	19,0	-27,8	1,3
<b>Total do Valor Acrescentado</b>	<b>-1,4</b>	<b>3,4</b>	<b>0,4</b>	<b>5,8</b>	<b>5,5</b>
<b>Impostos sobre produtos</b>	<b>-15,9</b>	<b>-1,8</b>	<b>26,8</b>	<b>20,4</b>	<b>14,3</b>
<b>Produto Interno Bruto</b>	<b>-1,7</b>	<b>3,3</b>	<b>1,0</b>	<b>6,1</b>	<b>5,8</b>

Fonte: INE – Direção de Serviços de Estatísticas Económicas e Financeiras – 2017

Quanto à taxa de crescimento do PIB, a preços reais, depois do impacto da crise de 2012 e das eleições, em 2014, voltou aos parâmetros normais o que, dada a maturidade da economia do País, ainda é insuficiente para o seu crescimento sustentado.



## 2.1.2. EVOLUÇÃO DO EMPREGO

### Situação atual

A Guiné-Bissau não dispõe de dados oficiais acerca do nível de desemprego, nem de dispositivos apropriados para o registo de desempregados, pelo que as estatísticas existentes não são fiáveis.

Tendencialmente verifica-se alguma sazonalidade, na medida em que o emprego está fortemente dependente dos ciclos agrícolas. Não obstante, estima-se que a taxa de desemprego ronde os 10%.

Embora aparentemente positiva, esta estimativa não reflete as situações de subemprego, sobretudo no meio rural, nem do desemprego entre os jovens, fatores que, se considerados, aumentariam a taxa de desemprego para cerca de 30%.

O Governo guineense, em parceria com o Fundo mundial para a criação de emprego nos Estados frágeis em conflito, tem vindo a trabalhar com o objetivo de reverter o desemprego, através da implementação de políticas adequadas para combater a instabilidade política, a fragilidade económica, a não criação de emprego no setor público, na agricultura e nos serviços.

Na verdade, dada a grande segmentação do mercado de trabalho, tanto do lado da procura como da oferta, podem-se considerar vários mercados e sub-mercados laborais:

### O setor rural

Por a maioria da população guineense ser rural, parte do mundo laboral constitui um segmento que trabalha essencialmente na agricultura tradicional e, em menor grau, nas atividades pesqueiras e pecuárias.

Normalmente, os camponeses têm reduzidas qualificações e utilizam na produção métodos tradicionais e tecnologias rudimentares. Tal origina muito baixa produtividade das atividades e, em consequência, os rendimentos são reduzidos.

Este segmento caracteriza-se ainda pela sua forma independente de trabalhar, pela não existência de assalariados nem de contratados. Por esta razão, o seu rendimento pessoal (o seu “quase-salário”) é resultado de uma distribuição do produto da sua parcela. Essa distribuição é realizada, usualmente, entre os membros da sua família que laboram na parcela de acordo com os usos e costumes tradicionais e o rendimento pessoal é afetado pelos preços desse “mercado”, que dependem das cotações agropecuárias, da quantidade de bens que produz e da quantidade de pessoas com quem partilha o rendimento total da parcela.



### O setor formal urbano e “moderno”

Na Guiné-Bissau, o setor formal é essencialmente constituído pela administração pública e por empresas do setor público, sendo as atividades do setor privado formal relativamente reduzidas.

Embora mais de 90% das possibilidades de emprego na Guiné-Bissau sejam geradas fora do setor formal moderno, isto é, nos setores informal urbano e rural, a criação de emprego no setor formal é particularmente importante pois é este setor que oferece os empregos de maior qualidade e melhor remunerados e, raramente, os trabalhadores deste setor figuram na franja da população considerada pobre.

### O setor informal urbano

A economia informal, nomeadamente nas zonas urbanas, representa o segundo potencial de crescimento do emprego na Guiné-Bissau, após a agricultura, tal como acontece na grande maioria dos países da África Subsaariana (ASS). Estimativas da OIT indicam que o setor informal representa, na ASS, mais de 60% do emprego urbano total e cerca de 25% do emprego total dos diferentes setores. Embora o setor informal urbano tenha conhecido um crescimento rápido (como resultado do alívio dos regulamentos verificado nas últimas décadas), a produtividade do trabalho neste setor diminuiu, o que conduziu a um aumento da pobreza nas zonas urbanas.

## Tendências

### Procura de emprego

A procura de emprego na Guiné-Bissau apresenta algumas linhas comuns aos restantes países da África Subsaariana: uma forte pressão demográfica, o seu carácter essencialmente jovem e as limitadas qualificações profissional e académica da maioria dos candidatos a emprego.

Entre os principais grupos à procura de emprego, destacam-se, pela sua prioridade de atendimento:

- os jovens, marginalizados do sistema escolar por nunca nele terem entrado ou por o terem precocemente abandonado ou ainda os que, possuindo uma qualificação académica (obtida no País ou no exterior), não têm oportunidade de exercer uma atividade remunerada;
- as mulheres, dada a sua posição na estrutura social e económica, com prioridade para aquelas que são chefes de família ou membros de famílias numerosas carenciadas;
- os cidadãos portadores de deficiência, cada vez mais marginalizados do mercado de emprego e a quem são negadas oportunidades para o exercício de uma atividade remunerada;
- as populações excluídas, cujas famílias, pela sua extensão e nível de rendimento, se encontram marginalizadas das possibilidades de progresso económico e social (alimentação, habitação, acesso à educação, saúde, água potável, saneamento básico, etc.);



- Os desempregados de longa duração, a que se juntam, pela conjuntura particular da Guiné-Bissau, grupos específicos como:
  - ex-combatentes, tais como os combatentes da liberdade da pátria, os desmobilizados e outros grupos envolvidos em conflitos armados;
  - licenciados dos setores público administrativo e empresarial, que perderam ou estão em vias de perder os seus empregos no setor formal, como consequência do processo de ajustamento estrutural e aqueles que perderam o seu posto de trabalho como resultado do conflito político-militar.
- Isto dito, a dimensão do desafio que o País enfrenta em matéria de emprego é claramente visível através das estimativas sobre o número de pessoas que anualmente chegam ao mercado de trabalho. Em 1991, estimava-se que a economia guineense deveria, para manter constantes os níveis de desemprego e subemprego, gerar novos empregos para cerca de 30.000, não tendo em conta os movimentos migratórios campo-cidade, que elevarão substancialmente estes valores, nomeadamente em meio urbano.

### **Oferta de emprego**

As potencialidades, em termos de oferta de emprego, dependem, naturalmente, de região para região, mas podem considerar-se como setores potenciais de absorção:

#### **No meio rural**

- A agricultura, com destaque para as culturas de rendimento e, em particular, aquelas viradas para a exportação, como o caju e os frutos tropicais;
- As atividades a montante e a jusante da agricultura, nomeadamente a produção e a reparação de utensílios agrícolas, a conservação e a transformação de alimentos, etc.;
- As atividades de construção e reparação de infraestruturas, nomeadamente de estradas secundárias e terciárias, de ativos sociais (escolas, postos de saúde, infantários,...), de postos de abastecimento de água, saneamento básico, etc.;
- O comércio rural, de aquisição de produtos agrícolas e seus derivados, de fornecimento de recursos para a agricultura e de produtos básicos para as populações.

#### **No setor informal urbano**

- As atividades de manufatura, como a produção de vestuário, de utensílios domésticos, de móveis, de produtos metálicos, etc.;
- As atividades de pequenas reparações na construção civil (pedreiros, canalizadores, estucadores, carpinteiros, pintores, eletricitistas,...);
- A prestação de pequenos serviços, como a mecânica auto, bate-chapas, reparação de rádios, reparação de bicicletas e motociclos, reparação de pneus, barbeiros,...;
- A prestação de serviços de vigilância e domésticos;
- O comércio.



### No setor “moderno”

- A prestação de serviços de hotelaria e turismo;
- Os serviços ligados ao desenvolvimento das novas tecnologias (informática, telecomunicações, etc.);
- As especialidades e qualificações ligadas aos novos investimentos produtivos, variando com a natureza do investimento e o tipo de tecnologia utilizada.

### 2.1.3. COMÉRCIO EXTERNO

Segundo a AICEP e no que se refere às transações comerciais, a Guiné-Bissau ocupou, em 2015, a 171ª posição do ranking de exportadores e a 191ª enquanto importador. Embora habitualmente largamente deficitária, a balança comercial guineense registou um saldo de 30 milhões de dólares, resultante do aumento das exportações em cerca de 36%, enquanto as importações não foram além de um crescimento de 6,6%. O valor das exportações atingiu 259 milhões de USD. Para 2016, o EIU estima que estas tenham voltado a crescer na ordem de 7,5%.

Relativamente às importações, as estimativas apontam para que se tenha verificado uma contração de 2,9% em 2016.

Evolução da balança comercial da Guiné-Bissau					
(10 <sup>6</sup> USD)					
Balança Comercial	2011	2012	2013	2014	2015
Exportações fob	242	131	153	166	259
Importações fob	240	182	183	214	229
Saldo	2	-51	-30	-48	30
Coeficiente de Cobertura (%)	100,8	72,0	83,6	77,6	113,1
Posição no “ranking” mundial					
Como exportador	173 <sup>a</sup>	177 <sup>a</sup>	175 <sup>a</sup>	174 <sup>a</sup>	171 <sup>a</sup>
Como importador	190 <sup>a</sup>	193 <sup>a</sup>	193 <sup>a</sup>	193 <sup>a</sup>	191 <sup>a</sup>

Fontes: WTO – World Trade Organization; AICEP

**Principais clientes e fornecedores**

De acordo com os dados do International Trade Centre (ITC), a Índia constitui o principal cliente da Guiné-Bissau representando, em 2015, cerca de 72% das suas exportações. De salientar que, ao longo dos últimos anos, o peso do mercado indiano tem vindo a consolidar-se. Dos restantes clientes, destaca-se o Vietname, que ocupa o 2º lugar do ranking, com uma quota de 11,4%. Portugal tem representado quotas pouco expressivas nas exportações guineenses ocupando, em 2015, o 15º lugar com uma quota de 0,10%.

PRINCIPAIS CLIENTES						
Mercado	2013		2014		2015	
	Quota (%)	Pos.	Quota (%)	Pos.	Quota (%)	Pos.
Índia	45,0	1ª	60,6	1ª	71,6	1ª
Vietname	20,5	2ª	10,7	3ª	11,4	2ª
China	5,5	4ª	18,8	2º	6,3	3ª
Togo	5,0	5ª	5,1	4ª	4,9	5ª
Costa do Marfim	1,7	7ª	0,0	67º	1,0	6ª

Fonte: ITC – International Trade Centre; AICEP

Na perspetiva das importações guineenses e relativamente aos principais fornecedores, destacam-se dois países – Portugal e Senegal – responsáveis por 51,5% das mercadorias importadas em 2015. Portugal tem ocupado uma posição relativamente estável enquanto fornecedor da Guiné-Bissau, oscilando entre o 1º e o 2º lugar.

PRINCIPAIS FORNECEDORES						
Mercado	2013		2014		2015	
	Quota (%)	Pos.	Quota (%)	Pos.	Quota (%)	Pos.
<b>Portugal</b>	<b>28,8</b>	<b>1ª</b>	<b>20,9</b>	<b>2ª</b>	<b>28,4</b>	<b>1ª</b>
Senegal	28,3	1ª	21,9	1ª	23,1	2ª
China	3,7	5ª	4,2	6ª	3,4	3ª
Espanha	3,5	4ª	4,3	4ª	3,2	4ª
Paquistão	1,5	15ª	2,7	8ª	1,7	5ª

Fonte: ITC – International Trade Centre; AICEP



### Principais produtos transacionados

Como anteriormente referido, as exportações da Guiné-Bissau estão concentradas, na sua maioria, na castanha de caju. Em 2015, este produto representou mais de 83% do total das vendas guineenses ao exterior (71,3% em 2014 e 65,3% em 2013). São ainda de assinalar as exportações de peixes (8,6% do total de 2015) e de madeira (6,3%).

A composição das importações é, naturalmente, mais diversificada, mas apresenta três grupos de produtos tradicionalmente dominantes: produtos petrolíferos (14,4%), produtos alimentares (7,9%) e plásticos (5,7%).

Principais produtos transacionados – 2015			
Principais produtos exportados	% Total	Principais produtos importados	% Total
08 - Frutas; cascas de citrinos e de melões	83,4	27 - Combustíveis e óleos minerais	14,4
03 - Peixes, crustáceos e moluscos	8,6	10 - Cereais	7,9
44 - Madeira, carvão e obras de madeira	6,3	39 - Plásticos e seus artigos	5,7
12 - Sementes e frutos oleaginosos	1,1	85 - Máquinas e aparelhos	5,7
72 - Ferro fundido, ferro e aço	0,2	19 - Preparações e produtos de pastelaria	5,6

Fonte: ITC – International Trade Centre; AICEP

### 2.1.4. INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

O atual nível de desenvolvimento do País e as frequentes crises políticas têm condicionado a entrada de fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE). De acordo com o World Investment Report publicado pela UNCTAD, entre 2011 e 2015, a Guiné-Bissau recebeu 99 milhões de USD de investimento direto estrangeiro. No ano de 2015 e num universo de 207 países, a Guiné-Bissau posicionou-se no 174º lugar do ranking mundial enquanto recetor de IDE. Apesar das importantes reservas de bauxite, de fosfato e de petróleo, não se tem verificado o arranque, em larga escala, da exploração mineira. Apenas o Canadá, Angola e a Rússia têm revelado um interesse sério na exploração dos recursos minerais do País.

INVESTIMENTO DIRECTO					
(10 <sup>6</sup> USD)					
Investimento Directo	2011	2012	2013	2014	2015
Investimento estrangeiro na Guiné-Bissau	25	7	20	29	18
Investimento da Guiné-Bissau no estrangeiro	1	0	0	3	0
Posição no “ranking” mundial					
Como recetor	177 <sup>a</sup>	186 <sup>a</sup>	183 <sup>a</sup>	180 <sup>a</sup>	174 <sup>a</sup>
Como emissor	133 <sup>a</sup>	126 <sup>a</sup>	138 <sup>a</sup>	130 <sup>a</sup>	137 <sup>a</sup>

Fontes: WTO – World Trade Organization; AICEP



Conforme se pode ver no quadro abaixo, no plano do financiamento público, a Guiné-Bissau tem-se suportado em donativos, empréstimos e perdões de dívida. A significativa redução dos empréstimos e donativos, nos anos de 2012 e 2013, deveu-se ao golpe militar de 2012, o que levou à suspensão dos principais apoios de que tem beneficiado.

<b>Fontes de financiamento do investimento público</b>						
(Milhões de F CFA)						
<b>Investimento Público</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Financiamento externo	28.229	21.055	23.419	39.233	45.151	40.664
Donativos	21.196	15.945	17.516	26.179	35.115	27.154
Empréstimos	7.033	5.110	5.903	13.054	10.035	13.510
Financiamento interno	178	0	0	1.697	3.536	2.790
<b>Total</b>	<b>28.407</b>	<b>21.055</b>	<b>23.419</b>	<b>40.930</b>	<b>48.686</b>	<b>43.454</b>

Fonte: Secretaria do Plano e Integração Regional e INE

### 2.1.5. TURISMO

De acordo com os dados publicados pela Organização Mundial de Turismo (OMT), em 2015 entraram nas fronteiras da Guiné-Bissau 43.800 turistas, o que correspondeu um acréscimo de 17,6% face ao ano anterior. Quanto às receitas geradas, estas atingiram 27,2 milhões de USD em 2013 (último ano com dados disponíveis).

Na Guiné-Bissau faltam as estruturas para acolher turistas. Existem algumas unidades hoteleiras em Bissau, bem como no Arquipélago dos Bijagós. Todavia, são insuficientes as ligações marítimas, assim como a rede rodoviária, sobretudo na capital. São também necessários investimentos ao nível da saúde e, sobretudo, de divulgação do potencial do País, quanto ao ecoturismo, turismo cinegético, entre outros.

<b>Indicadores do Turismo</b>					
<b>Investimento Direto</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Turistas <sup>(a)</sup> (10 <sup>3</sup> )	36,7	35,4	35,5	36,1	43,8
Receita <sup>(b)</sup> (10 <sup>6</sup> USD)	31,5	19,8	27,2	n.d.	n.d.

Fonte: Organização Mundial de Turismo - OMT Notas: n.d. – não disponível

(a) Inclui apenas dormidas na hotelaria global

(b) Não inclui as receitas de transporte



## 2.1.6. RELAÇÕES ECONÓMICAS PORTUGAL – GUINÉ-BISSAU

### Comércio de bens

Em 2015, a quota da Guiné-Bissau no comércio internacional português de bens e serviços foi de 0,12%, enquanto cliente, e de 0,01%, como fornecedor, ambas em linha com as registadas no período em análise (2011-2015).

Quota da Guiné-Bissau no Comércio Internacional Português de Bens e Serviços						
		2011	2012	2013	2014	2015
Como cliente de Portugal	% Exportação	0,12	0,13	0,11	0,10	0,11
Como fornecedor de Portugal	% Importação	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01

Fonte: Banco de Portugal; AICEP

No período em referência, as exportações portuguesas de bens e serviços para a Guiné-Bissau registaram um crescimento médio anual de 2,5%, para o que contribuiu o resultado de 2015. Ao nível das importações, apesar das reduções registadas nos valores de 2013 e 2014, averbou uma taxa média de crescimento anual de 8,3%. O saldo da balança comercial de bens e serviços, habitualmente positivo, atingiu, neste último ano, um superavit de 72,9 milhões de euros, o melhor resultado dos últimos 5 anos.

Balança Comercial de Bens e Serviços de Portugal com a Guiné-Bissau			
(10 <sup>6</sup> euros)			
Bens	2013	2014	2015
Exportações	77,2	68,8	80,0
Importações	5,8	5,6	7,0
Saldo	71,4	63,2	72,9

Fonte: Banco de Portugal; AICEP

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a Guiné-Bissau ocupa uma posição modesta enquanto cliente de Portugal – 50<sup>a</sup> em 2015 – com uma quota praticamente residual em termos de exportações portuguesas (0,15%). Como fornecedor de Portugal, esse relacionamento comercial é ainda mais modesto, com a Guiné-Bissau a ocupar a 150<sup>a</sup> posição, em linha com as de anos anteriores.

Para o comércio internacional da Guiné-Bissau e segundo as estatísticas do International Trade Centre (ITC) relativas a 2015, a importância de Portugal, enquanto cliente e fornecedor, é bastante mais expressiva (15<sup>a</sup> e 1<sup>a</sup> posição, respetivamente), com quotas de 0,10% ao nível das exportações e de 28,4% no que se refere às importações.

A balança comercial entre os dois países, tradicionalmente favorável a



Posição e Quota da Guiné-Bissau no Comércio Internacional Português de Bens							
		2011	2012	2013	2014	2015	2016 <sup>(a)</sup>
Como cliente de Portugal	Posição	48	48	47	50	50	49
	%	0,15	0,16	0,15	0,14	0,15	0,16
Como fornecedor de Portugal	Posição	147	162	152	149	150	152
	%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística de Portugal; AICEP

Nota: Jan/Nov 2016

Portugal, registou, em 2015, o maior saldo do período em análise, atingindo 73,5 milhões de euros.

Entre 2011 e 2015, os valores das exportações portuguesas para a Guiné-Bissau diminuíram em 2013 e 2014 (para valores superiores aos verificados em 2011), voltando a crescer em 2015, o que conduziu a uma taxa média de crescimento anual nesse período de 3,9%. No período janeiro-novembro de 2016, as exportações portuguesas para o mercado cifraram-se em 73,2 milhões de euros, um acréscimo homólogo de 10%.

Ao nível das importações, que registaram o mesmo valor nos últimos três anos do período 2011-15 (0,2 milhões de euros), assinalaram um crescimento médio anual de 77%. Nos primeiros 11 meses de 2016, as compras ao mercado registaram, em termos homólogos, uma subida de 7,4%.

Balança Comercial de Bens de Portugal com a Guiné-Bissau			
Bens	2013	2014	2015
Exportações	69,8	64,9	73,7
Importações	0,2	0,2	0,2
Saldo	69,6	64,7	73,5

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística de Portugal; AICEP



Relativamente à estrutura das exportações portuguesas para a Guiné-Bissau, constata-se uma significativa concentração nos combustíveis minerais (35,3% do total, em 2015) e nos produtos alimentares (18,7%), grupos que, no seu conjunto, representaram 54% do total. De referir que, nesse ano, os combustíveis minerais registaram um acréscimo de 0,1% face ao ano anterior, ao invés do que sucedeu com os produtos alimentares (-7,9%).

Numa análise mais detalhada, a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada (NC), verifica-se que, em 2015, os três produtos mais representativos (ordem decrescente), foram os seguintes: óleos de petróleo ou metais betuminosos (35,3% do total, com uma variação nula face a 2014); cervejas de malte (6,5%, correspondendo a uma quebra de 25,1% em relação ao ano anterior) e os vinhos de uvas frescas (5,7% do total, correspondente a uma descida de 9,3%, face a 2014).

Relativamente às exportações de Portugal para a Guiné-Bissau, por grupo de produtos, os dados relativos a 2015 indicam que 53,9% das exportações para a Guiné-Bissau, de produtos industriais transformados, incidiram em produtos classificados como de média-baixa tecnologia. Seguiram-se os produtos de baixa intensidade tecnológica (29,8%), de média-alta tecnologia (13,3%) e de alta intensidade tecnológica (3%). De salientar que 98,4% das exportações totais dizem respeito a produtos industriais transformados.

**Principais exportações de Portugal para a Guiné-Bissau,  
por grupo de produtos**

(em 10 <sup>6</sup> euros)					
Grupos e Produtos	2014		2015		Δ% 2015/14 <sup>(a)</sup>
	Valor	% Total	Valor	% Total	
Combustíveis minerais	26,0	40,1	26,1	35,3	0,1
Produtos alimentares	15,0	23,0	13,8	18,7	-7,9
Minerais e minérios	5,6	8,6	8,6	11,6	53,2
Máquinas e aparelhos	4,2	6,5	6,1	8,3	44,4
Produtos agrícolas	3,6	5,5	4,8	6,5	34,6
Metais comuns	2,1	3,3	3,1	4,2	47,5
Veic. e outro mat. transporte	2,3	3,5	2,8	3,8	21,8
Produtos Químicos	1,7	2,7	1,7	2,3	-3,9
Plásticos e borracha	1,0	1,5	1,3	1,8	37,1
Outros produtos <sup>(a)</sup>	1,5	2,2	3,2	4,3	119,3
...					
<b>Total</b>	<b>64,9</b>	<b>100,0</b>	<b>73,7</b>	<b>100,0</b>	<b>13,5</b>

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística de Portugal; AICEP

Nota: (a) Tabaco, chapéus, guarda-chuvas, pedras e metais preciosos, armas, mobiliário, brinquedos, obras de arte, obras diversas.



De 2011 para 2015 – segundo dados do INE –, o número de empresas exportadoras para este mercado subiu de 886 para 903.

(10<sup>6</sup> euros)

<b>Principais importações de Portugal provenientes da Guiné-Bissau, por grupo de produtos</b>					
<b>Grupos e Produtos</b>	<b>2014</b>		<b>2015</b>		<b>Δ 2015/14</b>
	Valor	% Total	Valor	% Total	
Metais comuns	0,2	88,4	0,1	58,2	-27,5
Instrum. de óptica e precisão	0,0	2,2	0,0	12,9	556,5
Máquinas e aparelhos			0,0	5,5	§
Produtos químicos			0,0	2,3	§
Produtos agrícolas	0,0	3,6	0,0	2,2	-33,1
Veíc. e outro mat. de transporte	0,0	0,2	0,0	2,0	§
Outros produtos (a)	0,0	3,3	0,0	15,6	415,1
<b>Total</b>	<b>0,2</b>	<b>100,0</b>	<b>0,2</b>	<b>100,0</b>	<b>10,1</b>

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística de Portugal, AICEP

Nota: (a) Tabaco, chapéus, guarda-chuvas, pedras e metais preciosos, armas, mobiliário, brinquedos, obras de arte, obras diversas.

§ - Coeficiente de variação > = 1000% ou valor zero em 2013

No que diz respeito às importações portuguesas provenientes da Guiné-Bissau, conforme quadro acima, estas centram-se, de forma marcante, nos metais comuns, que representaram 58,2% do total importado em 2015, que registaram um decréscimo de 27,5% face ao ano anterior. Surgem a seguir os instrumentos de ótica e precisão, com 12,9% do total, o que configura uma subida de 556,5% face a 2014.

Numa análise mais desagregada das importações, em 2015 (a quatro dígitos da NC) destacam-se os desperdícios, resíduos e sucatas de ferro fundido, ferro ou aço (57,7% do total), as antiguidades com mais de cem anos (15,5%) e os instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária (12,9%).

### **Comércio de Serviços**

Também no âmbito do setor dos Serviços, o mercado da Guiné-Bissau tem um papel residual para o comércio internacional português, quer enquanto cliente de Portugal, quer como fornecedor, absorvendo, em 2015, 0,03% do total das exportações e fornecendo apenas 0,05% do total das importações portuguesas de serviços.



Importância da Guiné-Bissau nos Fluxos de Serviços com Portugal						
		2011	2012	2013	2014	2015
Como cliente de Portugal	% Exportação	0,05	0,05	0,03	0,02	0,03
Como fornecedor de Portugal	% Importação	0,04	0,06	0,04	0,04	0,05

Fonte: BP – Banco de Portugal; AICEP

No período em análise, em 2014 e 2015 a balança comercial de serviços entre os dois países foi favorável à Guiné-Bissau, invertendo uma tendência habitual, refletida no diferencial de taxas de crescimento das duas variáveis (-1,4% ao ano em média para as exportações e 18,8% para as importações). A taxa de cobertura das importações pelas exportações subiu, em 2015, para 94,1%, enquanto o deficit se fixou em 0,4 milhões de euros.

Balança Comercial de Serviços de Portugal com Guiné-Bissau			
Bens	2013	2014	2015
Exportações	7,4	3,8	6,4
Importações	4,4	5,3	6,8
Saldo	3,0	-1,5	-0,4
Coefficiente de cobertura (%)	168,4	72,2	94,1

Fonte: Banco de Portugal; AICEP

Nota: <sup>(a)</sup> Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2011-2015

### Investimento Direto

Não existem dados disponíveis que permitam fazer uma análise dos fluxos relativos ao investimento. Deve, no entanto, ser assinalada a presença de mais de 80 empresas portuguesas representadas no mercado, com destaque para o setor dos serviços e distribuição.



## 2.2 // Sistema bancário e financeiro e mecanismos de financiamento

O meio privilegiado para o investimento na Guiné-Bissau é a banca comercial do País, a par da banca comercial do país de origem do investimento. Na Guiné-Bissau, o sistema financeiro é composto atualmente por 5 (cinco) bancos, 2 seguradoras e 18 instituições oficialmente registadas de serviços financeiros descentralizados.

Os bancos são:

- Banco da África Ocidental (BAO)  
De origem guineense, mas de capitais macaenses, portugueses e guineenses, detém cerca de 50% do mercado, e possui atualmente 10 agências das 21 presentes no País, detendo 50% das caixas automáticas instaladas no mercado, bem como a totalidade dos TPAs /POS – “Point of Sale”;
- Banco da União (BDU) de capital do Mali, foi criado em 2004, com vista ao estabelecimento de uma instituição bancária no País que fosse capaz de responder às necessidades dos particulares e empresas na Guiné-Bissau;
- Orabank (antigo BRS), de capitais da África Ocidental, presente em 12 países da zona;
- Ecobank  
Banco pan-africano, com operações em 33 países africanos, sendo o grupo independente bancário regional líder na África Ocidental e Central;
- Banque Atlantique  
Presente em muitos países da África Ocidental é, desde 2012, controlado por um grupo financeiro de Marrocos.

Como nos outros países da UEMOA, na Guiné-Bissau não existe limitação à troca de FCFA por outras divisas.

Tendo em atenção que a Guiné-Bissau faz parte da UEMOA, um empresário que obtenha uma licença bancária na Guiné-Bissau, essa licença será válida para os restantes países da UEMOA.

Na Guiné-Bissau, a taxa de bancarização é extremamente baixa. A rede de agências bancárias é muito reduzida, assim como o número de ATM's instalados. No entanto, verifica-se atualmente uma melhoria em qualquer dos indicadores acima indicados.

Por outro lado, o Risco-País da Guiné-Bissau é muito elevado, à semelhança do que acontece com a esmagadora maioria dos países africanos.

De acordo com a última classificação da OCDE, de janeiro de 2016, e, numa escala de 0 a 7, em que «0» equivale a um risco mínimo e «7» equivale a um risco máximo nos investimentos, à Guiné-Bissau é atribuída a nota «7».



Em termos de comparação com outros Estados-membros da CPLP, por exemplo, Cabo Verde tem um risco «6», Angola e Moçambique têm um risco «7». Se compararmos a Guiné-Bissau com outros países membros da UEMOA, a distância que os separa é muito ténue: Senegal «6», Benim «6», Burkina Faso «7», Togo «7», Níger «7», Mali «7» e Costa do Marfim «6». Ou seja, não é pela nota atribuída à Guiné-Bissau que os potenciais investidores deixarão de fazer os negócios previstos.

No que concerne às taxas de juro de empréstimo, os bancos no País têm poucas oportunidades para conceder crédito, devido à falta de instrução da população, bem como à incapacidade das instituições em fornecer os dados necessários para o efeito. Assim, o setor bancário não tem conseguido desempenhar o seu papel no setor privado.

Não existindo dados reunidos sobre as taxas de juro utilizadas no País quanto a empréstimos a longo prazo, refere-se apenas que o Banco Central dos Estados da África Ocidental fixou a taxa de juro de cedência de liquidez em 3,5%. Finalmente, a Guiné-Bissau não dispõe de uma bolsa de valores a nível nacional. No entanto e sendo Estado-membro da UEMOA, o País integra a bolsa de valores da União, que transaciona direitos, ações e obrigações. Encontram-se atualmente cotadas 37 empresas nesta bolsa regional, não tendo no entanto a Guiné-Bissau qualquer empresa nacional cotada na bolsa, nem obrigações emitidas.

Por seu lado, Portugal dispõe de linhas de crédito específicas de apoio à internacionalização das empresas e à exportação, sendo de salientar a linha de crédito ao importador do bem com origem em Portugal, com o apoio do banco público. Existem vários mecanismos alternativos para investir na Guiné-Bissau, sendo que alguns dos bancos comerciais que operam no País poderão recorrer a financiamento junto de instituições financeiras multilaterais, como o BAfD, o BEI, o Fundo Europeu de Desenvolvimento ou o Banco Mundial, recebendo fundos que permitem a concessão de crédito à economia e às empresas.

Para grandes projetos de investimento com impacto económico em países em desenvolvimento, e cujo plano de investimento permita desenvolver a economia local, existem instrumentos financeiros disponibilizados pelas referidas instituições financeiras multilaterais, destinados ao apoio direto às empresas interessadas em realizar investimentos nestes países.

A Guiné-Bissau tem vindo a beneficiar de vários programas de financiamento destinados a potenciar o desenvolvimento de áreas muito específicas da economia (como por exemplo, sistema educativo, desemprego jovem e reabilitação agrícola) disponibilizados numa base pontual pelo BAfD.

Outro instrumento disponível para o financiamento de investimentos de grande dimensão e com reconhecido impacto económico é o Fundo de Cooperação China-Países de Língua Portuguesa.

Este fundo, criado em 2010, com intuito de fortalecer a cooperação e as relações de investimento entre a China e os países de língua portuguesa, disponibiliza um total de US\$ 1.000 milhões para projetos de investimento que promovam a melhoria da qualidade de vida das populações e o



desenvolvimento social e económico dos países destinatários do financiamento. Um dos critérios elegíveis para obtenção do financiamento é a aposta na utilização de tecnologia industrial avançada.

O pedido de acesso a este financiamento faz-se através do preenchimento da candidatura por parte da empresa ou investidor interessado, e depende da decisão da comissão de investimento, composta por membros da equipa de gestão do fundo. Os montantes máximos de investimento em cada projeto são determinados pela equipa de gestão do fundo e podem variar entre 5 e 20 milhões de dólares. No que se refere aos veículos de investimentos, o fundo admite a utilização de diversos instrumentos, adaptados em função das características das empresas e da natureza dos projetos. Nesse sentido, para além dos instrumentos de capital diretos, tais como ações ordinárias de empresas ou projetos, admitindo-se ainda investimentos de quase capital (instrumentos híbridos de capital e obrigações convertíveis).

Para além destas entidades, existem na Europa, Instituições Financeiras ao Desenvolvimento (IFD), que financiam projetos de investimento em países em desenvolvimento, mediante o cumprimento de um conjunto de requisitos, onde se inclui a contribuição para o desenvolvimento económico do país alvo do investimento a realizar.

Estas instituições representam uma fonte de financiamento importante para investimentos em países em desenvolvimento, uma vez que beneficiam de apoios do Estado europeu de origem e do acesso a fundos comunitários orientados para o apoio ao desenvolvimento, permitindo-lhes financiar projetos de internacionalização de pequenas e médias empresas a condições de mercado mais competitivas, por prazos mais longos e com instrumentos alternativos que permitem diminuir os riscos da operação.

As IFD europeias constituíram uma associação designada por European Development Finance Institutions (EDFI), que no final do ano de 2012, detinha um portfólio de 4.705 projetos, num total de cerca de 26 mil milhões de euros, sendo que só naquele ano foram aprovados 4,7 mil milhões de euros a aplicar em 714 novos projetos.

Regra geral, os produtos financeiros disponibilizados pelas IFD são:

- Empréstimos de longo prazo, com taxas a juros de mercado;
- Empréstimos de longo prazo, com taxas a juros bonificados;
- Participações de capital;
- Financiamento “mezzanine”;
- Garantias;
- Donativos destinados ao financiamento de atividades específicas nos países de menor rendimento;
- Produtos de gestão de risco;
- Apoio à realização de estudos de sustentabilidade do projeto.

De referir, ainda, a SOFID, instituição portuguesa membro da EDFI (Association of European Development Finance Institutions). A SOFID – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, é uma sociedade financeira, de capitais



maioritariamente públicos, que tem como missão ajudar a promover o crescimento económico e social de países emergentes e em vias de desenvolvimento, nomeadamente alguns dos países da CPLP, como seja a Guiné-Bissau.

Neste âmbito, podem apresentar projetos de investimento à SOFID empresas privadas e públicas, desde que geridas de forma comercial e com uma participação acionista portuguesa mínima de 20%, cujos projetos cumpram os seguintes requisitos:

- Investimentos de raiz, ampliações, reabilitações, modernizações ou aquisições de ativos;
- Programas setoriais (múltiplos projetos promovidos por um único mutuário, Parcerias Público Privadas, projetos regionais, parcerias entre empresas/empresários portugueses e de outros países);
- Não podem ser projetos com impactos sociais ou ambientais negativos, nem projetos de carácter especulativo ou que envolvam trabalho infantil, entre outros;
- São apoiados todos os setores relevantes para o desenvolvimento sustentado dos países de destino e que correspondam aos interesses da economia e das empresas portuguesas, mas privilegiados os setores da agroindústria, da indústria transformadora, das infraestruturas, da energia, do turismo, do comércio e dos serviços e ainda do setor financeiro;
- O financiamento mínimo é de 250 mil Euros e o máximo é de 2,5 milhões de Euros;
- Os mutuários não podem ser sociedades *offshore* sediadas em locais que integrem a lista da OCDE de regimes fiscais privilegiados não cooperantes.

Através da SOFID, é possível também aceder a financiamento no âmbito do Fundo UE-África para as Infraestruturas, que canaliza fundos do Banco Europeu para o Investimento, quer para entidades privadas quer para entidades públicas, para investimentos com carácter transfronteiriço ou regional nos setores da energia, transportes, água, saneamento e tecnologias de informação. O tipo de financiamento pode variar em função das características das empresas e da natureza dos projetos. Nesse sentido, para além dos instrumentos de capital direto, tais como aquisição de ações ordinárias de empresas, admitem-se ainda investimentos de quase capital (ações preferenciais, instrumentos híbridos de capital e obrigações convertíveis).

Segundo o FMI, o setor financeiro da Guiné-Bissau é exíguo e enfrenta diversos desafios que impedem o seu apoio eficaz ao crescimento. O número de pessoas com conta numa instituição financeira aumentou recentemente devido à decisão do governo de pagar salários através do setor bancário. Contudo, a intermediação financeira continua a ser a mais baixa na região da UEMOA, o crédito ao setor privado ainda é inferior ao nível implícito nos fundamentos do País e o setor contribui apenas marginalmente para os programas de investimento das empresas, dado que os bancos preferem investir em Bilhetes do Tesouro ou depositar o excesso de liquidez no BCEAO, porque consideram o risco de crédito ao setor privado muito alto.



## 2.3 // Perspetivas

Num comunicado divulgado no dia 12 de dezembro de 2017, o Fundo Monetário Internacional (FMI) indica que a decisão de voltar a financiar o País foi tomada após a conclusão da quarta revisão do programa, realçando que, ao abrigo do procedimento, a soma disponibilizada para a Guiné-Bissau ascende já a 19,8 milhões de dólares (16,79 milhões de euros).

O relatório da missão de avaliação sublinhou que a implementação das políticas económicas na Guiné-Bissau tem sido satisfatória e em linha com os objetivos do programa financiado pelo Fundo: “O crescimento económico tem continuado forte, apoiado nos preços mais elevados das matérias-primas, ao mesmo tempo que melhora a receita fiscal, o que tem permitido manter a estabilidade económica”.

No entanto, para o FMI, o reforço do sistema bancário “é crítico” para a estabilidade do setor financeiro, enquanto as receitas fiscais, apesar de terem melhorado, são ainda baixas: “As baixas receitas governamentais indicam a necessidade de reforçar o sistema fiscal. Terão de ser feitas reformas estruturais específicas para criar um espaço fiscal que priorize as despesas sociais e o investimento, de forma a garantir os resultados desejados”.

Ainda segundo o relatório, os empréstimos para projetos prioritários devem continuar a ser contidos e devem estender-se o mais possível ao “financiamento concessional”.

O Governo guineense deve também apresentar planos para melhorar a gestão da rede pública de eletricidade e de água canalizada, garantindo, paralelamente, transparência financeira nas empresas públicas.

Também considerada crítica para manter o crescimento económico, criação de emprego e redução da pobreza, é a melhoria do ambiente de negócios: “Para garantir o investimento privado e permitir a diversificação económica, é necessário também o reforço do Estado de Direito, a promoção de políticas de estabilidade e apostar na transparência nos assuntos governamentais. Em paralelo, as autoridades (guineenses) têm de avançar com iniciativas visando reduzir a corrupção e combater a lavagem de capitais e o financiamento ao terrorismo”.

O Programa de Extensão de Crédito para a Guiné-Bissau, visa restaurar a estabilidade macroeconómica e melhorar a eficiência dos serviços públicos, bem como reforçar o crescimento inclusivo.

Ainda segundo o FMI, o empenho da Guiné-Bissau no Programa tem sido “forte” e os resultados são “satisfatórios”, uma vez que todos os critérios de desempenho e as metas indicativas foram atingidos em junho. No entanto, ressaltou o FMI no comunicado, duas das metas ficaram por atingir: operações de gestão da dívida e os relatórios financeiros da empresa pública de eletricidade.

Na realidade, com uma situação geográfica excelente, a Guiné-Bissau tem uma atitude acolhedora ao investimento estrangeiro, não sendo alto o limiar



de entrada no mercado. Os preços dos terrenos são ainda baratos, com perspetivas de valorização. Por outro lado, existe uma mão-de-obra abundante – embora pouco ou nada qualificada –, de baixo custo.

Com a ajuda do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, a agenda da política do governo guineense está focada no plano de redução da pobreza, na instalação de energia elétrica, na elaboração de projetos portuários, redes de comunicação e instalações pesqueiras, tendo também na agenda a concessão de políticas preferenciais, abertura do mercado a todos os países do mundo e abolição de todas as barreiras tangíveis e intangíveis.

Aqueles apoios, designadamente o “Plano de Ajustamento Estrutural”, o “Programa de Restauração da Propriedade Privada e de Desenvolvimento”, o “Programa de Redução da Dívida dos Países Mais Pobres e Endividados” (HIPC), que o País tem vindo a implementar sucessivamente, têm o intuito de abolir o controlo estatal sobre o mercado e os preços, desenvolver o setor privado, implementar a liberalização do comércio, melhorar as finanças públicas e reduzir o deficit fiscal.





### 3. // ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO





## 3.1 // Condições Legais de Acesso ao Mercado

### 3.1.1. EM GERAL

As autoridades governamentais guineenses têm vindo a implementar um programa de liberalização da economia, através da adoção de várias medidas com o objetivo de promover uma economia de mercado e dinamizar o setor privado.

Inserida nos objetivos da UEMOA (União Económica e Monetária do Oeste Africano), foi criada uma união aduaneira ao abrigo da qual foram eliminados os direitos aduaneiros aplicados às trocas comerciais entre os seus Estados-membros (Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo), tendo sido introduzida, em janeiro de 2000, uma Pauta Externa Comum (PEC), baseada no Código de Valoração Aduaneira da Organização Mundial do Comércio.

A PEC UEMOA, que incide sobre as importações provenientes de países terceiros à UEMOA, assenta em quatro categorias de bens:

1. bens sociais essenciais, material informático, bens de equipamento, bens culturais e científicos;
2. matérias-primas, incluindo petróleo e cereal para a indústria;
3. produtos intermédios, incluindo veículos; e
4. bens de consumo final, aplicando-se, sobre o valor FOB da mercadoria, direitos aduaneiros de 0%, 5%, 10% e 20%, respetivamente, conforme as categorias dos bens atrás descritos.

Contudo, desde janeiro de 2015, existe uma PEC da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que inclui mais 7 países para além dos 8 países membros da UEMOA (Cabo Verde, Gâmbia, Gana, Guiné, Libéria, Nigéria e Serra Leoa) que, apesar de não ser aplicável em todos os seus Estados-membros (como, por exemplo, Cabo Verde), já é aplicável na Guiné-Bissau.

Esta PEC CEDEAO substitui a PEC UEMOA, aditando uma quinta categoria de bens:

- bens específicos para o desenvolvimento económico”, com direitos aduaneiros à taxa de 35%, e dispondo de um período de transição de 5 anos para a sua aplicação efetiva (integral).
- Para além dos direitos aduaneiros acima referidos podem, ainda, ser cobrados vários impostos/taxas, nomeadamente:
- Taxa Estatística/Redevance Statistique (1%);
- Imposto Comunitário de Solidariedade/Prélèvement Communautaire de Solidarité (1%);
- Taxa CEDEAO/Prélèvement Communautaire (0,5%);
- Imposto Especial Sobre o Consumo (variável de acordo com o produto: bebidas alcoólicas, tabaco, perfumes, cosmética e automóveis, entre outros);



- Imposto Geral sobre as Vendas e Serviços (equivalente ao IVA – 17% para a generalidade dos bens, aplicando-se uma taxa de 10% a alguns produtos alimentares, bens de produção agrícola, entre outros);
- Emolumentos pelos Serviços Aduaneiros.

Entre os documentos a apresentar às autoridades competentes encontram-se a fatura comercial e o certificado de origem (quando solicitado).

Em termos sanitários e fitossanitários, a Guiné-Bissau pode exigir a apresentação de Certificados aquando da entrada de produtos de origem animal ou vegetal.

Nesta sequência, relativamente à exportação de produtos de origem animal (ex.: carnes; lacticínios; ovos) e de produtos de origem vegetal (ex.: plantas; frutas; sementes; e legumes), as empresas portuguesas devem previamente inquirir, respetivamente, junto da Divisão de Internacionalização e Mercados e Direcção de Serviços de Sanidade Vegetal, da Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) em Portugal, sobre a possibilidade de realizar a exportação dos seus produtos para a Guiné-Bissau. Com efeito, pode não ser possível, desde logo, exportar produtos de origem animal ou vegetal para este mercado pelo facto de Portugal não se encontrar habilitado para a exportação (necessidade de acordo entre os serviços veterinários/fitossanitários de Portugal e país de destino no que se refere ao procedimento e/ou modelo de certificado sanitário/fitossanitário).

As barreiras não tarifárias às exportações do setor agroalimentar podem ser consultadas no Portal GlobalAgriMar, do GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, tutelado pelo Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Ministério do Mar (ver tema “Facilitação da Exportação” e, depois, “Constrangimentos”/“Constrangimentos à Exportação”). O facto de determinados produtos não constarem na lista de constrangimentos à exportação, não significa que Portugal esteja habilitado a exportar para o mercado.

Para melhor entendimento das várias fases destes processos, consultar, no referido Portal, a apresentação esquemática sobre os processos de habilitação para a exportação de:

- Animais, Produtos Animais e Produtos/Subprodutos de Origem Animal;
- Vegetais e Produtos Vegetais com Risco Fitossanitário.

No que respeita a regulamentação ou exigências de normalização e qualidade, não existem regras específicas nacionais. É aconselhável seguir as instruções do importador local. Também relativamente aos aspetos de rotulagem e embalagem, não há regulamentação própria guineense, se bem que, normalmente, sejam observadas as regras previstas na legislação portuguesa. Igualmente, neste caso, é aconselhável acatar as indicações do importador.



### 3.1.2. O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO (IDE) NA GUINÉ-BISSAU

Nos termos da Constituição da República da Guiné-Bissau, o Estado deve promover o investimento do capital estrangeiro desde que este seja útil ao desenvolvimento económico e social do País.

Neste âmbito, a Guiné-Bissau tem vindo a aderir e a ratificar diversos Tratados e Convenções Internacionais, destacando-se a adesão à Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (Multilateral Investment Guarantee Agency – MIGA), ao Banco Mundial e ao Fundo Africano de Garantia e Cooperação Económica (Fonds Africain de Garantie et de Cooperation Economique – FAGACE).

A MIGA foi criada com o objetivo de segurar o capital de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) em países em desenvolvimento contra riscos de natureza política ou não económicos, permitindo a cobertura de:

- risco de conversão cambial excluindo desvalorização;
- risco de expropriação;
- risco de perdas por destruição de bens ou incapacidade de prosseguir atividades resultantes de guerra civil ou insurreição social; e
- risco por quebra de contrato das autoridades nacionais.

Nesta perspetiva, visa facilitar o acesso ao crédito ou a taxas de juro mais favoráveis. Nos termos do Código de Investimento, aprovado pela Lei nº 13/2011, de 6 de Julho, o Governo da Guiné-Bissau pode obter junto da MIGA, do FAGACE e de outras entidades multilaterais ou bilaterais semelhantes, as garantias adicionais que se mostrarem necessárias ou que ajudem a promover a realização de investimentos no País.

Esta agência viabiliza projetos de investimento específicos, facilitando o acesso ao crédito ou a taxas de juro mais favoráveis, para além de permitir prolongar o horizonte de amortização dos financiamentos. O crescimento e a consolidação do setor privado beneficiam, ainda, da adesão da Guiné-Bissau, em 7 de março de 2006, ao FAGACE, criado em 1977, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento económico e social dos países membros e promover os investimentos públicos e privados.

A Guiné-Bissau é também membro da Organização Mundial do Comércio, desde 31 de maio de 1995.

Por outro lado, sendo a Guiné-Bissau membro da Organização para a Harmonização do Direito dos Negócios em África (OHADA), os Atos Uniformes da mesma aplicam-se diretamente no País, prevalecendo sobre a legislação nacional.

No campo de ação da UEMOA existem regulamentos específicos diretamente aplicáveis à Guiné-Bissau, extremamente relevantes no âmbito do investimento estrangeiro como, por exemplo, o regulamento que define e regula os sistemas de pagamento nos Estados-membros, ou o regulamento



relativo às relações financeiras exteriores desses Estados-membros. Este último é aplicável às operações de capitais e pagamentos entre Estados-membros e/ou residentes no espaço UEMOA, permitindo:

- a livre transferência de divisas para países fora da UEMOA até 500.000 Francos CFA, se realizadas através de intermediários devidamente autorizados ou casas de câmbio (a partir do limite acima referido, as transferências devem ser autorizadas pelo Ministro das Finanças do Estado-membro);
- a obrigatoriedade de domiciliação, junto de bancos que exercem a sua atividade na área da UEMOA, das operações de importação e exportação de mercadorias que excedam 10 milhões de Francos CFA.

Desta forma, os investimentos no País estão subordinados à legislação doméstica e às normas que decorrem de tratados internacionais aos quais a Guiné-Bissau está vinculada, nomeadamente, quanto à:

- proteção da saúde,
- defesa do ambiente,
- concorrência,
- adoção e manutenção de contabilidade correta e organizada em conformidade com o Sistema Contabilístico da África Ocidental (SYSCOA) e/ou com o Sistema Contabilístico da Organização para a Harmonização do Direito dos Negócios em África (SYSCOHADA), entre outras.

### **Código de Investimento Estrangeiro**

No plano nacional, as operações de investimento na Guiné-Bissau regem-se pelo Código de Investimento, instituído pela Lei nº 13/2011, de 06 de julho. Neste diploma, o investimento estrangeiro é definido como todo aquele realizado por um investidor com recursos não originários do País, pessoa singular ou coletiva, de qualquer nacionalidade, em atividades económicas no território da Guiné- Bissau.

Do âmbito de aplicação do Código de Investimento, estão excluídos os investimentos nas áreas de exploração mineira, petrolífera e florestal, bem como os realizados em zonas e lojas francas, que se regem segundo legislação própria ou por contratos de investimento.

O investidor estrangeiro goza de igualdade de tratamento face ao investidor nacional e é-lhe permitida a transferência para o exterior de dividendos ou lucros distribuídos, e o repatriamento de capital bem como o produto da cessão, venda ou liquidação do investimento efetuado, incluindo as mais-valias, após pagamento dos impostos devidos. O Estado garante a segurança dos bens e direitos resultantes dos investimentos efetuados, beneficiando os projetos de proteção contra a nacionalização, expropriação ou requisição dos seus bens, salvo em razão de interesse ou utilidade públicas.



A Direcção-Geral da Promoção ao Investimento Privado (DGPIP) é a entidade responsável pela promoção ativa de condições propícias à realização de investimento estrangeiro na Guiné-Bissau e tem como funções informar os investidores das condições de mercado, captar investimento e realizar estudos sobre cada setor económico.

O Código determina, ainda, a forma de resolução de conflitos, em particular a conciliação e arbitragem e as condições de recurso aos tribunais. Por fim, define os tipos de incentivos fiscais, as condições a satisfazer para requerer os incentivos e os requisitos processuais.

### **Benefícios fiscais e aduaneiros**

A atribuição de incentivos previstos no Código de Investimento depende da verificação de dois requisitos cumulativos:

- investimento previsto igual ou superior a 34 mil dólares americanos; e
- que vise a criação de uma nova atividade ou empresa, a renovação de equipamentos ou a expansão, modernização ou a diversificação de atividades existentes (artigo 11º do Código de Investimento).

Todavia, apenas beneficiam de incentivos fiscais, os projetos de que visem pelo menos um dos seguintes aspetos:

- A criação de nova empresa ou atividade;
- A expansão, modernização ou diversificação de atividades já existentes;
- A renovação de equipamentos.

Todos os projetos naquelas condições podem beneficiar de um regime comum que contempla 4 (quatro) tipos de incentivos:

- Incentivos ao investimento na fase da realização dos investimentos (artigo 13º do Código do Investimento)

Isenções sobre direitos aduaneiros para (i) as importações e (ii) Imposto Geral sobre Vendas na aquisição, no País ou no estrangeiro, de bens de equipamento destinados à realização do investimento e de peças de reposição até 15% do valor dos bens de equipamento para os quais as peças são adquiridas.

Em regra, ambos os incentivos têm um período máximo de 3 anos.

- Incentivos na fase de operação (artigo 14º do Código do Investimento)
- Este tipo de incentivo destina-se a empresas recém-criadas, produtoras de bens ou de serviços, com exceção dos bancos e outras entidades do setor financeiro.

São constituídos por reduções degressivas da contribuição industrial pelo prazo máximo de 7 anos (estão excluídos do seu âmbito os bancos e demais estabelecimentos do setor financeiro).



- Incentivos à formação profissional dos trabalhadores (artigo 15º do Código do Investimento)

Direito de poder deduzir, na determinação da matéria coletável da contribuição industrial, o dobro das despesas de formação efetuadas em cursos especializados realizados em instituições de formação acreditadas por entidades competentes, no país ou no estrangeiro (neste caso não se aplica a exigência do montante de investimento igual ou superior a 34 mil dólares).

- Incentivos ao investimento em infraestruturas económicas e sociais de uso público (artigo 16º do Código do Investimento)

Aos investidores que instalem os seus projetos fora do Setor Autónomo de Bissau (região da capital da Guiné-Bissau) é-lhes dada a possibilidade de deduzir o imposto devido no ano da sua realização e, se necessário, nos 3 exercícios seguintes, sem prejuízo da dedução como custos na determinação da matéria coletável, da totalidade das despesas com a construção, para uso público, de estradas, portos, aeroportos e hospitais. As condições aplicáveis a cada um dos incentivos fiscais ao investimento disponíveis na Guiné-Bissau são as seguintes:

Tipos	Incentivos atribuídos	Duração
Incentivos ao investimento na fase da realização dos investimentos	<p>- Isenção sobre os direitos aduaneiros (Tarifa Exterior Comum) para as importações de bens de equipamento destinados à realização do investimento proposto e de peças de reposição cujo valor não exceda 15% do valor dos bens de equipamento para os quais as peças são adquiridas (excluindo algumas taxas em benefício de organizações internacionais);</p> <p>- Isenções sobre o Imposto Geral sobre Vendas (IGV) na aquisição, no país ou no estrangeiro, de bens de equipamento destinados à realização do investimento proposto e de peças de reposição cujo valor não exceda 15% do valor dos bens de equipamento para os quais as peças são adquiridas.</p>	Concedidos pelo prazo máximo de três anos
Incentivos na fase de operação	<p>- Reduções degressivas da contribuição industrial que serão escalonadas da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 100% no ano fiscal do início de atividade da empresa;</li> <li>• 100% no segundo ano fiscal;</li> <li>• 90% no terceiro ano fiscal;</li> <li>• 80% no quarto ano fiscal;</li> <li>• 60% no quinto ano fiscal;</li> <li>• 40% no sexto ano fiscal;</li> <li>• 20% no sétimo ano fiscal.</li> </ul> <p>- Aplicável exclusivamente a empresas recém-criadas, produtoras de bens ou de serviços, com exceção dos bancos e demais estabelecimentos do setor financeiro.</p>	Concedidos pelo prazo máximo de sete anos
Incentivo à Formação Profissional de Trabalhadores	<p>- Dedução à matéria coletável da contribuição industrial, em montante correspondente ao seu dobro, e das despesas de formação efetuadas em cursos especializados, realizados no país ou no estrangeiro, e ministrados em instituições de formação acreditadas pelas autoridades competentes;</p> <p>- Apenas aplicável a empresas com domicílio ou representação permanente na Guiné-Bissau.</p>	N/A
Incentivos ao investimento em infraestruturas económicas e sociais de uso público	<p>- Dedução ao imposto, sem prejuízo da dedução como custos na determinação da matéria coletável, da totalidade das despesas com a construção, para uso público, das estradas, portos, aeroportos e hospitais.</p> <p>- Aplicável a investidores que se instalem fora do Setor Autónomo de Bissau.</p>	No período de realização das despesas, é passível de reporte nos três exercícios seguintes.



Por forma a poder beneficiar destes incentivos, o investidor deverá apresentar ao membro do Governo responsável pelo setor da economia um “dossier de acesso aos incentivos”, o qual incluirá, nomeadamente, o projeto de investimento. A decisão quanto à atribuição de incentivos fiscais será tomada no prazo de 15 dias após a receção do dossier, sendo que, decorrido este prazo sem que haja decisão do departamento governamental da economia, o dossier será tacitamente deferido, e considerar-se-ão aprovados os incentivos solicitados. Após a receção do dossier de investimento já aprovado, o departamento governamental responsável pelas finanças dispõe de cinco dias úteis para a sua apreciação e registo, bem como para o remeter à Direção Geral das Alfândegas para efeitos de execução. Os departamentos governamentais responsáveis pelo cumprimento das decisões relativas aos dossiers de candidatura aprovados, dispõem de quarenta e oito horas para a sua execução. Porém, no caso de projetos investimento que sejam considerados de grande interesse económico para o País, cujo montante a investir seja superior a 80 milhões de dólares, podem beneficiar de outros incentivos não previstos (que podem incidir sobre a contribuição industrial, contribuição predial e sobre quaisquer outros impostos sobre o rendimento, assim como sobre a taxa fundiária e outras devidas no âmbito da concessão de terras), mediante celebração de contrato de investimento a conceder e a aprovar em Conselho de Ministros.

Finalmente, é importante notar que o Código do Investimento confere estabilidade relativamente ao respeito e à validade dos direitos e garantias dos investidores, desde que as condições também previstas no Código quanto à sua obtenção e usufruto se verifiquem e se mantenham estáveis.

A Guiné-Bissau Investimentos (G.B.I.) é a entidade responsável pela promoção ativa de condições propícias à realização de investimento estrangeiro na Guiné-Bissau.

No que diz respeito ao estabelecimento de empresas a Guiné-Bissau criou o Centro de Formalização das Empresas (CFE), onde o investidor pode encontrar num único local todos os serviços indispensáveis à criação da sua empresa. Como membro da Organização para a Harmonização do Direito Comercial em África (OHADA) a Guiné-Bissau aceita as formas societárias previstas no Acte Uniforme Révisé Relatif au Droit des Sociétés Commerciales et du Groupement d'Intérêt Économique (2014). No âmbito do licenciamento/alvará necessário para o exercício das atividades económicas, em 2011 foi publicado o Decreto-Lei nº 8/2011, de 10 de maio, que consagra o princípio de livre acesso ao exercício de qualquer atividade económica nos setores da indústria, comércio e turismo. A mais importante reforma operada por este diploma visou a eliminação da regra do licenciamento prévio, introduzindo-se a da simples declaração de início de atividade. Assim, quando não haja uma sujeição especial do exercício de determinada atividade à obtenção de um alvará prévio, ela presume livre e o agente deve apenas declarar o início da sua atividade à autoridade do setor.

Por sua vez, a contratação pública encontra-se regulada no Decreto-Lei nº 2/2012, de 20 de Agosto, que estabelece os princípios gerais a que devem



obedecer os processos e procedimentos de adjudicação dos contratos públicos e de delegações de serviço público, regula a forma como os contratos públicos podem ser celebrados e disciplina outros aspetos importantes da execução dos contratos, incluindo obrigações, responsabilidades e direitos das partes, modificação e extinção dos contratos e sanções, tendo como entidade reguladora a Autoridade de Regulação dos Concursos Públicos (ARCP).

Relativamente ao relacionamento entre Portugal e a Guiné-Bissau, e com vista a reforçar o desenvolvimento das relações bilaterais de investimento, foram assinados os seguintes Acordos/Convenções:

- Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento (em vigor desde 5 de julho de 2012);
- Convenção sobre Segurança Social e Acordo Administrativo relativo às modalidades de aplicação da Convenção sobre Segurança Social (aguardam a troca de instrumentos de ratificação para a respetiva entrada em vigor);
- Acordo de Promoção e Proteção Recíprocas de Investimentos (em vigor desde 08 de abril de 1996).

## 3.2 // Sistema jurídico e judiciário

O sistema judiciário guineense comporta um duplo grau de jurisdição: o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e os Tribunais Regionais de 1ª Instância. O STJ, com a sua sede em Bissau, é competente em matéria cível, penal e social e contencioso administrativo, enquanto os Tribunais Judiciais de 1ª Instância são os Tribunais Regionais e os Tribunais de Setor, que se encontram distribuídos por zonas (centro, norte, sul e leste). A alçada dos Tribunais Regionais e dos Tribunais de Setor em matéria cível é de 3.000.000 e 1.500.000 Francos CFA (4.500 e 2.250 Euros, respetivamente). Os Tribunais Judiciais de 2ª Instância são os Tribunais da Relação, que se organizam em Câmaras. O órgão de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo nos litígios procedentes das relações jurídicas administrativas é o Tribunal Administrativo.

### 3.2.1. PRINCIPAIS FORMAS JURÍDICAS DAS SOCIEDADES

Na Guiné-Bissau, as sociedades são reguladas de acordo com o Acto Uniforme relativo ao Direito das Sociedades Comerciais e ao Agrupamento de Interesse Económico (AUSC), as pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, têm a possibilidade de se estabelecer sob uma das seguintes formas:

- sucursal;
- sociedade em nome coletivo;
- sociedade em comandita simples;



- sociedade de responsabilidade limitada; ou
- sociedade anónima.

Com exceção de determinados setores de atividade como o das indústrias extrativas, a lei não obriga a que uma sociedade comercial seja constituída obrigatoriamente com sócios locais.

De entre os tipos societários acima enumerados, destacamos aqueles a que, por regra, os investidores estrangeiros mais recorrem: sociedades de responsabilidade limitada e sociedades anónimas.

### **Sociedades de responsabilidade limitada**

As sociedades de responsabilidade limitada encontram-se reguladas nos artigos 309<sup>o</sup> e seguintes do AUSC. Este tipo de sociedade prevalece em investimentos de pequena ou média dimensão.

- **Denominação social**

Estas sociedades são identificadas por uma denominação social, precedida ou seguida da expressão: “sociedade de responsabilidade limitada” ou da sigla “S.A.R.L.”

- **Sócios e sua responsabilidade**

Estas sociedades podem ser constituídas por uma ou mais pessoas singulares ou coletivas, sendo a responsabilidade dos sócios limitada ao valor das respetivas entradas.

- **Capital social**

O capital social não pode ser inferior a um milhão de Francos CFA, representado por partes sociais com o valor nominal mínimo de cinco mil FCFA. O capital social pode ser realizado em espécie ou em numerário e deve ser integralmente subscrito e realizado pelos sócios.

Nestas sociedades, e na falta de disposição estatutária, a transmissão de partes sociais a terceiros deve ser aprovada por maioria qualificada dos restantes sócios, não inferior a três quartos do capital social (não podendo o sócio transmissário votar).

- **Órgãos sociais**

Uma sociedade de responsabilidade limitada tem como corpos sociais: a Assembleia Geral de sócios e a Gerência. É obrigatória a designação de, pelo menos, um revisor oficial de contas nos casos em que, pelo menos dois dos seguintes requisitos se verificarem: (i) total do balanço superior a cento e vinte cinco milhões de Francos CFA, (ii) volume de negócios anual superior a duzentos e cinquenta milhões de Francos CFA e/ou (iii) caso o número de trabalhadores efetivos seja superior a 50.

Todos os sócios devem participar nas Assembleias Gerais. Salvo no que respeita às deliberações da assembleia geral anual, os estatutos podem estabelecer que todas ou algumas deliberações sejam adotadas mediante consulta escrita aos sócios.



A Gerência é composta por uma ou mais pessoas sempre singulares, sócias ou não, salvo se estipulado de forma diferente nos estatutos. Os gerentes são designados por um período de quatro anos renováveis.

### **Sociedades anónimas**

As sociedades anónimas encontram-se reguladas nos artigos 385º e seguintes do AUSC, tendo uma orgânica e estrutura mais complexa do que as sociedades de responsabilidade limitada. Por norma, este tipo de sociedade é escolhido para investimentos de grande dimensão.

- Denominação social

Estas sociedades são identificadas por uma denominação social, que deve ser imediatamente precedida ou seguida da expressão: “sociedade anónima” ou da sigla “S.A.”

- Acionistas e sua responsabilidade

Estas sociedades podem ser constituídas por um único acionista. A responsabilidade dos acionistas está limitada ao valor das suas entradas subscritas e que devem ser realizadas.

- Capital social

O capital social não pode ser inferior a dez milhões de FCFA, representado por ações de valor nominal livremente fixado nos estatutos. Este capital social deve ser integralmente subscrito antes da data de assinatura dos estatutos e deve ser realizado numa percentagem mínima de 25%, podendo o remanescente ser diferido até ao prazo máximo de três anos a contar da matrícula no Registo do Comércio e do Crédito Mobiliário (“RCCM”).

Por regra, a transmissão de ações é livre. No entanto, prevê a possibilidade de serem introduzidas limitações à transmissão por períodos limitados (máximo de 10 anos e desde que seja justificada por um motivo sério e legítimo).

- Órgãos sociais

Os corpos sociais de uma sociedade anónima são: a Assembleia Geral de acionistas, o Conselho de Administração ou um Diretor-Geral (o Presidente do Conselho de Administração pode acumular o cargo de Diretor-Geral da sociedade, podendo este último ser designado de entre os membros do próprio Conselho de Administração) e, por último, o Revisor Oficial de Contas e seu Suplente. Todos os acionistas devem participar nas Assembleias Gerais. O Conselho de Administração é composto por 3 a 12 administradores, acionistas ou não. A duração dos mandatos dos Administradores pode ser fixada livremente, não podendo exceder seis anos durante a vida social e dois anos no caso de designação pelos estatutos ou pela assembleia geral constitutiva.



### 3.2.2. PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS E DOCUMENTOS EXIGIDOS

Para efeitos da legalização de uma sociedade na Guiné-Bissau, é necessário reunir, previamente ao respetivo registo, os seguintes documentos:

- Estatutos;
- Certidão da denominação ou negativa;
- Declaração de depósito do capital social;
- Procurações (no caso de existirem);
- Bilhete de identidade, Passaporte ou Cartão de Cidadão Estrangeiro.

Posteriormente, por forma a efetuar o registo da sociedade na DGPIP, o investidor deverá apresentar a este organismo:

- estudo de viabilidade;
- estatuto/certidão da escritura pública;
- declaração prévia de investimento (a obter na DGPIP); e
- carta dirigida ao Diretor do DGPIP a solicitar a aprovação do projeto, ao abrigo do Código do Investimento em vigor.

O registo de operações de investimento é da competência da Direção de Relações Financeiras Internacionais do Ministério das Finanças, sendo esta também a entidade a quem compete a emissão do certificado do investimento. O registo das operações de investimento deve ser solicitado em pedido dirigido a este organismo e em três exemplares originais, juntamente com o documento do banco relativo a operações de importação de capitais. Adicionalmente, é condição necessária para o registo das operações de investimento a apresentação do comprovativo de depósito bancário ou da operação bancária referente ao montante do investimento que se pretenda registar.

O registo de operações de investimento demora até cinco dias úteis, termo após o qual é emitido o certificado de investimento (no prazo máximo de cinco dias úteis). O certificado de registo na DPIIP permite aos investidores realizarem os atos e contratos necessários ao investimento e beneficiar dos direitos, garantias e incentivos previstos no Código de Investimento.

No caso de uma sociedade criada por investidores estrangeiros na Guiné-Bissau, a tramitação para a constituição deverá ser feita no Centro de Formalização de Empresas (“CFE”), com a seguinte documentação:

- Documentos de identificação do requerente;
- Depósito bancário do valor do capital social (e respetivo comprovativo);
- Ata da Assembleia Geral Constituinte;
- Estatutos que indicarão a denominação social, o objeto social, o tipo de sociedade, os corpos sociais e sua organização, a distribuição das participações sociais.

Após a constituição da sociedade, os investidores receberão a seguinte documentação relativa à sociedade:

- certidão negativa;



- escritura pública;
- certidão notarial,
- certidão de matrícula; e
- número de identificação fiscal da sociedade.

### 3.2.3. OBTENÇÃO DE LICENÇA/ALVARÁ COMERCIAL

De acordo com o Decreto-Lei nº 8/2011 de 10 de maio, após a realização da escritura de constituição da sociedade e seu registo, deve ser requerida a emissão de um alvará junto do Ministério de tutela técnica da atividade da sociedade. Este Alvará poderá ser comercial, industrial ou de turismo. Algumas atividades económicas estão sujeitas a licenciamento prévio ou outro, nomeadamente atividades pesqueiras, farmacêuticas, mineiras e bancárias, não lhes sendo, por isso, aplicável o regime dos alvarás.

### 3.2.4. CONSTITUIÇÃO DE SUCURSAL

O AUSC, nos seus artigos 116º e seguintes, prevê a possibilidade das sociedades estrangeiras se estabelecerem no País através de uma sucursal, que é considerada um estabelecimento permanente sem autonomia ou personalidade jurídica independente da sociedade-mãe. Não obstante, a sucursal tem que ser registada no RCCM.

Importa notar que o artigo 120º do AUSC estabelece que as sucursais de sociedades estrangeiras (não constituídas no seio dos países da OHADA) têm, ao fim de dois anos, de se transformar numa sociedade com sede social num país OHADA.

## 3.3 // Regulação do comércio internacional

### 3.3.1. REGIME CAMBIAL

Como já foi referido anteriormente, a Guiné-Bissau faz parte da UEMOA e, por isso, à semelhança da zona Euro, esta zona tem um banco central, o BCEAO (Banco Central dos Estados da África Ocidental). Mas enquanto que em cada um dos países que compõem a zona Euro, existe um banco central do respetivo país, no espaço UEMOA, em cada país existe uma filial do BCEAO. O BCEAO é o responsável pela emissão da moeda única da zona, o FCFA (XOF), que tem uma cotação estável desde a sua criação.

### 3.3.2. PROPRIEDADE INTELECTUAL

A Guiné-Bissau é membro da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e é parte de vários tratados no âmbito desta organização como a Convenção de Paris para Proteção da Propriedade Industrial, a Convenção de Berna para Proteção das Obras Literárias e Artísticas e o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes.

No âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), o país é membro do Acordo Relativo aos Aspetos Comerciais dos Direitos de Propriedade Intelectual (TRIPS).



Por último, a Guiné-Bissau é estado membro da Organização Africana de Propriedade Intelectual (OAPI) estabelecida pelo Acordo de Bangui, de 2 de março de 1977 (Acordo de Bangui).

A PI está dividida em duas grandes áreas: a propriedade industrial e os direitos de autor.

### **Propriedade Industrial – Enquadramento geral do regime**

A proteção da propriedade industrial abrange as patentes de invenção, os modelos de utilidade, os desenhos ou modelos industriais, as marcas de fábricas ou de comércio, as marcas de serviço, o nome comercial e as indicações de proveniência ou denominações de origem estabelecimento, logótipos, indicações de proveniência ou denominações de origem. Este tipo de direitos abrange ainda todo o comércio e indústria.

No âmbito da propriedade industrial, relevam o Acordo de Bangui e o Decreto-Lei nº 6/96, de 3 de março que estabelece o Regime Jurídico da Propriedade Industrial (RJPI). No caso de conflito entre os dois diplomas, as disposições do Acordo de Bangui, ou de outros tratados internacionais prevalecem sobre o RJPI (os Estados-membros da OAPI são: Benim, Burkina Faso, Camarões, República Centro Africana, Chade, Comores, Congo, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Gabão, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal e Togo). A duração dos direitos de Propriedade Industrial varia, sendo de 20 anos para as patentes e para as marcas e marcas coletivas, nomes comerciais e nomes de estabelecimento, de 10 anos (renováveis indefinidamente por períodos iguais).

Qualquer pedido de mudança de propriedade de uma patente, de um modelo de utilidade, de um registo de desenho, de um modelo industrial ou de um registo de marca ou marca coletiva, deve ser apresentado por escrito ao diretor da administração da propriedade industrial e requer ainda a aprovação prévia do Ministro com a tutela desta área.

Qualquer mudança de propriedade de um nome comercial ou de estabelecimento deve ser acompanhada pela transferência da empresa ou da parte da empresa identificada pelo nome.

Finalmente, cumpre referir que os direitos de propriedade industrial registados na OAPI são válidos em todos os Estados-membros da mesma, conforme o artigo 42º do RJPI.

### **Patentes de invenção**

O direito à patente de invenção pertence por norma ao inventor ou inventores se a invenção for comum. Este direito pode ser cedido ou transmitido por via sucessória.

O titular de uma patente goza dos direitos de exploração da invenção patenteada, concessão ou transmissão da patente de invenção, celebração de contratos de licença relativos à patente de invenção e oposição ao uso indevido da patente.



### 3.3.3. MARCAS

De um modo geral, uma marca será registada se:

1. Permitir a distinção dos produtos ou serviços de uma empresa para outra empresa;
2. Não for contrária à ordem pública ou aos bons costumes;
3. Não for suscetível de induzir em erro o público ou os meios comerciais, nomeadamente sobre a origem geográfica, a natureza ou as características dos produtos ou serviços em questão;
4. Não reproduzir, imitar ou contiver entre os seus elementos armas, bandeiras ou outros emblemas, o nome, a abreviatura ou sigla ou um sinal ou punção oficial de fiscalização e de garantia de um Estado ou de uma Organização Intergovernamental criada por uma convenção internacional, exceto se essa autoridade ou entidade o autorizar;
5. Não for idêntica ou semelhante ao ponto de causar confusão, a uma marca ou um nome comercial ou nome de estabelecimento notoriamente conhecido para produtos idênticos ou semelhantes de uma outra empresa, nem se constituir uma tradução dessa marca, nome comercial ou de estabelecimento;
6. Não for idêntica a uma marca pertencente a um outro titular e que já tenha sido registada, ou cuja data de depósito ou de propriedade é anterior, para os mesmos produtos ou serviços ou para produtos ou serviços semelhantes ou for parecida com uma tal marca ao ponto de poder induzir em erro ou confusão.

Importa referir que o pedido de registo da marca é depositado junto do Diretor da Administração da Propriedade Industrial ou do Diretor-Geral da OAPI.

A mesma marca destinada ao mesmo produto ou serviço só pode ter um registo e o mesmo confere ao seu titular o direito de uso exclusivo.

A priori, o titular da marca fica obrigado a utilizá-la por um período ininterrupto de 3 anos ou mais sob pena do seu registo ser anulado a pedido de qualquer interessado.

### 3.3.4. DIREITOS DE AUTOR

Os direitos de autor encontram-se regulados pelo Acordo de Bangui e pelo Decreto-Lei nº 46.980, de 27 de abril de 1966, com a redação dada pela Portaria nº 679/71, de 7 de dezembro de 1971 (“Código do Direito de Autor”). Os direitos de autor são os direitos que recaem sobre as obras intelectuais, qualquer que seja o seu género ou forma de expressão.

O direito de autor abrange direitos de carácter patrimonial e de natureza pessoal (direitos morais) e confere ao titular da obra o direito exclusivo de utilizar ou autorizar a sua reprodução, tradução, suas adaptações, arranjos ou outras transformações, venda ao público, etc.

De acordo com o Acordo de Bangui a proteção concedida aos direitos patri-



moniais é de 70 anos após o falecimento do autor (Artigo 22º do Capítulo V do Anexo VII do Acordo de Bangui). Já os direitos não patrimoniais gozam de proteção ilimitada.

Os direitos patrimoniais são livremente transmissíveis e empenháveis, sendo também suscetíveis de penhora e arresto.

O Código do Direito de Autor protege também os direitos conexos, que se referem às obras cinematográficas, fotográficas e programas de radiodifusão. Por norma, o direito de autor não necessita de ser registado, no entanto, os atos que envolvam a sua transmissão, oneração, penhora ou arresto devem ser registados para produzirem efeitos.

A violação dos direitos consagrados tanto no Acordo de Bangui como no Código do Direito de Autor da Guiné-Bissau é suscetível de responsabilidade civil e criminal.

### 3.4 // Sistema contabilístico, fiscal e aduaneiro

#### 3.4.1. SISTEMA CONTABILÍSTICO

O sistema contabilístico utilizado na Guiné-Bissau é o SYSCOA (Sistema Contabilístico da África Ocidental).

Para além de ser utilizado nos oito Estados-membros da UEMOA, também é utilizado nos países que aderiram ao Tratado da OHADA.

O SYSCOA tem algumas diferenças em relação ao sistema de contabilidade utilizado em Portugal, mas de fácil adaptação e execução.

Assim, podemos verificar as seguintes diferenças (classes de contas):

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE CONTAS SYSCOA-SNC	
SYSCOA	SNC
1. Capitais Próprios/Passivo ML Prazo	1. Meios Financeiros
2. Imobilizado	2. Contas a Receber e a Pagar
3. Existências	3. Existências
4. Terceiros (Ativo e Passivo Circulante)	4. Imobilizado
5. Tesouraria (Caixa, Bancos, etc.)	5. Capitais Próprios
6. Encargos Ordinários	6. Gastos
7. Proveitos Ordinários	7. Rendimentos
8. Outros Encargos e Proveitos	8. Resultados



### 3.4.2. SISTEMA FISCAL

Hoje em dia a legislação fiscal guineense encontra-se dispersa por diversos Códigos e Regulamentos, alguns dos quais antigos. No entanto, encontra-se em curso um estudo com vista à implementação de uma reforma fiscal. O núcleo do seu sistema fiscal é composto por impostos sobre o rendimento e imposto sobre o valor acrescentado, sendo os seus principais impostos a contribuição industrial, imposto profissional, imposto sobre imóveis, sobre-taxa, imposto sobre vendas, imposto do selo, imposto sobre transações e imposto sobre combustíveis.

De acordo com os dados do FMI, a Guiné-Bissau é um dos países que apresenta uma das taxas de eficiência fiscal mais baixa (medida em função das receitas efetivas em relação ao PIB).

Alguns impostos e taxas:

1. Contribuição Industrial – 25%;
2. Imposto geral sobre vendas e serviços – 10% e 17%;
3. Segurança Social:
  - Trabalhador – 8%
  - Entidade patronal – 14%
  - Acidentes de Trabalho – 2%
4. Imposto de Selo – 0,3% sobre salários.

No sentido de captar o investimento estrangeiro, a Guiné-Bissau tem previstos vários incentivos fiscais:

- Isenções sobre direitos aduaneiros para bens de equipamento destinados à realização do investimento;
- Isenções sobre o Imposto Geral sobre Vendas e Serviços para bens de equipamento destinados à realização do investimento.
- Estes incentivos são concedidos por um prazo máximo de 3 anos;
- Redução degressiva da contribuição industrial pelo prazo máximo de 7 anos;
- Incentivos à formação profissional dos trabalhadores.

Existe uma Convenção para Evitar a Dupla Tributação entre Portugal e a Guiné-Bissau.



## Quadro resumo dos principais impostos da Guiné-Bissau

Imposto	Taxa	Incidência subjectiva	Incidência objectiva
<b>Contribuição industrial</b>	25%	Pessoas singulares ou coletivas titulares de rendimentos provenientes das atividades objeto de tributação por este imposto, que tenham no país a sua sede social ou alguma forma de representação permanente, e as que, residindo no estrangeiro, desenvolvam no país ações pelas quais lhe sejam devidos pagamentos ou créditos por entidades residentes (no País).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rendimentos provenientes do exercício de atividades de natureza comercial ou industrial, com carácter empresarial, incluindo as prestações de serviço que não estejam sujeitas a Imposto Profissional;</li> <li>• Rendimentos provenientes da atividade de pesquisa, desenvolvimento e exploração de hidrocarbonetos líquidos ou gasosos.</li> </ul>
<b>Imposto profissional</b>	<p>Trabalhadores por conta de outrem: variáveis entre 1% e 12%</p> <p>Trabalhadores por conta própria: variáveis entre 10% e 25%</p>	<p>Todos os indivíduos que auferirem rendimentos de trabalho no território da República da Guiné-Bissau, ainda que nele não tenham a sua residência permanente, por trabalho aí prestado ou pelo exercício, ainda que ocasional, no mesmo território, de qualquer profissão liberal, constante da tabela de profissões anexa ao Código de Imposto Profissional.</p> <p>Rendimentos de trabalho, em dinheiro ou espécie, quer resultem de relações de trabalho subordinado, de contrato de prestação de serviços ou do exercício de uma profissão liberal por conta própria.</p>	
<b>Imposto Geral sobre vendas e serviços (IGV)</b>	10%	<p>As pessoas singulares sem vínculo de emprego (trabalhadores independentes) ou coletivas que desenvolvam uma atividade de produção, comércio ou de prestação de serviços do IGV;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As pessoas singulares ou coletivas que, segundo a legislação aduaneira, procedam à importação de bens;</li> <li>• As pessoas singulares ou coletivas que, em fatura ou documento equivalente, mencionem indevidamente IGV;</li> <li>• O Estado, demais pessoas coletivas de direito público e bem assim as empresas concessionárias, quando desenvolverem uma atividade sujeita à tributação em sede de IGV.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transmissões de bens móveis corpóreos efetuadas no território nacional, a título oneroso, por um sujeito passivo agindo como tal;</li> <li>• Importações de bens;</li> </ul> <p>Prestações de serviços em geral, efetuadas no território nacional ou a entidades estabelecidas no território nacional, a título oneroso, por um sujeito passivo agindo como tal.</p>

Imposto	Taxa	Incidência subjectiva	Incidência objectiva
<b>Imposto Geral sobre vendas e serviços (IGV)</b>	10%	<p>São, ainda, sujeitos passivos, na condição de responsáveis pelo pagamento do imposto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Toda a pessoa singular ou coletiva, assim como transportadores, armazenistas e depositários que detenham a posse de bens sujeitos a IGV e que não estejam acompanhados de documentação comprovativa da sua aquisição na forma de lei, ou de sua entrada legal no país, com o efetivo pagamento do imposto devido, se for o caso;</li> <li>• Beneficiários de serviços de qualquer natureza localizados no território nacional, quando o prestador estiver localizado no estrangeiro.</li> </ul> <p>São contribuintes-substitutos aqueles que, por expressa disposição legal e para além de ter a obrigação do imposto devido nas operações por eles realizadas, forem incumbidos de efetuar a liquidação e retenção do IGV referente a clientes, nomeadamente retalhistas, ou prestadores de serviços sediados fora do território nacional, na forma em que for regulamentado em ato administrativo próprio, submetido ao Conselho de Ministros.</p>	Prestações de serviços em geral, efetuadas no território nacional ou a entidades estabelecidas no território nacional, a título oneroso, por um sujeito passivo agindo como tal.
<b>Imposto de capitais</b>	25% (exceto no caso de lucros ou dividendos atribuídos aos sócios, lucros auferidos nas contas em participação e rendimentos provenientes da concessão ou cedência de patentes, em que a taxa é 10%)		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Juros de capitais mutuado;</li> <li>• Juros de mora;</li> <li>• Lucros ou dividendos atribuídos aos sócios;</li> <li>• Lucros auferidos nas contas em participação</li> <li>• Juros de depósitos confiados a entidades legalmente autorizadas a recebê-los;</li> <li>• Juros de suprimentos;</li> <li>• Royalties;</li> <li>• Juros de conta corrente;</li> <li>• Juros de obrigações;</li> <li>• Rendimento de trespasse;</li> <li>• Royalties;</li> <li>• Rendimentos de capitais.</li> </ul>



Para além destes, existem outros impostos, tais como o imposto complementar, imposto de turismo, imposto de selo, imposto sobre a venda ao público de combustíveis, imposto extraordinário sobre a castanha de caju, contribuição predial e o imposto do consumo e fabrico.

Atualmente, a Guiné-Bissau tem em vigor um único acordo para evitar a dupla tributação internacional, que foi celebrado com Portugal.

### 3.4.3. SISTEMA ADUANEIRO

A Guiné-Bissau guia-se pela Pauta Externa Comum (PEC) da CEDEAO. Esta PEC, embora se destine aos países da UEMOA e ainda a mais 7 países que fazem parte da CEDEAO (Cabo Verde, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Libéria, Nigéria e Serra Leoa), apenas se encontra em vigor nos seguintes países: Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Nigéria, Senegal e Togo.

No ano de 2000, foi criada uma Pauta Aduaneira Externa Comum, baseada no Código Aduaneiro da Organização Mundial do Comércio, que assenta em 4 categorias de bens:

- Bens sociais essenciais, material informático, bens de equipamento, bens culturais e científicos – isentos de direitos aduaneiros;
- Matérias-primas, incluindo petróleo e cereal para a agricultura – sujeitos a direitos aduaneiros a uma taxa de 5% sobre o valor da mercadoria;
- Produtos intermédios, incluindo veículos – sujeitos a direitos aduaneiros a uma taxa de 10% sobre o valor da mercadoria;
- Bens de consumo final – sujeitos a direitos aduaneiros a uma taxa de 20% sobre o valor da mercadoria.

Para além destas tarifas alfandegárias, poderão ainda ser cobrados vários impostos/taxas, tais como a Taxa Estatística (1%), Imposto Comunitário de Solidariedade (1%), Taxa CEDEAO (0,5%), Imposto Especial sobre o Consumo (variável em função do tipo de produtos), IVA (15%) e Emolumentos pelos Serviços Aduaneiros.

Para que uma empresa possa exportar para a Guiné-Bissau, terá de apresentar às autoridades competentes a fatura comercial e o certificado de origem (em formato EUR1 para produtos com origem na UE), este último apenas quando for solicitado. É ainda necessária uma licença de importação para fins estatísticos, emitida automaticamente pelo Ministério do Comércio, do Turismo e Artesanato. Tratando-se de plantas e derivados é ainda necessário apresentar um certificado fitossanitário.

Uma vez que não existem requisitos específicos de normalização e qualidade na Guiné-Bissau, é usual os importadores cumprirem os requisitos previstos na legislação portuguesa, norte-americana ou britânica. Adicionalmente, não existe regulamentação específica relativa a rotulagem ou embalagem, sendo comum a observação das regras previstas na legislação portuguesa. Desde o início de 2015, todos os importadores que operam no mercado por



via marítima, devem apresentar as suas faturas referentes à importação à empresa Bissau Link. Esta empresa, contratada pelo Governo da Guiné-Bissau, tem como principal missão verificar os valores das importações, para efeitos de tributação fiscal e aduaneira.

Esta medida, na ótica dos importadores, acaba por:

- Tornar o desalfandegamento dos produtos mais demorado;
- Aumentar o valor das faturas, com o conseqüente aumento das tarifas fiscais e aduaneiras.

Apesar de não ser obrigatório, é aconselhável obter um contrato de seguro sobre as mercadorias e bens com destino à Guiné-Bissau.

A cobertura de risco das exportações de Portugal para a Guiné-Bissau poderá ser realizada por empresas seguradoras privadas tendo em consideração que, no caso dos seguros de créditos com Garantia do Estado, o operador único, por protocolo com o Estado Português, é a empresa Companhia de Seguro de Créditos (COSEC) que, para além do seguro de crédito à exportação dispõe de um mecanismo de garantias de seguro de caução. Contudo, esta cobertura não tem sido possível numa apólice global, relativamente a exportações para a Guiné-Bissau.

### 3.5 // Relações laborais

O regime jurídico-laboral na Guiné-Bissau é determinado pela Lei nº 2/86, de 5 de abril de 1986 (Lei Geral de Trabalho, aplicável às relações laborais entre empregadores e trabalhadores que exerçam a sua atividade no território da na Guiné-Bissau.

Estão excluídos do âmbito de aplicação deste diploma:

- Os trabalhadores da Função Pública;
- As relações laborais emergentes do contrato de serviço doméstico;
- As relações laborais estabelecidas em países estrangeiros, entre empregadores e trabalhadores não residentes na Guiné-Bissau, que exerçam temporariamente a sua atividade nesse território.

O contrato de trabalho pode ser celebrado por tempo indeterminado (Contrato de trabalho sem prazo) ou por um tempo limitado, certo ou incerto (Contrato de trabalho com prazo). Os contratos sem estipulação de duração são considerados celebrados por tempo indeterminado, exceto quando se reportarem a atividades de carácter sazonal. O contrato de trabalho a prazo renova-se sucessivamente se o empregador não comunicar, por escrito, ao trabalhador, até oito dias antes de o prazo expirar, a vontade de o não renovar. Um contrato a prazo converte-se num contrato sem prazo quando o trabalhador continuar ao serviço do empregador para além do prazo a que o mesmo contrato esteja sujeito.



Os contratos de trabalho estão sujeitos às normas constitucionais, às convenções internacionais que vinculam a Guiné-Bissau e às convenções coletivas de trabalho. As fontes superiores prevalecem, sem prejuízo de aplicação da lei mais favorável ao trabalhador.

### 3.5.1. DIREITOS, DEVERES E GARANTIAS DAS PARTES

– Algumas competências do empregador:

- Fixar os termos em que deve ser prestado o trabalho, organizando-o;
- Estabelecer e alterar o horário de trabalho, em conformidade com os limites fixados na lei;
- Assegurar o cumprimento da disciplina no trabalho e aplicar sanções disciplinares;
- Tomar medidas necessárias à prestação do trabalho nas melhores condições.

Alguns deveres do empregador:

- Observar todas as obrigações emergentes do contrato de trabalho e das normas que o regem;
- Tratar o trabalhador com lealdade e respeito e não adotar procedimentos discriminatórios;
- Proporcionar condições adequadas de trabalho;
- Facilitar o exercício de funções de representação sindical ou de trabalhadores na empresa;
- Pagar pontualmente a retribuição devida.

Algunas garantias do trabalhador:

A LGT proíbe designadamente ao empregador de:

- Se opor a que o trabalhador exerça os seus direitos;
- Punir o trabalhador ou despedi-lo sem procedência de processo disciplinar;
- Diminuir a retribuição, salvo exceções expressamente previstas na lei;
- Baixar a categoria do trabalhador, salvo extinção do posto de trabalho, reorganização da empresa, acidente de trabalho ou doença profissional ou quando venha a verificar-se manifesta inaptidão do trabalhador, e este aceite continuar na empresa noutra categoria profissional que lhe seja proposta;
- Transferir o trabalhador para outro local de trabalho, salvo na situação em que ocorra transferência total ou parcial da empresa onde aquele trabalha.

Alguns direitos do trabalhador:

- Exercer uma atividade correspondente à categoria profissional para foi contratado;
- Receber com pontualidade a retribuição devida;
- Gozar de repouso semanal e férias anuais pagas.



### 3.5.2. PERÍODO NORMAL DE TRABALHO

O período normal de trabalho pode ser estabelecido por acordo, pelo regulamento interno ou pela convenção coletiva de trabalho, dentro dos limites de 8 horas diárias e 45 semanais.

O empregador pode acolher uma das seguintes modalidades: 6 dias úteis, com descanso ao domingo; ou 5,5 dias úteis, com descanso complementar de 1/2 dia e ao domingo; 5 dias úteis, com descanso complementar e descanso semanal ao domingo. Nos dois últimos casos o período normal de trabalho não pode exceder as 9 horas diárias.

#### **Trabalho extraordinário**

A LGT admite o trabalho extraordinário em casos pontuais expressamente previstos na lei.

#### **Outros aspetos**

- Os trabalhadores estão sujeitos a imposto profissional à taxa de 10% e imposto de selo à taxa de 0,3%;
- Apesar de não ser obrigatório, prevalece a prática de se pagar subsídio de férias e, com menor frequência, subsídio de Natal;
- O período normal de férias é de 30 dias.

### 3.5.3. REGIME DE SEGURANÇA SOCIAL

A Guiné-Bissau implementou recentemente um sistema de Segurança Social que, ainda que deficitário, devido à falta de recursos financeiros e meios técnicos para o melhorar, visa garantir, de forma ativa, a proteção dos cidadãos contra riscos que determinam a perda ou redução da sua capacidade de trabalho. Atualmente, o Instituto Nacional de Segurança Social prevê a existência de diferentes tipos de apoios sociais, como sejam:

- Pensões de velhice, invalidez e sobrevivência (vitalícia e temporária);
- Abonos de família e assistência médica e medicamentosa;
- Subsídios de doença, maternidade, paternidade, adoção, amamentação, deficiência e de funeral.

A inscrição no Instituto Nacional de Segurança Social é obrigatória para os trabalhadores por conta de outrem e implica uma contribuição no montante de 22% do valor das remunerações, sendo o respetivo encargo partilhado por ambas as partes (trabalhador: 8%; entidade patronal: 14%).

Por outro lado, os trabalhadores independentes podem beneficiar de um regime de Segurança Social próprio, ainda que a título facultativo.



### 3.5.4. RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO QUADRO DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NA GUINÉ-BISSAU

Na Guiné-Bissau, a resolução de litígios no quadro do investimento estrangeiro pode ser realizada com recurso à via judicial ou arbitragem, sendo dada preferência à segunda pelo Código do Investimento (Artigos 18.o e 19.o do Código do Investimento).

A organização judiciária da Guiné-Bissau compreende os:

- Tribunais de pequenas causas ou de setor (que poderão ser de ingresso e de acesso);
- Tribunais de primeira instância ou regionais;
- Tribunais de segunda instância ou de círculo; e
- Supremo Tribunal de Justiça.

No entanto, e à semelhança de outras jurisdições, como a portuguesa, a via judicial é frequentemente morosa e irregular, pelo que os meios de resolução extrajudicial de conflito são frequentemente escolhidos pelos investidores para fazer face a estas dificuldades.

O Código do Investimento prevê a possibilidade de recurso a conciliação e, se não for possível, à arbitragem. Refere ainda este Código que tanto os investidores como as empresas podem submeter a resolução dos seus litígios com o Estado a conciliação, mediação e arbitragem resultantes de, por exemplo, acordos ou tratados relativos à proteção de investimentos celebrados entre o país e outros estados de que o investidor seja nacional. O Código refere também a possibilidade de recorrer às regras da Convenção do Centro Internacional Para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos (ICSID). No entanto, a Guiné-Bissau, assinou, mas não ratificou ainda esta convenção.

Por regra, a sentença arbitral é final e irrecorrível. No entanto, poderá haver recurso de anulação da decisão a interpor para o Juiz competente do Estado-membro.

Tanto as sentenças arbitrais de âmbito nacional como as estrangeiras são reconhecidas na ordem jurídica da Guiné-Bissau e podem ser executadas em Tribunais Judiciais guineenses, caso a parte condenada não cumpra voluntariamente com o conteúdo da decisão.

Em caso de dúvida sobre uma cláusula compromissória ou arbitral, o Tribunal Comum de Justiça e Arbitragem da OHADA (TCJA) (Este TCJA foi constituído nos termos do artigo 14º e seguintes do Tratado da OHADA e encontra-se regulado no Règlement de Procédure de la Cour Commune de Justice et d'Arbitrage, de 18 de abril de 1996) nomeará ou confirmará os árbitros, será informado do desenrolar do processo e examina os projetos de sentenças. O TCJA não decide, ele próprio, o conflito. O TCJA é ainda o Tribunal Supranacional para dirimir as controvérsias que digam respeito aos atos uniformes. Nos termos do artigo 21º do Tratado OHADA, qualquer parte de um contrato, no âmbito da aplicação de uma cláusula compromissória ou



de um compromisso de arbitragem, pode submeter um litígio contratual ao processo de arbitragem do TCJA, desde que uma das partes tenha o seu domicílio ou residência habitual num Estado-membro, ou que o contrato seja executado ou a executar total ou parcialmente num ou vários Estados-membros.

As sentenças arbitrais do TCJA têm força de caso julgado no território de cada Estado-membro nas mesmas condições, podendo ser objeto de execução obrigatória na sequência de uma decisão de reconhecimento de sentença. Por último, a Lei nº 19/2010, de 8 de outubro, vem estabelecer o Regime Jurídico da Arbitragem Voluntária (RJAV). O RJAV abrange qualquer litígio que não esteja submetido exclusivamente a tribunal judicial ou a arbitragem necessária (incluindo o Estado e demais pessoas coletivas públicas, desde que as mesmas tenham por objeto litígios emergentes de relações de Direito Privado, Contratos Administrativos e responsabilidade civil extracontratual do Estado).

O RJAV estabelece ainda um conjunto de preceitos relativos à composição do tribunal, ao processo arbitral, à sentença arbitral e ao processo de reconhecimento e execução de sentenças arbitrais em tudo respeitadores do espírito do tratado OHADA.

Não obstante, a Guiné-Bissau não aderiu à Convenção de Nova Iorque para o Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, o que inviabiliza o reconhecimento imediato das sentenças emanadas ao abrigo do regime da Arbitragem Voluntária.



#### 4. // OPORTUNIDADES E DIFICULDADES DE NEGÓCIO





## 4.1 // Oportunidades

A Guiné-Bissau é um País com excelentes potencialidades em matéria de investimento, tendo em conta as suas riquezas naturais e o estado virgem em que se encontram certos setores de atividade económica bastante atrativos e promissores.

Uma outra vantagem é o facto de ser membro da União Económica e Monetária da África Ocidental — UEMOA, um espaço económico que congrega cerca de 72 milhões de consumidores.

Segundo a AICEP, os setores e subsectores com perspetivas de evolução sustentada são os abaixo discriminados, por ordem alfabética:

### **Análises clínicas**

Existem alguns laboratórios de referência no País, como o Laboratório Nacional de Saúde Pública (que se bate com enormes carências e deficiências, apesar da sua eficiência) e os privados, que apresentam um perfil reduzido de análises.

### **Alimentação e bebidas**

No que ao comércio diz respeito, existem diversos empresários que se dedicam à importação de produtos alimentares.

Apesar de se encontrar no mercado produtos portugueses, existe espaço para uma maior variedade, nomeadamente do segmento gourmet, aproveitando a presença de uma classe média-alta com poder de compra e acostumada a consumir produtos estrangeiros.

### **Cinema**

Não existe cinema em Bissau, o que poderia dinamizar a vida cultural do País e fomentar o convívio. Do mesmo modo, são escassos os auditórios na capital, pelo que uma estrutura que pudesse servir para encontros e conferências, além da projeção de filmes, poderia ter sucesso.

### **Controlo de qualidade**

Atualmente, a exportação para a Europa é reduzida, tendo em conta os exigentes padrões de qualidade requeridos pelas regras comunitárias. Por isso, um laboratório de controlo de qualidade certificado e cumprindo os padrões europeus (anexo, por questões de sustentabilidade, a uma estrutura exportadora própria, realizando análises internas e externas) poderia ser um negócio rentável e contribuir para o desenvolvimento do setor exportador do País.

### **Cultura**

São praticamente inexistentes os estabelecimentos dedicados à cultura em Bissau. Existe uma livraria anexa ao hotel Coimbra, não havendo outra forma de adquirir livros na cidade, muito menos no País. Não existe igualmente



um local onde se adquiram revistas ou outras publicações periódicas, bem como não existem cinemas.

### **Hortofruticultura**

A produção hortofrutícola é uma área ainda por explorar, embora existam já algumas explorações, destacando-se as de capitais espanhóis, que se dedicam também à transformação e à agroindústria. De salientar a qualidade da fruta produzida no País: além do caju, as mangas, as papaias, os abacates e outras frutas tropicais são extremamente agradáveis. O peixe é também abundante e acessível, bem como o marisco (ostras e camarões), o qual chega à Europa, nomeadamente a Portugal, através do Senegal.

### **Indústria Metalomecânica**

A reparação naval e a metalomecânica ligeira já conheceram a excelência na Guiné-Bissau. Sendo a metalomecânica ligeira responsável pelo fabrico de utensílios de trabalho no campo e outros fatores de produção que induzem a melhoria dos rendimentos do trabalho agrícola e na construção civil, a não operacionalidade desta atividade conduz a uma importação deste tipo de produtos e a uma diminuição da produtividade nos setores dela dependentes. A saída desta situação passa pela criação de empresas deste setor e alienação da participação do Estado nas empresas do ramo.

A reparação e construção naval é uma das prioridades para um país que se quer voltado para o mar. A falta de uma política credível para o setor tem adiado o relançamento da única empresa guineense do ramo, participada pelo Estado, a Guinave.

### **Material de construção/elétrico**

No mercado informal do Bandim há numerosas lojas de materiais de construção, onde os mais procurados são os de origem portuguesa; esta informação é válida também para o material elétrico. Os bens de proveniência portuguesa são, como habitualmente, preferidos; e apesar de a oferta ser numerosa, a variedade é reduzida.

### **Medicamentos**

O abastecimento de medicamentos no mercado guineense depende da concessão de alvarás pelo Ministério da Saúde Pública. Existem muitas farmácias em Bissau, apesar de serem portuguesas as mais procuradas, dada a qualidade dos medicamentos nelas vendidos. Na verdade, tem havido problemas com medicamentos falsificados (com percentagens reduzidas ou nulas de princípio ativo), provenientes da China ou da Índia. Ainda assim, o abastecimento é algo irregular e existe alguma carência de diversos tipos de medicamentos, bem como de consumíveis médicos diversos (faltam por vezes compressas, soro, entre outros), além de produtos de puericultura. Por outro lado, regista-se uma carência de quadros técnicos na área farmacêutica.



### **Parques Industriais**

Não existem parques industriais organizados, apenas estruturas privadas sem grandes condições a nível de trabalho, de acesso ou de segurança, por exemplo. Faltam estruturas que tenham eletricidade e água próprias, garantindo a laboração mesmo em momentos em que o abastecimento público falta.

### **Peças para automóveis**

Considerando a ausência de variedade de peças disponível, é forçoso aguardar que as encomendas cheguem do exterior. Teria sucesso um estabelecimento que mantivesse um stock de peças que desse resposta às necessidades locais com prontidão. Isso é tão mais válido quanto as necessidades são urgentes, como no caso das peças para veículos pesados durante a campanha do caju: sendo o número de veículos disponíveis limitado, cada avaria tem de ser resolvida com urgência, para não se perder a rentabilidade que se obtém do aluguer do transporte.

### **Produção avícola**

Não existem aviários (apenas algumas explorações familiares, pequenas e insuficientes) e o País está dependente em diversos produtos do exterior, sendo um deles o frango do dia, um bem altamente consumido na Guiné-Bissau.

### **Recursos minerais**

Existem fosfatos em Farim (centro-norte) e bauxite em Boé (sudeste). Estes recursos naturais despertaram o interesse de investidores angolanos, mas de momento as explorações não se encontram em laboração, muito por culpa da dificuldade de escoamento de mercadorias. Daí que uma empresa americana se encontre a finalizar um projeto de investimento que inclui a construção de vias próprias de exportação. Existem areias pesadas em Varela (ponta noroeste), que se encontram em extração, num investimento de capitais russos, entre outros.

### **Restauração**

Bissau tem conhecido um crescimento significativo na oferta de restauração, com a abertura de dois restaurantes libaneses, além da oferta guineense, portuguesa e italiana disponível, apesar de não existirem ainda restaurantes de excelência. No entanto, no que diz respeito ao resto do País, não existem restaurantes nem snack-bares ao longo das principais estradas, obrigando quem viaja a precaver-se com alimentos. Destacam-se a estrada para o Norte (Bissau-Safim-Ingoré-São Domingos), que tem alguma intensidade de trânsito, sobretudo de quem vai a caminho do Senegal (sobretudo Ziguinchor ou Cap Skiring) ou da Gâmbia; e a do Leste, por Nhacra-Bambadinca, flectindo para o Sul, para Xitole ou para o Leste, para Bafatá ou Gabú.

### **Saúde**

Uma das áreas com maior potencial na Guiné-Bissau é a da saúde. Existem algumas (poucas) clínicas privadas com serviços básicos mas, à falta de um hospital com qualidade (em termos de equipamentos e meios humanos), quem



pode, recorre a Dacar ou Lisboa.

Uma instalação médica capaz de proporcionar serviços de urgência 24 horas por dia, tratamentos dentários, internamento de qualidade, entre outras vantagens, poderia certamente beneficiar de um mercado com poder de compra que, ainda que algo reduzido, poderia ser cativado com um sistema mutualista. Trata-se de uma prioridade com o crescimento da atividade turística.

### **Táxi aéreo**

Um investimento que poderá ter retorno é a disponibilização de um táxi aéreo para as ilhas. O mar por vezes revolto (“marão”) retém alguns turistas que não têm outra forma de se deslocar ao Arquipélago dos Bijagós. Existe uma aeronave que faz essa deslocação, pertencente ao Hotel Ponta Anchaca, mas que divide os seus serviços com a unidade da mesma dona em Cap Skirring (Senegal), não estando sempre disponível. Esse mesmo transporte poderá ser utilizado para situações de emergência médica, como evacuações.

### **Turismo**

O turismo tem enormes potencialidades no território. Desde logo, existem alguns grupos que se têm dedicado ao turismo de saudade, sobretudo ex-combatentes e suas famílias, que procuram visitar os locais conhecidos no período da Guerra Colonial.

Relativamente ao turismo cinegético, no interior existe um hotel histórico, Capé, a 10 km de Bafatá, que se encontra desativado. Com licença de caça de cerca de 600 mil hectares (a mais antiga da Guiné-Bissau), é uma unidade hoteleira com pessoal experiente e que está atualmente desativada, tendo o pessoal sido redistribuído pela lavoura e demais serviços da vasta propriedade. Era uma base de operações do Governo no interior, sendo a única unidade hoteleira com algum conforto no Leste. Grupos de espanhóis costumavam dedicar-se à caça grossa (javali-africano e gazela), ao passo que os portugueses se dedicavam à caça menor (rolas e lebres, muito abundantes). Os proprietários estão dispostos a negociar um acordo vantajoso para quem deseje alugar o espaço e que possibilite a abertura e recuperação da unidade, deduzindo, por exemplo, as obras realizadas no valor do aluguer. No que respeita ao ecoturismo, existem na Guiné-Bissau diversos parques e áreas protegidas, cobrindo cerca de um quinto do território guineense. São administradas pelo Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas da Guiné-Bissau (IBAP). Estas áreas começam a atrair turistas que não procuram resorts, mas sim ambientes mais simples (mas confortáveis), que sirvam de ponto de partida para jornadas de ornitologia nas Lagoas de Cufada, botânica nos Tarrafes do Cacheu ou visitas às gravuras de Nhampassaré.

### **Praia e pesca**

O turismo de praia ou de pesca tem também boas condições para se desenvolver. Existem já algumas unidades no Arquipélago dos Bijagós, não estando o potencial de todo esgotado.



## 4.2 // Dificuldades

Também segundo a Aicep, a Guiné-Bissau carece de muitas infraestruturas básicas e de oferta em quase todas as áreas. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que as oportunidades são transversais a toda a economia. Não devem, porém, ser subestimadas as razões porque há tanto por fazer. Além da instabilidade política e da carência de estruturas e sistemas de suporte básico, o País tem uma grave falta de quadros, impeditiva de, sem formação capaz, serem obtidos os níveis de produtividade desejáveis.

Também por ordem alfabética, as principais dificuldades com que um investidor se pode deparar na Guiné-Bissau prendem-se com:

### **Alfândegas**

Uma das maiores dificuldades apontadas pelos agentes económicos prende-se com a Alfândega. As taxas aduaneiras são definidas pelas organizações regionais a que a Guiné-Bissau pertence; no entanto, o valor da mercadoria sobre a qual as taxas se aplicam tem sido alvo de contestação. Por um lado, a Bissau Link, empresa de avaliação que a Direcção-Geral das Alfândegas (DGA) contratou, atribui valores mais altos do que os das faturas comerciais apresentadas (alegando que são falsificações); note-se que a empresa recebe uma percentagem das taxas cobradas. Por outro, a DGA constituiu uma comissão própria que avalia os casos, levando a uma duplicação de esforços. As demoras em todo este processo podem ser onerosas, dados os pagamentos de parque no porto, bem como eventuais prejuízos se os bens forem perecíveis. Algumas quebras de abastecimento ficam também a dever-se a diferendos fronteiriços entre a Gâmbia e o Senegal: por não fazer parte das organizações sub-regionais, a Gâmbia consegue ter um porto com taxas muito atrativas, prejudicando o de Dakar. Assim, o Senegal vale-se de ser a única fronteira terrestre da Gâmbia, fechando-a como forma de pressionar o enclave.

### **Cadeia de frio**

Como anteriormente mencionado, a ausência de infraestruturas dificulta a atividade económica. Exemplo disso é a ausência de uma cadeia de frio que permita o transporte refrigerado de bens perecíveis: o aeroporto não detém armazenamento climatizado e as constantes falhas de energia no País afetam também o porto e os contentores aí estacionados, avultando as despesas pelo recurso ao gasóleo.

### **Financiamento público**

Negócios que dependam do financiamento governamental correm o risco de a instabilidade política os fazer fracassar, com os atrasos ou cancelamentos dos pagamentos. A elevada dependência dos titulares de cargos políticos tem sido uma causa de fracasso de alguns negócios, sendo frequente a substituição dos ditos titulares.



### **Fiscalização**

A fiscalização tem fama de ser algo insistente, fazendo visitas frequentes. É considerado que um dos objetivos dos fiscais (francamente mal remunerados) é o de conseguirem uma renda dos comerciantes com maior poder de compra.

### **Industrialização**

Na mesma linha, a falta de infraestruturas é acompanhada pela falta de indústrias. A incipiente industrialização da Guiné-Bissau torna difícil encontrar muitos bens e maquinaria, que têm de ser importados, com os custos e demoras inerentes.

### **Internet**

A falta de uma ligação à internet em condições pode ser problemática. A sua velocidade é reduzida, pelo que software de gestão em tempo real que englobe, por exemplo um grupo, pode sentir dificuldades.

### **Lei da Terra**

A Lei da Terra (nº 5/98, alterando a Lei nº 4/75) declara toda a terra como sendo propriedade do Estado. Todavia, o seu uso pode ser concessionado, tendo de, em alguns casos, solicitar permissão ao poder local. As concessões podem ir até cerca de 100 (cem) anos. O maior entrave prende-se, contudo, com a dificuldade em garantir a efetiva propriedade do imóvel. Têm sido frequentes os casos de terrenos cujos direitos foram vendidos repetidas vezes, sendo aconselhável o acompanhamento por um advogado em todo o processo.

### **Preço**

O fator preço é sempre uma dificuldade num país onde os ordenados são maioritariamente baixos (cerca de €50,00 de ordenado mínimo mensal). Realce-se que os produtos portugueses são preferidos pela sua conotação com a qualidade e durabilidade, ainda que sejam marginalmente mais caros. Existe uma grande concorrência dos mauritanos (narr), que detêm pequenas estruturas, muitas vezes lojas montadas num contentor de 20 pés e cujos preços refletem a ausência de licenças e de condições de higiene, conservação e manipulação dos produtos. Do mesmo modo, é forte a concorrência, em sentido lato, do Mercado do Bandim (feira informal onde tudo se compra e tudo se vende).

### **Porto**

Esta situação pode gerar falhas de abastecimento no País, que são algo frequentes. A fraca capacidade do porto, devida ao assoreamento, é também um problema, num país que depende em tão grande medida do exterior. Toda a rede infraestrutural da Guiné-Bissau está em grande medida enfraquecida e responde com dificuldade às exigências dos agentes económicos.

A capacidade de manter o stock necessário para laboração numa indústria, por exemplo, é condição essencial para ter sucesso no País. Durante a campanha do caju, a entrada de produtos no país fica paralisada, até ao escoamento deste produto, originando a escassez de alguns bens.



### **Saúde**

Possivelmente a maior dificuldade do investimento no turismo reside na falta de estruturas de saúde, quer nas ilhas, quer no continente. Sobretudo no Arquipélago dos Bijagós, qualquer incidente tem de ser tratado localmente o que, dependendo da gravidade, pode representar um problema. A inexistência de um táxi aéreo ou de unidades de saúde de qualidade no arquipélago são um fator negativo.

### **Sazonalidade**

A época das chuvas causa alguma sazonalidade no turismo, sendo quase constantes nos meses de julho e Agosto. Durante o resto do ano, desde que se tenha o cuidado de ter em conta a poeira (no interior) e as marés, conseguem-se 9 a 10 meses de atividade turística.

### **Taxas de juro**

As taxas de juro são pouco atrativas no País. Quando a empresa não tem histórico com o banco em causa, a concessão de crédito torna-se mais difícil. Podem ser exigidas garantias reais além das bancárias. O financiamento a médio e longo prazo ainda é incipiente.

### **Transporte**

Finalmente, há que ter em conta a necessidade de um transporte próprio ou bem articulado, que faça a ligação a Bissau, a fim de garantir, por um lado, os abastecimentos e, por outro, a segurança e conforto dos hóspedes.

## **4.3 // Cultura de Negócios**

A cultura do Mercado da Guiné-Bissau é ditada, em parte, pelos ritmos e ciclos anuais meteorológicos e religiosos (uma grande percentagem da população – cerca de metade – é muçulmana, pelo que os ritmos religiosos são também facilmente perceptíveis, como durante o jejum do Ramadão, partilhando os feriados com os católicos tradicionais). Assim, é comum um abrandamento do País na época das chuvas, que são quase constantes dia e noite. Todavia, o ciclo talvez mais marcante prende-se com a colheita do caju, que começa em abril/maio e envolve famílias inteiras. Nas semanas que a precedem, o movimento dos camiões carregados de sacas de arroz aumenta; é o bem mais consumido no País e serve nas trocas diretas por caju em bruto, algo ainda muito frequente no interior. Além disso, quando os agricultores recebem o dinheiro da colheita, rapidamente se abastecem desse cereal.

A colheita é um momento em que o País (70-80% das exportações totais e cerca de 14% do PIB – Produto Interno Bruto) recebe o maior “balão de oxigénio”, disparando o consumo privado. Aumenta a circulação nas estradas, sobretudo dos camiões que transportam o caju para Bissau e é comum fazerem-se as reparações necessárias nas casas (até porque a campanha coincide com a aproximação



das chuvas – maio-junho). É uma “abundância” que dura até setembro-outubro. Uma grande percentagem do negócio, impossível de quantificar, circula pelo mercado informal, de que o melhor exemplo é o de Bandim. Esta zona da cidade de Bissau, na avenida principal, é um centro de comércio sem condições sanitárias ou de segurança, mas onde os locais se abastecem, sobretudo pelos preços baixos. Deve ser ressalvada que a maior parte dos materiais vendidos tem pouca qualidade (chamam-lhe “Dubai”, sendo originários da China, armazenados nos Emiratos Árabes Unidos antes da distribuição por África), sendo ainda preferidos os de origem portuguesa, conotados como produtos de qualidade. Apesar de mais caros, sempre que possível, os guineenses preferem os produtos que entendem mais duráveis e fiáveis. É de primordial importância que sejam evitados ou acompanhados de perto todos os negócios que envolvam governantes e que façam depender o seu sucesso do poder do parceiro local, dadas as constantes alterações no poder. São frequentes as promessas e compromissos rapidamente assumidos, quase com veleidade e que depois não são cumpridos, ou por incúria ou por sobreavaliação das próprias competências de quem se compromete. Assim, há que avaliar bem o risco e acompanhar sempre de perto, tanto quanto possível, os processos em curso, pressionando e certificando-se da sua efetivação e conclusão. Não sendo obrigatório ter um sócio guineense para constituir uma empresa na Guiné-Bissau (o Código de Investimento e o Centro de Formalização de Empresas são fruto de uma muito bem-sucedida reorganização administrativa virada para a atração do investimento), é conveniente ter uma gestão próxima e cuidada. Ter guineenses de confiança pode ser útil, sobretudo no uso do crioulo, a verdadeira língua franca da Guiné-Bissau (muito mais do que o Português), indispensável na negociação com os nacionais.





5. // CARACTERIZAÇÃO  
DAS EMPRESAS COMERCIAIS  
E INDUSTRIAIS



## 5.1 // Empresas comerciais

ÍNDICE DAS EMPRESAS COMERCIAIS	PÁGINA
ÁFRICA ALIMENTAR, SARL	101
DARLING, SARL	102
DOMINGUINÉ, SARL	103
ELECTROMECAÂNICA DE MÁRIO ROSA	104
GRUPO SANTY	105
HOSSON, LDA	106
HUSSEIN FARHAT IMPORT EXPORT	107
IMPAR, SARL	108
LAU E GOMES, SARL	109
MASSI BISSAU, SARL	110
MDS – MEDICAMENTOS E DIAGNÓSTICO NA SAÚDE, SARL	111
NUNES & IRMÃO, LDA	112
PRINCESA DE BISSAU, SARL	113

## //ÁFRICA ALIMENTAR, SARL

### CONTACTOS

**ENDEREÇO:** Rua 7, nº 22, Bissau – Guiné-Bissau

**TELEFONE:** +245 955983687

**EMAIL:** africaalimentar.bissau@gmail.com

### GESTOR

Francisco Galvão

### PRODUTOS COMERCIALIZADOS

Comércio alimentar (produtos alimentares, produtos alimentares congelados e bebidas)

### NATUREZA JURÍDICA DA EMPRESA

Sociedade anónima de responsabilidade limitada

### ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi constituída em 2012, com o objeto social de comércio alimentar

### MERCADOS DA ORIGEM DOS PRODUTOS

Portugal e Estados Unidos da América

### NÚMERO DE TRABALHADORES

14

## // EMPRESA: DARLING, SARL

### CONTACTOS

**ENDEREÇO:** Avenida Combatentes Liberdade da Pátria, Bissau – Guiné-Bissau

**TELEFONE:** +245 955803636

**EMAIL:** fbadiane@darlingsarl.com

### GESTOR

Fallou Badiane

### PRODUTOS COMERCIALIZADOS

Comércio geral (produtos alimentares, produtos de higiene e limpeza e bebidas)

### NATUREZA JURÍDICA DA EMPRESA

Sociedade por quotas

### ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi constituída em 2003, como sociedade por quotas, tendo 3 sócios

### MERCADOS DA ORIGEM DOS PRODUTOS

Portugal, Dubai e Senegal

### NÚMERO DE TRABALHADORES

## // DOMINGUINÉ, SARL

### CONTACTOS

**ENDEREÇO:** Rua Guerra Mendes nº 20, Bissau – Guiné-Bissau

**TELEFONE:** +245 969155583

**EMAIL:** armando.fdomingues@gmail.com

### GESTOR

Armando Domingues

### PRODUTOS COMERCIALIZADOS

Importação e comercialização de material de construção em geral

### NATUREZA JURÍDICA DA EMPRESA

Sociedade anónima de responsabilidade limitada

### ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi constituída em 2010, tendo apenas iniciado atividade em 2012, com o objeto social de importação e comercialização de material de construção em geral

### MERCADOS DA ORIGEM DOS PRODUTOS

Portugal

### NÚMERO DE TRABALHADORES

nd

## // ELECTROMECAÂNICA DE MÁRIO ROSA

### CONTACTOS

**ENDEREÇO:** Bairro do Reno, Safim – Guiné-Bissau

**TELEFONE:** +245 966605634

**EMAIL:** electromecanicamr@hotmail.com

### GESTOR

Mário Rosa

### PRODUTOS COMERCIALIZADOS:

Venda, reparação e manutenção de grupos geradores

### NATUREZA JURÍDICA DA EMPRESA

Empresa em nome individual

### ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi constituída em 2008, com o objeto social de venda, reparação e manutenção de grupos geradores

### MERCADOS DA ORIGEM DOS PRODUTOS

Portugal e Espanha

### NÚMERO DE TRABALHADORES

5

## // GRUPO SANTY

### CONTACTOS

**ENDEREÇO:** Rua Bairro Ajuda, Bissau – Guiné-Bissau

**TELEFONE:** +245 6162425

**EMAIL:** santiago.hanna@gruposanty.com

### GESTOR

Santiago Hanna Mendonza

### PRODUTOS COMERCIALIZADOS

Comércio geral, produção de água e cerveja, hotelaria, produção de caju, consultoria, construção e transformação de rochas ornamentais

### NATUREZA JURÍDICA DA EMPRESA

Holding

### ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi constituída em 2012, com a atividade inicial de fabrico de água

### MERCADOS DA ORIGEM DOS PRODUTOS

Todo o mundo

### NÚMERO DE TRABALHADORES

458

## // HOSSON, LDA.

### CONTACTOS

**ENDEREÇO:** Rua General Omar Torrijos, nº 304, Bissau – Guiné-Bissau

**TELEFONE:** +245 966632963

**EMAIL:** carhossan@hotmail.com

### GESTOR

Carlos Lopes

### PRODUTOS COMERCIALIZADOS:

Serviços de informática, *hardware*, *software* e assistência técnica

### NATUREZA JURÍDICA DA EMPRESA

Sociedade por quotas

### ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi constituída em Abril de 1996, com a atividade inicial de ramo imobiliário o objeto social, tendo 2 sócios

### MERCADOS DA ORIGEM DOS PRODUTOS

Portugal

### NÚMERO DE TRABALHADORES

32

## // HUSSEIN FARHAT IMPORT EXPORT

### CONTACTOS

**ENDEREÇO:** Rua Aeroline da Cruz, nº 15 A, Bissau – Guiné-Bissau

**TELEFONE:** +245 966746470

**EMAIL:** farhat362@yahoo.fr

### GESTOR

Hussein Farhat

### PRODUTOS COMERCIALIZADOS

Comércio alimentar (panificação, pastelaria, produtos alimentares e bebidas)

### NATUREZA JURÍDICA DA EMPRESA

Empresa em nome individual

### ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi constituída em 1975, com a atividade inicial de panificação e pastelaria, tendo posteriormente dado início à atividade de importação/exportação de produtos alimentares em 1992

### MERCADOS DA ORIGEM DOS PRODUTOS

Portugal, França, Bélgica, Alemanha, China, Paquistão e Bangladesh

### NÚMERO DE TRABALHADORES

## // IMPAR, SARL

### CONTACTOS

**ENDEREÇO:** Avenida Domingos Ramos nº 43D 483, Bissau – Guiné-Bissau

**TELEFONE:** +245 966770388

**EMAIL:** luis.ribeiro@imparbissau.com

### GESTOR

Luís Ribeiro

### PRODUTOS COMERCIALIZADOS

Fornecimento e instalação de equipamento de energia solar, comunicação rádio e geradores diesel

### NATUREZA JURÍDICA DA EMPRESA

Sociedade anónima de responsabilidade limitada

### ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi constituída em 1991

### MERCADOS DA ORIGEM DOS PRODUTOS

União Europeia

### NÚMERO DE TRABALHADORES

## // LAU E GOMES, SARL

### CONTACTOS

**ENDEREÇO:** Rua Capitão Quinones, nº 2, Bissau – Guiné-Bissau

**TELEFONE:** +245 966000068

**EMAIL:** laus2009@live.com

### GESTOR

Laurindo Gomes

### PRODUTOS COMERCIALIZADOS

Comércio alimentar (cerveja, vinho e água)

### NATUREZA JURÍDICA DA EMPRESA

Sociedade anónima de responsabilidade limitada

### ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi constituída em 2012, com o objeto social de comércio alimentar, tendo 5 sócios. É representante da marca Luso e marca Bacalhôa.

### MERCADOS DA ORIGEM DOS PRODUTOS

Portugal

### NÚMERO DE TRABALHADORES

23

## // MASSI BISSAU, SARL

### CONTACTOS

**ENDEREÇO:** Avenida Combatentes Liberdade da Pátria, Brá, Bissau – Guiné-Bissau

**TELEFONE:** +245 966000400

**EMAIL:** massibissau@hotmail.com

### GESTOR

Francisco José

### PRODUTOS COMERCIALIZADOS

Comércio geral (produtos alimentares, produtos de higiene e limpeza e bebidas)

### NATUREZA JURÍDICA DA EMPRESA

Sociedade anónima de responsabilidade limitada

### ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi constituída em 2010, com o objeto social de comércio geral

### MERCADOS DA ORIGEM DOS PRODUTOS

Portugal

### NÚMERO DE TRABALHADORES

## // MDS – MEDICAMENTOS E DIAGNÓSTICO NA SAÚDE, SARL

### CONTACTOS

**ENDEREÇO:** Avenida dos Combatentes da Liberdade da Pátria, Bissau – Guiné-Bissau

**TELEFONE:** +245 966432602 / +245 955816075

**EMAIL:** luisaaraujo@quilaban.pt

### GESTOR

Luísa Araujo

### PRODUTOS COMERCIALIZADOS

Distribuição de produtos farmacêuticos e análises clínicas

### NATUREZA JURÍDICA DA EMPRESA

Sociedade anónima de responsabilidade limitada

### ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi constituída em 2015, tendo apenas iniciado a atividade em 2016, com o objeto social de distribuição de produtos farmacêuticos e análises clínicas

### MERCADOS DA ORIGEM DOS PRODUTOS

Portugal

### NÚMERO DE TRABALHADORES

5



## // NUNES & IRMÃO, LDA

### CONTACTOS

**ENDEREÇO:** Avenida Amílcar Cabral nº 83, Bissau – Guiné-Bissau

**TELEFONE:** +245 321 34 67

**EMAIL:** zulupreto@gmail.com

### GESTOR

Maria Nunes

### PRODUTOS COMERCIALIZADOS

Comércio geral (plásticos, borrachas, produtos de limpeza, máquinas e equipamentos)

### NATUREZA JURÍDICA DA EMPRESA

Sociedade em nome coletivo

### ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi constituída em 1948, com o objeto social de comércio geral

### MERCADOS DA ORIGEM DOS PRODUTOS

Portugal

### NÚMERO DE TRABALHADORES

45

## // PRINCESA DE BISSAU, SARL

### CONTACTOS

**ENDEREÇO:** Avenida Francisco Mendes, Bissau – Guiné-Bissau

**TELEFONE:** +245 966788434

**EMAIL:** -

### GESTOR

António Sousa

### PRODUTOS COMERCIALIZADOS

Panificação (pão e pastéis)

### NATUREZA JURÍDICA DA EMPRESA

Sociedade anónima de responsabilidade limitada

### ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi constituída em 2013, com o objeto social de panificação

### MERCADOS DA ORIGEM DOS PRODUTOS

Portugal

### NÚMERO DE TRABALHADORES:

4

## 5.2 // Empresas industriais

ÍNDICE DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS	PÁGINA
AGRO-SAFIM	115
ARQUIAL, SARL	118
CAJUHOL, LDA.	121
COMPROSELMAD	124
CONSTRUÇÕES, LDA.	127
GRUPO SANTOS	130
INERTEVIAS, SARL	133
JOSÉ LEITÃO CONSTRUÇÕES	136
MAQUICONSTROI	139
NOVA SABI	142
SOVIN, SARL	145

## // AGRO-SAFIM

## IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

**Endereço:** Estrada Principal de Safim, Biombo - Guiné-Bissau  
**Telefone:** +245 955906690  
**Fax:** –  
**Email:** agrosafim@sotropex.pt  
**Gestor/Administrador/Gerente:** Luís Mateus  
**Atividade/Produtos:** Produção Agrícola - Frutas e Legumes  
**Natureza Jurídica da Empresa:** Soc. anónima de responsabilidade limitada  
**Composição do Capital Social:** 100% Privado

## ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi fundada no ano 2012, tendo entrado em atividade no ano de 2013, com o objeto social de produção agrícola de frutas e legumes.

## SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

## DADOS CONTABILÍSTICOS

**Volume de vendas:** nd  
**Ativo líquido:** nd  
**Total dos custos:** nd  
**Remunerações:** nd  
**Unidade:** –  
**Produção atual:** nd  
**Grau de utilização da capacidade produtiva (%):** –

**Investimento nos últimos 3 anos:** nd  
**Áreas:** Infraestruturas  
**Investimento nos próximos 2 anos:** nd  
**Áreas:** nd  
**Unidade:** –

**Principais condicionantes que determinam a evolução da empresa:** Peso excessivo da carga fiscal; Falta de mão-de-obra qualificada; Excesso de mão-de-obra; Legislação desadequada; Burocracia; Formação

## RELAÇÕES COMERCIAIS

**Mercados de origem das matérias-primas/subsidiárias:** Internacional  
**Mercados de destino da produção:** Nacional  
**Prazos de pagamento a fornecedores:** Pronto pagamento  
**Prazos de recebimento de clientes:** Pronto pagamento

## // AGRO-SAFIM (continuação)

### COOPERAÇÃO

Cooperação existente com empresas estrangeiras: –  
 Tipo de cooperação pretendida: –

### RECURSOS HUMANOS

Número total de trabalhadores: 30

#### QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS DOS TRABALHADORES DA EMPRESA

Áreas	Dirigentes e quadros superiores	Quadros médios e chefias intermédias	Pessoal qualificado	Outros	Total
Administrativo e Financeiro	2	-	-	-	2
Comercial	-	-	-	-	-
Produção e outras	-	6	-	22	28
Total	2	6	-	22	30

#### REMUNERAÇÕES BASE MENSAIS

Dirigentes e quadros superiores: nd  
 Quadros médios e chefias intermédias: nd  
 Pessoal qualificado: nd

Serviços de natureza social: 13<sup>o</sup> mês; Férias; Subsídio de férias; Refeitório; Pequeno-almoço; Posto médico; Assistência médica e medicamentosa; Seguro de acidentes de trabalho

### INSTALAÇÕES

	Área total coberta	Área total descoberta	Área fabril
Superfície ocupada	2.000 m <sup>2</sup>	9.000 m <sup>2</sup>	nd

Condições de acesso: Boas  
 Setor próprio de transporte de materiais/produtos: Sim  
 Equipamentos de elevação e movimentação: Sim

### SETOR PRODUTIVO

Condições energéticas: Rede pública; Geradores  
 Matérias-primas/subsidiárias consumidas: Sementes de frutas e legumes  
 Setor de manutenção industrial: sim  
 Serviço de controlo de qualidade: sim  
 Certificação: Sim – GLOBALGAT

**SETOR PRODUTIVO****PARQUE DE MÁQUINAS**

<b>Equipamento</b>	<b>Marca</b>	<b>Ano de fabrico</b>
9 Camiões	-	-
5 Geradores de energia	-	-
8 Tratores	-	-
12 Viaturas de frio	-	-
68 Motores elétricos	-	-

Idade média dos equipamentos: 3 anos

## // ARQUIAL, SARL

### IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

**Endereço:** Avenida Do Brasil (Agb), Bissau - Guiné-Bissau  
**Telefone:** +245 955533850  
**Fax:** –  
**Email:** arquiaisistemas@gmail.com  
**Gestor/Administrador/Gerente:** Elsa Martins  
**Atividade/Produtos:** Fabrico de portas, janelas, armários e balcões em alumínio  
**Natureza Jurídica da Empresa:** Soc. anónima de responsabilidade limitada  
**Composição do Capital Social:** 100% Privado

### ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi fundada no ano de 2011, com o objeto social de fabrico de portas, janelas, armários e balcões em alumínio.

### SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

#### DADOS CONTABILÍSTICOS

**Volume de vendas:** nd  
**Ativo líquido:** nd  
**Total dos custos:** nd  
**Remunerações:** nd  
**Unidade:** –  
**Produção atual:** nd  
**Grau de utilização da capacidade produtiva (%):** –

**Investimento nos últimos 3 anos:** 300.000,00 XOF  
**Áreas:** Terrenos e infraestruturas  
**Investimento nos próximos 2 anos:** 100.000,00 XOF  
**Áreas:** Equipamento para trabalhar vidro  
**Unidade:** –

**Principais condicionantes que determinam a evolução da empresa:** Peso excessivo da carga fiscal; Concorrência de produtos importados; Burocracia; Problemas alfandegários

### RELAÇÕES COMERCIAIS

**Mercados de origem das matérias-primas/subsidiárias:** Internacional  
**Mercados de destino da produção:** Nacional  
**Prazos de pagamento a fornecedores:** Pronto Pagamento  
**Prazos de recebimento de clientes:** 50% adj – 50% mont.

## COOPERAÇÃO

Cooperação existente com empresas estrangeiras: –  
Tipo de cooperação pretendida: –

## RECURSOS HUMANOS

Número total de trabalhadores: 16

### QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS DOS TRABALHADORES DA EMPRESA

Áreas	Dirigentes e quadros superiores	Quadros médios e chefias intermédias	Pessoal qualificado	Outros	Total
Administrativo e Financeiro	1	-	-	-	1
Comercial	1	-	-	-	1
Produção e outras	-	-	1	13	14
Total	2	-	1	13	16

### REMUNERAÇÕES BASE MENSAIS

Dirigentes e quadros superiores: nd

Quadros médios e chefias intermédias: nd

Pessoal qualificado: 150.000,00 XOF

Serviços de natureza social: Férias; Refeitório; Subsídio de alimentação; Assistência médica e medicamentosa

## INSTALAÇÕES

	Área total coberta	Área total descoberta	Área fabril
Superfície ocupada	950 m <sup>2</sup>	nd	nd

Condições de acesso: Boas

Setor próprio de transporte de materiais/produtos: Sim

Equipamentos de elevação e movimentação: Sim

## SETOR PRODUTIVO

Condições energéticas: Rede pública; Gerador

Matérias-primas/subsidiárias consumidas: Alumínio e vidro.

Setor de manutenção industrial: Sim

Serviço de controlo de qualidade: Sim

Certificação: Não

## // ARQUIAL, SARL (continuação)

## SETOR PRODUTIVO

## PARQUE DE MÁQUINAS

Equipamento (tipo)	Marca	Ano de fabrico
4 Carrinhas	-	-
20 Cunhos e cortantes	-	-
2 Fresadoras	-	-
5 Máquinas de corte	-	-
3 Máquinas de furar	-	-
1 Prensa hidráulica	-	-
2 Tupias	-	-

Idade média dos equipamentos: 10 anos

## // CAJUOL, LDA.

### IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

**Endereço:** Rua Marien Ngouabi, nº 50, Bissau - Guiné-Bissau

**Telefone:** +245 966705420

**Fax:** –

**Email:** cajuhol@hotmail.com

**Gestor/Administrador/Gerente:** António Mota

**Atividade/Produtos:** Indústria de transformação de cajú

**Natureza Jurídica da Empresa:** Soc. por quotas

**Composição do Capital Social:** 100% Privado

### ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi fundada no ano 2001, com o objeto social de indústria de transformação de cajú.

A empresa é constituída por 3 sócios.

O capital social inicial foi de 1.000.000,00 XOF.

### SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

#### DADOS CONTABILÍSTICOS

**Volume de vendas:** 580.000,00 USD (2015); 580.000,00 USD (2016)

**Ativo líquido:** nd

**Total dos custos:** nd

**Remunerações:** nd

**Unidade:** –

**Produção atual:** nd

**Grau de utilização da capacidade produtiva (%):** –

**Investimento nos últimos 3 anos:** 115.000,00 USD

**Áreas:** Aquisição de transportes e equipamentos

**Investimento nos próximos 2 anos:** nd

**Áreas:** nd

**Unidade:** –

**Principais condicionantes que determinam a evolução da empresa:** Peso excessivo da carga fiscal; Legislação desadequada; Burocracia; Parque de máquinas obsoleto

### RELAÇÕES COMERCIAIS

**Mercados de origem das matérias-primas/subsidiárias:** Nacional

**Mercados de destino da produção:** Internacional

**Prazos de pagamento a fornecedores:** Pronto pagamento

**Prazos de recebimento de clientes:** Licenças de crédito

## // CAJUHOL, LDA. (continuação)

### COOPERAÇÃO

Cooperação existente com empresas estrangeiras: –  
 Tipo de cooperação pretendida: –

### RECURSOS HUMANOS

Número total de trabalhadores: 10

#### QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS DOS TRABALHADORES DA EMPRESA

Áreas	Dirigentes e quadros superiores	Quadros médios e chefias intermédias	Pessoal qualificado	Outros	Total
Administrativo e Financeiro	1	-	-	-	1
Comercial	-	-	-	-	-
Produção e outras	-	-	-	9	9
Total	1	-	-	9	10

#### REMUNERAÇÕES BASE MENSAIS

Dirigentes e quadros superiores: nd  
 Quadros médios e chefias intermédias: nd  
 Pessoal qualificado: nd

Serviços de natureza social: Subsídio de transporte; Refeitório; Seguro acidentes de trabalho

### INSTALAÇÕES

	Área total coberta	Área total descoberta	Área fabril
Superfície ocupada	50 m <sup>2</sup>	8.000 m <sup>2</sup>	3.000 m <sup>2</sup>

Condições de acesso: Boas

Setor próprio de transporte de materiais/produtos: Sim

Equipamentos de elevação e movimentação: Não, aluga se necessário

### SETOR PRODUTIVO

Condições energéticas: Rede pública; Gerador

Matérias-primas/subsidiárias consumidas: Castanha de cajú

Setor de manutenção industrial: sim

Serviço de controlo de qualidade: sim

Certificação: Sim

**SETOR PRODUTIVO****PARQUE DE MÁQUINAS**

Equipamento (tipo)	Marca	Ano de fabrico
Caldeiras	-	-
Embaladores	-	-
Estufas	-	-
Máquinas de corte	-	-

Idade média dos equipamentos: 3 anos

## // COMPROSELMAD

## IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

**Endereço:** Francisco Margiochi, Granja - Guiné-Bissau

**Telefone:** +245 966092246

**Fax:** –

**Email:** lucas\_rocha2020@hotmail.com

**Gestor/Administrador/Gerente:** Lucas Rocha

**Atividade/Produtos:** Fabrico de mobiliário de madeira, funerária, comércio de colchões e artigos de cabeleireiro

**Natureza Jurídica da Empresa:** Soc. por quotas

**Composição do Capital Social:** 100% Privado

## ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi fundada no ano de 1986, com o objeto social de fabrico de mobiliário de madeira.

A empresa foi fundada no ano de 2005, com o objeto social de funerária, comércio de colchões e artigos de cabeleireiro, sendo constituída por 3 sócios.

## SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

## DADOS CONTABILÍSTICOS

**Volume de vendas:** nd

**Ativo líquido:** nd

**Total dos custos:** nd

**Remunerações:** nd

**Unidade:** –

**Produção atual:** nd

**Grau de utilização da capacidade produtiva (%):** –

**Investimento nos últimos 3 anos:** 400.000,00 XOF

**Áreas:** Aquisição de equipamentos.

**Investimento nos próximos 2 anos:** 600.000,00 XOF

**Áreas:** Aquisição de equipamentos.

**Unidade:** –

**Principais condicionantes que determinam a evolução da empresa:** Concorrência de produtos importados; Parque de máquinas obsoleto; Formação

## RELAÇÕES COMERCIAIS

**Mercados de origem das matérias-primas/subsidiárias:** Nacional e Internacional

**Mercados de destino da produção:** Nacional e Internacional

**Prazos de pagamento a fornecedores:** Pronto Pagamento

**Prazos de recebimento de clientes:** 50% Adj – 50% Final

## COOPERAÇÃO

**Cooperação existente com empresas estrangeiras:** GRUPO BALDAIA

**Tipo de cooperação pretendida:** Aquisição de material

## RECURSOS HUMANOS

**Número total de trabalhadores:** 39

### QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS DOS TRABALHADORES DA EMPRESA

Áreas	Dirigentes e quadros superiores	Quadros médios e chefias intermédias	Pessoal qualificado	Outros	Total
Administrativo e Financeiro	3	-	-	-	3
Comercial	2	-	-	-	2
Produção e outras	-	-	10	24	34
Total	5	-	10	24	39

### REMUNERAÇÕES BASE MENSAIS

**Dirigentes e quadros superiores:** 165.000,00 XOF a 330.000,00 XOF

**Quadros médios e chefias intermédias:** nd

**Pessoal qualificado:** 60.000,00 XOF a 80.000,00 XOF

**Serviços de natureza social:** Férias; Refeitório; Assistência médica e medicamentosa; Seguro acidentes de trabalho

## INSTALAÇÕES

	Área total coberta	Área total descoberta	Área fabril
Superfície ocupada	25 m <sup>2</sup>	-	600 m <sup>2</sup>

**Condições de acesso:** Boas

**Setor próprio de transporte de materiais/produtos:** Sim

**Equipamentos de elevação e movimentação:** Não

## SETOR PRODUTIVO

**Condições energéticas:** Rede pública; Gerador

**Matérias-primas/subsidiárias consumidas:** Madeira

**Setor de manutenção industrial:** Sim

**Serviço de controlo de qualidade:** Não

**Certificação:** Não

## // COMPROSELMAD (continuação)

## SETOR PRODUTIVO

## PARQUE DE MÁQUINAS

Equipamento (tipo)	Marca	Ano de fabrico
1 Desengrossadeira universal	MIDA	-
2 Furadores de corrente	MIDA	-
3 Serras de disco	FRAMA	-
2 Serras de fita	MIDA	-

Idade média dos equipamentos: 15 anos

## // CONSTRUÇÕES, LDA.

### IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

**Endereço:** Avenida do Brasil, nº 2, Bissau - Guiné-Bissau

**Telefone:** +245 6624294

**Fax:** –

**Email:** flamengo-fernando@hotmail.com

**Gestor/Administrador/Gerente:** Fernando Flamengo

**Atividade/Produtos:** Construção Civil

**Natureza Jurídica da Empresa:** Soc. anónima de responsabilidade limitada

**Composição do Capital Social:** 100% Privado

### ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi fundada no ano de 1948, com o objeto social de construção civil.

A empresa entre os anos 1975 e 2013 desenvolveu o objeto social de atividade de importação e exportação de comércio geral.

No ano de 2010 deu início à fábrica de transformação de cajú.

### SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

#### DADOS CONTABILÍSTICOS

**Volume de vendas:** nd

**Ativo líquido:** nd

**Total dos custos:** nd

**Remunerações:** nd

**Unidade:** –

**Produção atual:** nd

**Grau de utilização da capacidade produtiva (%):** –

**Investimento nos últimos 3 anos:** nd

**Áreas:** Imobiliária e infraestruturas

**Investimento nos próximos 2 anos:** 3.000.000,00 USD

**Áreas:** Imobiliária e infraestruturas

**Unidade:** –

**Principais condicionantes que determinam a evolução da empresa:** Taxas de juro elevadas; Dificuldades de acesso ao crédito; Falta de mão-de-obra qualificada; Peso excessivo da carga fiscal; Legislação desadequada; Formação

### RELAÇÕES COMERCIAIS

**Mercados de origem das matérias-primas/subsidiárias:** Internacional

**Mercados de destino da produção:** Nacional

**Prazos de pagamento a fornecedores:** 5 meses

**Prazos de recebimento de clientes:** Pronto pagamento

## // CONSTRUÇÕES, LDA. (continuação)

### COOPERAÇÃO

**Cooperação existente com empresas estrangeiras:** Representante das marcas DYRUP e BARBOT  
**Tipo de cooperação pretendida:** –

### RECURSOS HUMANOS

**Número total de trabalhadores:** 60

#### QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS DOS TRABALHADORES DA EMPRESA

Áreas	Dirigentes e quadros superiores	Quadros médios e chefias intermédias	Pessoal qualificado	Outros	Total
Administrativo e Financeiro	5	-	-	-	5
Comercial	-	2	-	-	2
Produção e outras	-	4	-	49	53
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>49</b>	<b>60</b>

#### REMUNERAÇÕES BASE MENSAIS

**Dirigentes e quadros superiores:** 400.000,00 XOF

**Quadros médios e chefias intermédias:** nd

**Pessoal qualificado:** nd

**Serviços de natureza social:** Férias; Subsídio de férias; Subsídio de transporte; Assistência médica e medicamentosa

### INSTALAÇÕES

	Área total coberta	Área total descoberta	Área fabril
<b>Superfície ocupada</b>	5.000 m <sup>2</sup>	5.000 m <sup>2</sup>	nd

**Condições de acesso:** Boas

**Setor próprio de transporte de materiais/produtos:** Sim

**Equipamentos de elevação e movimentação:** Não

### SETOR PRODUTIVO

**Condições energéticas:** Rede pública; Gerador

**Matérias-primas/subsidiárias consumidas:** –

**Setor de manutenção industrial:** Não

**Serviço de controlo de qualidade:** Não

**Certificação:** Não

**SETOR PRODUTIVO****PARQUE DE MÁQUINAS**

Equipamento (tipo)	Marca	Ano de fabrico
3 Camiões	VOLVO	-
1 Carrinha de caixa aberta	FORD	-
5 Viaturas ligeiras	-	-

Idade média dos equipamentos: 5 anos

## // GRUPO SANTOS

### IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

**Endereço:** Quinhamel, Bissau – Guiné-Bissau

**Telefone:** +245 966626599

**Fax:** –

**Email:** mario.santos198@gmail.com

**Gestor/Administrador/Gerente:** Mário Santos

**Atividade/Produtos:** Destilaria, agricultura, comércio geral, construção civil, construção de estradas

**Natureza Jurídica da Empresa:** Soc. em nome coletivo

**Composição do Capital Social:** 100% Privado

### ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi fundada na década de 60 com as atividades de destilaria, agricultura e comércio geral. No ano de 2015 deu início à atividade de construção civil e construção de estradas.

### SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

#### DADOS CONTABILÍSTICOS

**Volume de vendas:** nd

**Ativo líquido:** nd

**Total dos custos:** nd

**Remunerações:** nd

**Unidade:** –

**Produção atual:** nd

**Grau de utilização da capacidade produtiva (%):** –

**Investimento nos últimos 3 anos:** 175.000,00 USD

**Áreas:** Equipamentos de construção.

**Investimento nos próximos 2 anos:** nd

**Áreas:** nd

**Unidade:** –

**Principais condicionantes que determinam a evolução da empresa:** Peso excessivo da carga fiscal; Concorrência de produtos importados; Falta de mão-de-obra qualificada ; Burocracia; Concorrência no mercado interno; Formação

### RELAÇÕES COMERCIAIS

**Mercados de origem das matérias-primas/subsidiárias:** Nacional e Internacional

**Mercados de destino da produção:** Nacional

**Prazos de pagamento a fornecedores:** Pronto Pagamento

**Prazos de recebimento de clientes:** 3 meses

**COOPERAÇÃO**

Cooperação existente com empresas estrangeiras: –  
Tipo de cooperação pretendida: –

**RECURSOS HUMANOS**

Número total de trabalhadores: 180

**QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS DOS TRABALHADORES DA EMPRESA**

Áreas	Dirigentes e quadros superiores	Quadros médios e chefias intermédias	Pessoal qualificado	Outros	Total
Administrativo e Financeiro	6	-	-	-	6
Comercial	-	-	4	-	4
Produção e outras	-	-	-	170	170
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>170</b>	<b>180</b>

**REMUNERAÇÕES BASE MENSAIS**

Dirigentes e quadros superiores: XOF 400.000,00  
Quadros médios e chefias intermédias: nd  
Pessoal qualificado: XOF 90.000,00 a XOF 600.000,00

Serviços de natureza social: Férias; Subsídio de férias ; Subsídio de transporte; Refeitório; Subsídio de alimentação; Posto médico; Assistência médica e medicamentosa; Seguro acidentes de trabalho

**INSTALAÇÕES**

	Área total coberta	Área total descoberta	Área fabril
Superfície ocupada	3000 m <sup>2</sup>	–	600 m <sup>2</sup>

Condições de acesso: Boas  
Setor próprio de transporte de materiais/produtos: Sim  
Equipamentos de elevação e movimentação: Sim

**SETOR PRODUTIVO**

Condições energéticas: Rede pública; Gerador e Solar  
Matérias-primas/subsidiárias consumidas: Cana sacarina, mel e cajú  
Setor de manutenção industrial: Sim  
Serviço de controlo de qualidade: Sim  
Certificação: Sim

// GRUPO SANTOS (continuação)

**SETOR PRODUTIVO**

**PARQUE DE MÁQUINAS**

Equipamento (tipo)	Marca	Ano de fabrico
2 Alfaias agrícolas	-	-
5 Bulldozers	-	-
15 Camiões	-	-
2 Compactadoras	-	-
1 Niveladora	-	-
2 Pás carregadoras	-	-
3 Retroscavadoras	-	-
4 Tratores agrícolas	-	-

Idade média dos equipamentos: 10 a 20 anos

## // INERTEVIAS, SARL

### IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

**Endereço:** Rua Gobin, nº 43, Bissau - Guiné-Bissau

**Telefone:** +245 955119860

**Fax:** –

**Email:** inerteviasarl@gmail.com

**Gestor/Administrador/Gerente:** João Azevedo

**Atividade/Produtos:** Construção de infraestruturas, estradas, terraplanagem e edificação

**Natureza Jurídica da Empresa:** Soc. anónima de responsabilidade limitada

**Composição do Capital Social:** 100% Privado

### ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi fundada no ano de 2015 com o objeto social de construção de Infraestruturas, estradas, terraplanagem e edificação.

A empresa é constituída por 2 sócios.

### SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

#### DADOS CONTABILÍSTICOS

**Volume de vendas:** 1.150.000,00 USD (2016)

**Ativo líquido:** nd

**Total dos custos:** nd

**Remunerações:** nd

**Unidade:** –

**Produção atual:** nd

**Grau de utilização da capacidade produtiva (%):** –

**Investimento nos últimos 3 anos:** 465.000,00 USD

**Áreas:** Equipamentos de construção e aquisição de terrenos

**Investimento nos próximos 2 anos:** 290.000,00 USD

**Áreas:** Aquisição de terrenos

**Unidade:** –

**Principais condicionantes que determinam a evolução da empresa:** Taxas de juro elevadas; Dificuldades de acesso ao crédito; Falta de mão-de-obra qualificada

### RELAÇÕES COMERCIAIS

**Mercados de origem das matérias-primas/subsidiárias:** Internacional

**Mercados de destino da produção:** Nacional

**Prazos de pagamento a fornecedores:** Pronto Pagamento

**Prazos de recebimento de clientes:** 30 a 60 dias

## // INERTEVIAS, SARL. (continuação)

### COOPERAÇÃO

**Cooperação existente com empresas estrangeiras:** Senegal  
**Tipo de cooperação pretendida:** Subcontratação

### RECURSOS HUMANOS

**Número total de trabalhadores:** 60

#### QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS DOS TRABALHADORES DA EMPRESA

Áreas	Dirigentes e quadros superiores	Quadros médios e chefias intermédias	Pessoal qualificado	Outros	Total
Administrativo e Financeiro	1	-	-	-	1
Comercial	-	-	-	-	-
Produção e outras	1	6	-	52	59
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>52</b>	<b>60</b>

#### REMUNERAÇÕES BASE MENSAIS

**Dirigentes e quadros superiores:** 490.000,00 XOF  
**Quadros médios e chefias intermédias:** 215.000,00 XOF  
**Pessoal qualificado:** nd

**Serviços de natureza social:** 13º mês; Subsídio de férias; Subsídio de alimentação ; Assistência médica e medicamentosa; Seguro acidentes de trabalho;

### INSTALAÇÕES

	Área total coberta	Área total descoberta	Área fabril
<b>Superfície ocupada</b>	1.590 m <sup>2</sup>	3.500 m <sup>2</sup>	260 m <sup>2</sup>

**Condições de acesso:** Boas  
**Setor próprio de transporte de materiais/produtos:** Sim  
**Equipamentos de elevação e movimentação:** Sim

### SETOR PRODUTIVO

**Condições energéticas:** Rede pública; Gerador e Solar  
**Matérias-primas/subsidiárias consumidas:** Cimento, ferro e areia  
**Setor de manutenção industrial:** Sim  
**Serviço de controlo de qualidade:** Sim  
**Certificação:** Não

**SETOR PRODUTIVO****PARQUE DE MÁQUINAS**

Equipamento (tipo)	Marca	Ano de fabrico
3 Bulldozers	KOMATSU	-
5 Camiões	-	-
2 Carrinhas de caixa aberta	-	-
2 Giratórias	JCB	-
2 Retroescavadoras	JCB	-
3 Viaturas ligeiras	-	-

Idade média dos equipamentos: 10 a 15 anos

## // JOSÉ LEITÃO CONSTRUÇÕES

### IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

**Endereço:** Rua São Tome, nº 22 A, Bissau - Guiné-Bissau

**Telefone:** +245 955567103

**Fax:** –

**Email:** jlc.bissau@gmail.com

**Gestor/Administrador/Gerente:** José Leitão

**Atividade/Produtos:** Construção civil e fabrico de blocos de cimento

**Natureza Jurídica da Empresa:** Empresa em nome individual

**Composição do Capital Social:** 100% Privado

### ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi fundada no ano de 2014 com o objeto social de construção civil.

### SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

#### DADOS CONTABILÍSTICOS

**Volume de vendas:** 18.000,00 USD (2015); 18.000,00 USD (2016)

**Ativo líquido:** nd

**Total dos custos:** nd

**Remunerações:** nd

**Unidade:** –

**Produção atual:** nd

**Grau de utilização da capacidade produtiva (%):** –

**Investimento nos últimos 3 anos:** nd

**Áreas:** Equipamentos de construção.

**Investimento nos próximos 2 anos:** nd

**Áreas:** nd

**Unidade:** –

**Principais condicionantes que determinam a evolução da empresa:** nd

### RELAÇÕES COMERCIAIS

**Mercados de origem das matérias-primas/subsidiárias:** Internacional

**Mercados de destino da produção:** Nacional

**Prazos de pagamento a fornecedores:** Pronto Pagamento

**Prazos de recebimento de clientes:** Pronto Pagamento

**COOPERAÇÃO**

Cooperação existente com empresas estrangeiras: –  
Tipo de cooperação pretendida: –

**RECURSOS HUMANOS**

Número total de trabalhadores: 80

**QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS DOS TRABALHADORES DA EMPRESA**

Áreas	Dirigentes e quadros superiores	Quadros médios e chefias intermédias	Pessoal qualificado	Outros	Total
Administrativo e Financeiro	1	1	-	-	2
Comercial	-	-	-	-	-
Produção e outras	-	1	3	74	78
Total	1	2	3	74	80

**REMUNERAÇÕES BASE MENSAIS**

Dirigentes e quadros superiores: nd  
Quadros médios e chefias intermédias: 500.000,00 XOF  
Pessoal qualificado: 200.000,00 XOF a 250.000,00 XOF

Serviços de natureza social: Subsídio de transporte; Subsídio de alimentação; Posto médico; Seguro acidentes de trabalho

**INSTALAÇÕES**

	Área total coberta	Área total descoberta	Área fabril
Superfície ocupada	120 m <sup>2</sup>	nd	48 m <sup>2</sup>

Condições de acesso: Boas  
Setor próprio de transporte de materiais/produtos: Sim  
Equipamentos de elevação e movimentação: Sim

**SETOR PRODUTIVO**

Condições energéticas: Rede pública; Gerador e Solar  
Matérias-primas/subsidiárias consumidas: Cimento, ferro e areia  
Setor de manutenção industrial: Não  
Serviço de controlo de qualidade: Não  
Certificação: Não

// JOSÉ LEITÃO CONSTRUÇÕES (continuação)

**SETOR PRODUTIVO**

**PARQUE DE MÁQUINAS**

Equipamento (tipo)	Marca	Ano de fabrico
1 Autobetoneira	-	-
4 Betoneiras	-	-
1 Camião grua	RENAULT	-
1 Máquina de fabrico de blocos de cimento	-	-
4 Martelos elétricos	-	-
1 Retroescavadora	CASE	-

Idade média dos equipamentos: 15 anos

## // MAQUICONSTROI

### IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

**Endereço:** Ensalma, Safim - Guiné-Bissau

**Telefone:** +245 966033339

**Fax:** –

**Email:** maquiconstroi@hotmail.com

**Gestor/Administrador/Gerente:** João Carvalho

**Atividade/Produtos:** Construção Civil – Construção de estradas e saneamento

**Natureza Jurídica da Empresa:** nd

**Composição do Capital Social:** 100% Privado

### ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi fundada no ano de 2012 com o objeto social de Construção Civil – Construção de estradas e saneamento.

### SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

#### DADOS CONTABILÍSTICOS

**Volume de vendas:** 700.000,00 XOF (2015); 900.000,00 XOF (2016)

**Ativo líquido:** nd

**Total dos custos:** nd

**Remunerações:** nd

**Unidade:** –

**Produção atual:** nd

**Grau de utilização da capacidade produtiva (%):** –

**Investimento nos últimos 3 anos:** 600.000,00 XOF

**Áreas:** Equipamentos e materiais de construção

**Investimento nos próximos 2 anos:** nd

**Áreas:** –

**Unidade:** –

**Principais condicionantes que determinam a evolução da empresa:** Falta de mão-de-obra qualificada; Concorrência no mercado interno; Localização; Formação; Problemas alfandegários

### RELAÇÕES COMERCIAIS

**Mercados de origem das matérias-primas/subsidiárias:** Internacional

**Mercados de destino da produção:** Nacional

**Prazos de pagamento a fornecedores:** Pronto Pagamento

**Prazos de recebimento de clientes:** Pronto Pagamento

## // MAQUICONSTROI (continuação)

### COOPERAÇÃO

Cooperação existente com empresas estrangeiras: –  
 Tipo de cooperação pretendida: –

### RECURSOS HUMANOS

Número total de trabalhadores: 58

#### QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS DOS TRABALHADORES DA EMPRESA

Áreas	Dirigentes e quadros superiores	Quadros médios e chefias intermédias	Pessoal qualificado	Outros	Total
Administrativo e Financeiro	1	1	-	-	2
Comercial	1	-	-	-	1
Produção e outras	-	-	5	50	55
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>50</b>	<b>58</b>

#### REMUNERAÇÕES BASE MENSAIS

**Dirigentes e quadros superiores:** 400.000,00 XOF  
**Quadros médios e chefias intermédias:** 200.000,00 XOF  
**Pessoal qualificado:** 100.000,00 XOF a 140.000,00 XOF

**Serviços de natureza social:** 13<sup>o</sup> mês; Férias; Subsídio de férias; Refeitório; Assistência médica e medicamentosa; Seguro acidentes de trabalho

### INSTALAÇÕES

	Área total coberta	Área total descoberta	Área fabril
Superfície ocupada	800 m <sup>2</sup>	10.000 m <sup>2</sup>	nd

**Condições de acesso:** Boas  
**Setor próprio de transporte de materiais/produtos:** Sim  
**Equipamentos de elevação e movimentação:** Sim

### SETOR PRODUTIVO

**Condições energéticas:** Rede pública e Gerador  
**Matérias-primas/subsidiárias consumidas:** Cimento, brita, ferro e areia  
**Setor de manutenção industrial:** Sim  
**Serviço de controlo de qualidade:** Sim  
**Certificação:** Não

**SETOR PRODUTIVO****PARQUE DE MÁQUINAS**

Equipamento	Marca	Ano de fabrico
5 Bulldozers	HITACHI	-
15 Camiões	VOLVO / MERCEDES	-
4 Cilindros grandes	-	-
3 Cilindros pequenos	-	-
4 Giratórias	CAT	-
4 Niveladoras	-	-
3 Retroescavadoras	CASE/TEREX	-

Idade média dos equipamentos: 8 anos

## // NOVA SABI

### IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

**Endereço:** Ensalma, Safim - Guiné-Bissau

**Telefone:** +245 966776411

**Fax:** –

**Email:** tentacao.bissau@gmail.com

**Gestor/Administrador/Gerente:** Carlos Carvalho

**Atividade/Produtos:** Destilação e engarrafamento de aguardente e produção de óleo alimentar

**Natureza Jurídica da Empresa:** Empresa em nome individual

**Composição do Capital Social:** 100% Privado

### ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi fundada no ano de 2012 com o objeto social de transformação de caju, tendo estendido no ano de 2017 a atividade à destilação e engarrafamento de aguardente e produção de óleo alimentar.

### SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

#### DADOS CONTABILÍSTICOS

**Volume de vendas:** nd

**Ativo líquido:** nd

**Total dos custos:** nd

**Remunerações:** nd

**Unidade:** –

**Produção atual:** nd

**Grau de utilização da capacidade produtiva (%):** –

**Investimento nos últimos 3 anos:** nd

**Áreas:** Equipamentos para embalagem e destilação

**Investimento nos próximos 2 anos:** nd

**Áreas:** Linha automática de engarrafamento

**Unidade:** –

**Principais condicionantes que determinam a evolução da empresa:** Taxas de juro elevadas; Legislação desadequada; Falta de mão-de-obra qualificada; Excesso de mão-de-obra; Parque de máquinas obsoleto; Burocracia; Formação

### RELAÇÕES COMERCIAIS

**Mercados de origem das matérias-primas/subsidiárias:** Internacional

**Mercados de destino da produção:** Nacional

**Prazos de pagamento a fornecedores:** Pronto Pagamento

**Prazos de recebimento de clientes:** Pronto Pagamento

## COOPERAÇÃO

Cooperação existente com empresas estrangeiras: –  
Tipo de cooperação pretendida: –

## RECURSOS HUMANOS

Número total de trabalhadores: 27

### QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS DOS TRABALHADORES DA EMPRESA

Áreas	Dirigentes e quadros superiores	Quadros médios e chefias intermédias	Pessoal qualificado	Outros	Total
Administrativo e Financeiro	2	-	-	-	2
Comercial	-	-	-	-	-
Produção e outras	-	-	-	25	25
Total	2	-	-	25	27

### REMUNERAÇÕES BASE MENSAIS

Dirigentes e quadros superiores: 150.000,00 XOF

Quadros médios e chefias intermédias: –

Pessoal qualificado: –

Serviços de natureza social: 13º mês; Férias; Seguro acidentes de trabalho

## INSTALAÇÕES

	Área total coberta	Área total descoberta	Área fabril
Superfície ocupada	4.000 m <sup>2</sup>	8.350 m <sup>2</sup>	nd

Condições de acesso: Boas

Setor próprio de transporte de materiais/produtos: Não

Equipamentos de elevação e movimentação: Sim

## SETOR PRODUTIVO

Condições energéticas: Rede pública; Gerador e cogeração

Matérias-primas/subsidiárias consumidas: Caju, cana de açúcar, açúcar, arroz

Setor de manutenção industrial: Sim

Serviço de controlo de qualidade: Sim

Certificação: Não

## // NOVA SABI (continuação)

## SETOR PRODUTIVO

## PARQUE DE MÁQUINAS

Equipamento (tipo)	Marca	Ano de fabrico
38 Viaturas ligeiras	-	-

Idade média dos equipamentos: 5 anos

## // SOVIN, SARL

## IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

**Endereço:** Monte Cristo, Safim - Guiné-Bissau

**Telefone:**+245 955918606

**Fax:** –

**Email:** sovin.africa@gmail.com

**Gestor/Administrador/Gerente:** Fernando Vieira Reis

**Atividade/Produtos:** Engarrafamento e comércio de bebidas espirituosas

**Natureza Jurídica da Empresa:** Soc. anónima de responsabilidade limitada

**Composição do Capital Social:** 100% Privado

## ASPETOS HISTÓRICOS

A empresa foi fundada no ano de 2011 com o objeto social de engarrafamento e comércio de bebidas espirituosas com 3 sócios.

Atualmente tem 2 sócios.

## SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

## DADOS CONTABILÍSTICOS

**Volume de vendas:** nd **Ativo líquido:** nd

**Total dos custos:** nd

**Remunerações:** nd

**Unidade:** –

**Produção atual:** nd

**Grau de utilização da capacidade produtiva (%):** –

**Investimento nos últimos 3 anos:** –

**Áreas:** Equipamentos e infraestruturas

**Investimento nos próximos 2 anos:** –

**Áreas:** Equipamentos e infraestruturas

**Unidade:** –

**Principais condicionantes que determinam a evolução da empresa:** Falta de mão-de-obra qualificada; Excesso de mão-de-obra; Localização; Formação; Alfandega

## RELAÇÕES COMERCIAIS

**Mercados de origem das matérias-primas/subsidiárias:** Internacional

**Mercados de destino da produção:** Nacional

**Prazos de pagamento a fornecedores:** Pronto Pagamento

**Prazos de recebimento de clientes:** Pronto Pagamento

## // SOVIN, SARL (continuação)

### COOPERAÇÃO

Cooperação existente com empresas estrangeiras: –  
 Tipo de cooperação pretendida: –

### RECURSOS HUMANOS

Número total de trabalhadores: 6

#### QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS DOS TRABALHADORES DA EMPRESA

Áreas	Dirigentes e quadros superiores	Quadros médios e chefias intermédias	Pessoal qualificado	Outros	Total
Administrativo e Financeiro	2	-	-	-	2
Comercial	-	-	2	-	2
Produção e outras	-	-	-	2	2
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>6</b>

#### REMUNERAÇÕES BASE MENSAIS

Dirigentes e quadros superiores: nd  
 Quadros médios e chefias intermédias: nd  
 Pessoal qualificado: 60.000.00 XOF a 120.000.00 XOF

**Serviços de natureza social:** Férias; Subsídio de transporte; Refeitório; Subsídio de alimentação; Seguro acidentes de trabalho

### INSTALAÇÕES

	Área total coberta	Área total descoberta	Área fabril
Superfície ocupada	950 m <sup>2</sup>	2.700 m <sup>2</sup>	950 m <sup>2</sup>

Condições de acesso: Boas  
 Setor próprio de transporte de materiais/produtos: Sim  
 Equipamentos de elevação e movimentação: Sim

### SETOR PRODUTIVO

Condições energéticas: Rede pública; Gerador e Solar  
 Matérias-primas/subsidiárias consumidas: Rolhas, garrafas de vidro, embalagens e rótulos  
 Setor de manutenção industrial: Sim  
 Serviço de controlo de qualidade: Sim  
 Certificação: Não

**SETOR PRODUTIVO****PARQUE DE MÁQUINAS**

Equipamento (tipo)	Marca	Ano de fabrico
1 Capsuladora	-	-
1 Depósito de inox	-	-
1 Linha de enchimento	-	-
1 Rolhadora	-	-
1 Rotulador	-	-

Idade média dos equipamentos: 10 anos

## 5.3. // Conclusões

### Empresas industriais

As empresas guineenses constantes do estudo desdobram-se por áreas tão diversas como:

- Construção Civil
- Indústria Alimentar
- Indústria Metalomecânica
- Indústria de Mobiliário de Madeira

Verifica-se que todas as empresas realizaram investimentos nos últimos dois anos, muito em especial em bens de equipamento e infraestruturas.

Constata-se também que nos próximos dois anos, 50% das empresas referidas no estudo irão realizar investimentos nas áreas de bens de equipamento e infraestruturas.

Quanto às principais condicionantes que afetam as empresas, há que salientar os seguintes fatores:

- Falta de mão-de-obra qualificada
- Peso excessivo da carga fiscal
- Concorrência de produtos importados
- Burocracia
- Taxas de juro elevadas
- Falta de formação profissional
- Concorrência de produtos importados
- Excesso de mão-de-obra

Existem duas empresas que exportam para o mercado internacional (Europa, EUA e Cabo Verde).

O número médio de trabalhadores por empresa é de 55 pessoas. Este número é bastante elevado, só assim se justifica que nas condicionantes que determinam a evolução das empresas apareçam excesso de mão-de-obra. Quanto aos serviços de natureza social, a assistência médica e medicamentosa aos trabalhadores aparece em quase 80% das empresas inquiridas. A generalidade das empresas possui setor de Manutenção Industrial ou trabalhadores adstritos a essa área.

73% das empresas inquiridas possuem controlo de Qualidade.

Das empresas inquiridas, só uma está Certificada.

O Parque de Máquinas das empresas possui em média dez anos de idade, o que não é alheio o facto de que perto de 80% das empresas terem sido constituídas só no século XXI.

## Empresas comerciais

Quanto às empresas comerciais inquiridas, elas distribuem-se em duas grandes áreas de atividade:

- Distribuidores de produtos industriais
- Distribuidores e comerciantes de produtos alimentares

Portugal é o país de origem de importações dos produtos distribuídos e comercializados pelas empresas comerciais.

Quanto à área de formação profissional, há que destacar os seguintes elementos:

- A generalidade das empresas considera

a formação profissional muito importante

A maioria das empresas tem instalações para a realização de formação profissional

77% das empresas providenciaram formação aos seus trabalhadores nos últimos dois anos.

Quanto às ações frequentadas nos últimos dois anos há que salientar as seguintes áreas:

- Manutenção eletromecânica
- Serralharia mecânica
- Eletricidade
- Gestão de produção
- Qualidade
- Higiene e Segurança no Trabalho
- Informática
- Desenho/CAD

Quanto às Tecnologias de Informação, constatou-se através das visitas efetuadas que:

- Todas as empresas inquiridas estão informatizadas
- Só uma empresa possui rede informática
- 90% das empresas têm acesso à internet
- 18% das empresas possui página na internet.
- As empresas utilizam a internet para:
  - Comunicação com fornecedores
  - Comunicação com clientes
  - Procura e recolha de informação
  - Acesso a bases de dados
  - Comunicação interna
  - Correio eletrónico

Quanto às principais dificuldades com que as empresas se debatem na utilização das TIC's é referida a falha no fornecimento da rede de internet.





## 6. // INFORMAÇÕES ÚTEIS





## 6.1 // FERIADOS E DATAS DE CELEBRAÇÃO NACIONAL

Os feriados e datas de celebração nacional foram aprovados pela Lei nº10/11, de 16 de fevereiro:

- Dia de Ano Novo – 1 de janeiro
- Dia dos Heróis Nacionais (Morte de Amílcar Cabral) – 20 de janeiro
- Dia Internacional da Mulher – 8 de março
- Dia do Trabalho – 1 de maio
- Dia dos Mártires da Colonização (Morte de Pidjiguiti) – 03 de agosto
- Dia da Independência Nacional – 24 de setembro
- Dia do Natal – 25 de dezembro (Cristã)

São feriados móveis:

- Páscoa (religião cristã)
- Ramadão (religião muçulmana)
- Festa do Cordeiro (religião muçulmana)

## 6.2 // Formalidades na Entrada

É exigido visto, o qual deverá ser obtido nas Embaixadas da Guiné-Bissau, designadamente em Lisboa. O visto poderá ainda ser obtido nas fronteiras terrestres ou no Consulado da Guiné-Bissau em Ziguinchor (Senegal), mas recomenda-se que o pedido seja efetuado antecipadamente.

O passaporte deve estar válido, pelo menos, pelo período de 6 meses, a contar da data de retorno da República da Guiné-Bissau.

Existem vários tipos de vistos para a entrada na Guiné-Bissau:

### • VISTO DE TRÂNSITO

Este é concedido ao cidadão estrangeiro que, para chegar ao país de destino, tenha de desembarcar na Guiné-Bissau, sendo válido por 4 meses, prorrogáveis, e para uma única entrada. Para a obtenção deste visto o cidadão estrangeiro deverá apresentar o passaporte ou documento equivalente com visto para o país de destino ou fazer prova de não exigência de tal visto, bem como apresentar o bilhete de passagem para esse país.

### • VISTO DE TURISMO

Concedido ao cidadão estrangeiro que, a título recreativo ou de visita, se desloque à Guiné-Bissau. É válido por 60 dias prorrogáveis, no máximo 2 vezes e por iguais períodos, e deve ser utilizado nos 180 dias subsequentes à sua concessão. Por acordo entre as partes, este visto pode não ser exigido a nacionais de países que não requeiram o mesmo aos guineenses (tratamento recíproco).



- **VISTO TEMPORÁRIO**

Concedido aos cidadãos estrangeiros que se desloquem à Guiné-Bissau em missão de estudo ou de negócios, ao abrigo de acordos de cooperação ou sob regime de contrato de serviço do Estado ou de pessoas coletivas públicas da Guiné-Bissau. É válido por 180 dias, ou o correspondente à duração da missão ou contrato, podendo ser prorrogado por igual período da concessão ou pelo tempo que se estender a missão ou o contrato, devendo ser utilizado nos 90 dias subsequentes à sua concessão.

- **VISTO DE RESIDÊNCIA**

É concedido aos estrangeiros que desejem fixar-se habitualmente no território nacional e que sejam autorizados a residir no País com uma autorização de residência com a validade de um ano, a qual servirá de prova da sua identidade, quando requerida. Aos estrangeiros residentes na Guiné-Bissau há 5, 10 ou 20 anos consecutivos, poderá ser concedida uma autorização de residência para períodos superiores a 3 e 5 anos ou vitalícia nos termos a regulamentar.

- **VISTO DE CORTESIA, VISTO OFICIAL E VISTO DIPLOMÁTICO**

Concedidos pelas Missões Diplomáticas da Guiné-Bissau, devendo ser utilizados dentro dos 90 dias subsequentes à sua concessão podendo, no entanto, ser emitidos pelos postos consulares de carreira da Guiné-Bissau em países onde não existam missões diplomáticas. É válido por 60 dias para múltiplas entradas

Os vistos referidos são emitidos pelas Missões Diplomáticas, pelos Postos Consulares e pelos Consulados Honorários (se autorizados para tal), exceto no que respeita ao visto de residência que é emitido pelo Ministério do Interior. Não obstante, não carecem de visto de entrada no território guineense:

- Os estrangeiros titulares dos documentos referidos em acordos bilaterais, leis ou convenções internacionais, de que a Guiné-Bissau seja parte;
- Os estrangeiros com autorização de residência válida; Os estrangeiros cujos países mantêm com a Guiné-Bissau acordos de supressão de vistos ou de livre circulação de pessoas;
- Os cônsules honorários da Guiné-Bissau.



### 6.3 // Cuidados de Saúde

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Guiné-Bissau é uma área de risco para as seguintes doenças: Febre Chikungunya, Hepatite A e B, Meningite B, Raiva, Schistosomose e Febre-amarela. São obrigatórias as vacinas da Febre-amarela e da Cólera (para indivíduos provenientes de zonas de risco), sendo aconselháveis as vacinas preventivas da Febre Tifóide e a profilaxia contra a Malária (Paludismo).

Recomendam-se cuidados profiláticos em relação ao paludismo para estadias curtas, bem como o uso de repelentes de insetos, roupa fresca, clara e comprida e o uso de redes mosquiteiras.

Regista-se uma incidência preocupante de doenças sexualmente transmissíveis, nomeadamente HIV-SIDA. A tuberculose e a hepatite são também doenças comuns. Verifica-se alguma incidência de cólera.

O Governo decidiu incluir o vírus Zika na lista das doenças contagiosas na Guiné-Bissau e instruiu o Ministério da Saúde e a Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações a adotarem as medidas adequadas para a prevenção da epidemia deste vírus. Assim, em caso de deslocação ao País, recomenda-se o uso frequente de repelentes de insetos.

Em Bissau, algumas farmácias no centro da cidade estão bem abastecidas, encontrando-se quase todos os medicamentos essenciais. No resto do território, as condições são mais precárias, pelo que se recomenda a constituição de um estojo de primeiros socorros e medicamentos essenciais. Os meios de tratamento e hospitalares são muito limitados em Bissau, inclusive nas clínicas privadas. É aconselhável ter um seguro de viagem contratado no país de origem.

Para quem pretenda, a partir da Guiné-Bissau, viajar na região, deve ter em atenção que alguns dos países vizinhos, nomeadamente a Guiné-Conacri, têm sido especialmente atingidos pela epidemia de ébola. Apenas se deve consumir água engarrafada (mesmo o gelo) e convém evitar comer alimentos não cozinhados, sobretudo frutas com casca e vegetais mal lavados. O viajante deverá aconselhar-se previamente junto do seu médico sobre a vacinação necessária e os cuidados básicos a manter.

## 6.4 // Endereços úteis

### Em Portugal

- Embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa  
Rua de Alcolena, 17  
1400-004 Lisboa – Portugal  
Tel.: +351 213 009 081 | Fax: +351 213 009 081  
E-mail: cggb@sapo.pt
- AICEP Portugal Global, Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE  
Av. 5 de Outubro, 101  
1050-051 Lisboa – Portugal  
Telefone: +351 217 909 500  
E-mail: aicep@portugalglobal.pt  
Website: <http://www.portugalglobal.pt>
- AICEP Portugal Global, Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE  
Rua Júlio Dinis, 748 – 9º Dto.  
4050-012 Porto – Portugal  
Tel.: +351 226 055 300 | Fax: +351 226 055 399  
E-mail: aicep@portugalglobal.pt  
Website: <http://www.portugalglobal.pt>
- Câmara Agrícola Lusófona  
Av. Brasília, Apartado 12066  
1050-214 Lisboa – Portugal  
E-mail: geral@calusofona.org
- Câmara de Comércio e Indústria Portugal – Guiné-Bissau  
R. de Moscavide, Lote 4.34.01 H, 3B  
1990-160, Lisboa  
Tel.: +351 929 126 700  
E-mail: jorge.sousa@camguine.org  
Website: [www.cciipgb.com](http://www.cciipgb.com)
- CE – CPLP – Confederação Empresarial da CPLP  
Av. Almirante Reis nº 113, 9º Andar – 901  
1150-014 Lisboa – Portugal  
Telefone: +351 211 388 006  
E-mail: secretariadogeral@cecplp.org
- COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, SA  
Direção Internacional  
Av. da República, 58  
1069-057 Lisboa  
Telefone: +351 217 913 700 | Fax: +351 217 913 720  
E-mail: [International@cosec.pt](mailto:International@cosec.pt)  
Website: <http://www.cosec.pt>



- CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa  
Palácio Conde de Penafiel  
Rua de São Mamede ao Caldas, 21  
1100-533 Lisboa – Portugal  
Tel.: +351 213 928 560 | Fax: +351 213 928 588  
Website: <http://www.cplp.org/>
- Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento Instituição Financeira de Crédito, S.A. – SOFID  
Av. Casal Ribeiro, 14 – 4º  
1000-092 Lisboa – Portugal  
Tel.: +351 21 313 7760 | Fax: +351 21 313 7779  
E-mail: [sofid@sofid.pt](mailto:sofid@sofid.pt)  
Website: <http://www.sofid.pt/>

#### **Na Guiné-Bissau**

- Embaixada de Portugal na Guiné-Bissau e Secção Consular  
Av. Cidade de Lisboa  
Caixa Postal 276 1021 Bissau Codex – Guiné-Bissau  
Tel.: + 245 966 607 827  
E-mail: [bissau@mne.pt](mailto:bissau@mne.pt)/ [mail@bissau.dgaccp.pt](mailto:mail@bissau.dgaccp.pt)  
Secção Consular:  
Tel: +245 966 990 000  
E-mail: [sconsular.bissau@mne.pt](mailto:sconsular.bissau@mne.pt)
- Agência de Promoção de Investimento – Guiné-Bissau Investimentos  
Avenida Amílcar Cabral, nº67 r/c Esq., Bissau – Guiné-Bissau  
Tel.: + 245 955 651 412  
Website: [www.mef-gb.com/pt](http://www.mef-gb.com/pt)
- aicep Portugal Global – Delegação de Bissau (Embaixada de Portugal)  
Av. Cidade de Lisboa,  
C. Postal 276, 1021 Bissau Codex  
Tel.: +245 966 495 613  
E-mail: [tiago.bastos@portugalglobal.pt](mailto:tiago.bastos@portugalglobal.pt)  
Website: [www.portugalglobal.pt](http://www.portugalglobal.pt)
- Associação Industrial da Guiné-Bissau (AIGB)  
Avenida do Brasil, nº 2 – 1º,  
Apartado 56, Bissau – Guiné-Bissau  
Tel.: +245 966 624 294
- Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)  
Avenida Combatentes da Liberdade da Pátria,  
Apartado 38, Bissau – Guiné-Bissau  
Tel.: +245 325 63 25 | +245 966 122 788  
E-mail: [webmaster@bceao.int](mailto:webmaster@bceao.int)  
Website: [www.bceao.int](http://www.bceao.int)



- Câmara do Comércio da Guiné-Bissau (CDC – GB)  
Av. Combatentes da Liberdade da Pátria,  
Bo Ajuda, 1ª Fase, Bissau, Guiné-Bissau  
Tel.: +245 632 67 91/578 15 28  
E-mail: geral.cdcgb@gmail.com  
Website: <https://web.facebook.com/Câmara-do-Comércio-da-Guiné-Bissau>
- Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços da Guiné-Bissau  
(CCIAS – Guiné-Bissau)  
Avenida Pansau N'Isna, no 88,  
Bissau Velho – Guiné-Bissau  
Telefone: +245 320 16 02 | +245 966 712 060  
E-mail: camarabraima@hotmail.com  
Website: <http://ccias-guinebissau.com/contactos/>
- Centro de Formalização de Empresas – CFE  
Avenida Amílcar Cabral, nº67 R/C Esquerdo,  
Bissau – Guiné-Bissau  
Telefone: + 245 955 651 4 12  
E-mail: cfebissau@gmail.com  
Website: [www.mepirgb-gov.org](http://www.mepirgb-gov.org)  
<https://guineebissau.eregulations.org/>
- Direcção-Geral do Comércio, Turismo e Artesanato  
Departamento de Licenciamento da Direcção do Comércio Interno  
Avenida 3 de Agosto,  
Bissau – Guiné-Bissau
- Direcção-Geral de Promoção do Investimento Privado (DGPIP)  
Av. Amílcar Cabral, 37  
Apartado 74, Bissau - Guiné-Bissau  
Tel.: +245 955 426 324 | +245 966 801 032  
Website: <http://dgpip-bissau.blogspot.pt/>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa  
Av. Combatentes da Liberdade da Pátria, Bissau  
Tel: +245 966 267 993  
E-mail: [gab.projectos.inep@gmail.com](mailto:gab.projectos.inep@gmail.com)
- Instituto Nacional de Estatísticas e Censos  
Av. Domingos Ramos, Bissau  
Tel: +245 966 710 391
- Ministério da Economia e Finanças  
Avenida Amílcar Cabral,  
Apartado 67, Bissau – Guiné-Bissau  
Tel: +245 966 673 366  
E-mail: [info@mail.guine-bissau.org](mailto:info@mail.guine-bissau.org)  
Website: [www.mef-gb.com/pt](http://www.mef-gb.com/pt)



## 6.5 // Outras Informações

### **Hora Local**

Corresponde ao UTC. Em relação a Portugal, a Guiné-Bissau tem a mesma hora no inverno e menos uma no verão.

### **Horários de Funcionamento**

Serviços Públicos: 8h00-14h30 (segunda-feira a sexta-feira)

Comércio: 7h30 – 12h30; 14h30 - 18h30 (segunda-feira a sexta-feira)

Bancos: 8h00 – 16h00 (segunda-feira a sexta-feira); 8h00-13h00 (sábados)

### **Outros**

- Código telefónico internacional: +245
- Corrente Eléctrica: 220 volts AC, 50Hz.
- Pesos e Medidas: sistema métrico decimal.



## 7. // FONTES DE INFORMAÇÃO





## 7.1 // Outras Informações

- AICEP
- African Development Bank Group
- African Economic Outlook
- Banco de Portugal
- Banco Mundial
- CIA – The World Factbook
- COSEC
- EIU
- FMI
- Guia do Investimento (PLMJ)
- Guia Turístico à descoberta da Guiné-Bissau, de Joana Benzinho e Marta Rosa
- Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau
- Instituto Nacional de Estatística de Portugal
- International Trade Centre (ITC)
- Organização Mundial de Turismo (OMT)
- The Economist Intelligence Unit (EIU)
- The World Factbook, da CIA
- UNCTAD
- World Trade Organization







// Guiné- Bissau

PROMOTORES



Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu  
de Desenvolvimento Regio